Célia Maria Pires Pereira

INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO
Porto, Agosto de 1998

INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

Dissertação de Mestrado elaborada por **Célia Maria Pires Pereira**

sob a orientação de **Professora Doutora Ana Maria Brito**

Porto, Agosto de 1998

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA 1

CAPÍTULO I - CONTEXTOS DE INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

1. Introdução 3

2. Tipos de verbos nas construções de "inversão locativa" 3

2.1. A distinção verbos inacusativos/verbos inergativos 4

2.1.1. Clitização com *ne* 4

2.1.2. Selecção do auxiliar 6

2.1.3. A hipótese inacusativa à luz da Gramática Relacional 8

2.2. "Inversão locativa" em português no contexto de verbos intransitivos 10

2.2.1. A "inversão locativa" com verbos inacusativos 10

2.2.2. A "inversão locativa" com verbos inergativos 12

2.3. "Inversão locativa" no contexto de verbos transitivos 13

2.4. Restrição quanto à classe de verbos que ocorrem na "inversão locativa" 14

3. Formas de determinação do SN posposto - o "efeito de definitude" 26

4. Fenómenos de concordância e de atribuição de caso nas construções de "inversão locativa" com verbos inacusativos ou passivos..... 31

4.1. Acordo em português, francês e inglês 31

4.2. Tratamentos da concordância e da atribuição de caso 33

4.2.1. Atribuição de caso por formação de cadeia 33
4.2.2. Caso partitivo 34
4.2.3. Atribuição de caso ao sujeito não elevado de uma oração pequena 35
4.2.4. Caso e verificação de traços 41

5. Conclusão 43

CAPÍTULO II - PROPOSTAS DE ANÁLISE DA INVERSÃO LOCATIVA

1. Introdução 45

2. Tratamentos formais que não fazem uso da noção de função discursiva 46
2.1. Safir (85) 46
2.2. Torrego (89) 49
2.3. Coopmans (89) 51
2.4. Hoekstra e Mulder (90) 58
2.5. Dikken e Naess (93) 60

3. Tratamentos formais que concedem um papel preponderante às funções discursivas 65
3.1. Rochemont e Culicover (90) 65
3.2. Bresnan e Kanerva (92); Bresnan (94) 72
3.2.1. Princípios gerais da teoria LFG (Lexical Functional Grammar) 73
3.2.2. "Inversão locativa" em estrutura-a (argumental), estrutura-c (categorial) e estrutura-f (funcional) 74
3.2.3. Diferenças de categorização do locativo em inglês e chichewa 77

3.3. Levin e Rappaport (95) 78

4. Análise sintáctica da "inversão locativa" em português (Ambar 92) 84

4.1. Movimento de SN para a direita e subida do verbo 84

4.2. Casos problemáticos 88

4.3. Foco discursivo 92

5. Conclusão 93

CAPÍTULO III - UMA ANÁLISE ALTERNATIVA DO FENÓMENO DE INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

1. Introdução 96

2. Quadro teórico (síntese) 96

2.1. Princípios de economia 97

2.2. Sistema computacional 98

2.3. Traços 99

2.4. Mover α e Mover T (Chomsky (95)) 100

3. O problema da estrutura de Frase 101

3.1. Chomsky (93) e (95); Jonas e Bobaljik (96); Duarte (97) 101

3.2. A possível/eventual simplificação do número de categorias funcionais (Chomsky (95); Raposo (97); Bobaljik e Thráisson (97) 107

4. O fenómeno de "inversão locativa" analisada dentro de um quadro teórico minimalista 113

4.1. Posição e natureza do SPrep locativo 114

4.1.1. O SPrep locativo é um sujeito? 114

4.1.2. O SPrep locativo é um tópico? 117
4.1.3. O SPrep locativo é um foco? 122
4.1.4. O SPrep locativo ocupa uma posição A ou A'? 126
4.1.5. Que posição ocupa o SPrep locativo? 127
4.2. A posição do SN sujeito 130
4.2.1. "Inversão locativa" com verbos inacusativos 133
4.2.2. "Inversão locativa" com verbos inergativos 138
4.2.3. "Inversão locativa" com verbos transitivos 143
4.3. "Inversão locativa" no contexto de frases excaixadas 146
4.4. Estrutura informacional da "inversão locativa" 152

5. Conclusão 154

CONCLUSÕES GERAIS 156

BIBLIOGRAFIA 158

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Óscar Lopes e Pavel Brazdil por todos os conhecimentos transmitidos ao longo dos seminários que constituiram a componente curricular deste curso.

Dirijo um agradecimento muito especial à professora Ana Maria Brito que orientou este trabalho. O apoio, a confiança e a disponibilidade sempre manifestados ao longo da elaboração desta dissertação, mesmo durante o período em que me ausentei do país por razões profissionais, despertam em mim a mais sincera gratidão. O seu saber, acima de tudo, permitiu a concretização deste projecto.

Agradeço aos meus colegas do curso, Margarida Costa, Margarida Barbedo, Isabel Pardal, Fernando Martinho e Luís Filipe Cunha, pelos bons momentos passados juntos, numa troca de ideias sempre bem humorada e muito proveitosa.

À Isabel, fico a dever o incentivo, assim como os seus juízos de gramaticalidade, a que sempre recorri (quebra-cabeças na elaboração deste trabalho), a colaboração na recolha da bibliografia, e a opinião decorrente da leitura final deste trabalho.

Ao Laurent, pela motivação e confiança que sempre me tentou incutir, e a todos os amigos que me acompanharam na evolução deste trabalho com o seu interesse e opiniões, deixo também o meu agradecimento.

Finalmente, aos meus pais, agradeço a preocupação e a ajuda.

NOTA PRÉVIA

Neste trabalho, analisam-se algumas construções que apresentam o fenómeno de "inversão locativa".

Este fenómeno é assim designado porque se verifica a colocação de um SPrep locativo em posição inicial de frase, ocupando o sujeito da oração a posição pós-verbal. Fala-se de inversão, porque há, de facto, uma inversão sujeito-verbo, tal como atestam as frases do exemplo 1.

1. a) À festa chegou um homem estranho.
   b) Ao fundo do quintal ladram os cães.
   c) Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

Esta construção opera em diversas línguas, como mostram os exemplos 2, do inglês e do francês.

2. a) At the party arrived three girls.
   b) A la fête sont arrivées trois filles.

Em português, a inversão parece não ser, pelo menos em certos contextos, obrigatória, e quando opera, opera com diferentes tipos de verbos; a não obrigatoriedade e a aplicação com diferentes tipos de verbos podem ser verificadas através dos exemplos 3, que apresentam frases gramaticais sem inversão do sujeito (ainda que continue a haver um locativo inicial), com um verbo transitivo (3.a)), um verbo inergativo (3.b)) e um verbo inacusativo (3.c)) :

3. a) Neste restaurante o rei recebeu os seus convidados.
   b) ? Ao fundo do quintal os cães ladram.
   c) ? À festa um homem estranho chegou.

O nosso objectivo é fazer uma descrição da "inversão locativa", propondo uma análise do fenómeno apoiada nas ideias fundamentais surgidas na literatura sobre o assunto.

Começaremos, no primeiro capítulo, por apresentar os contextos de "inversão locativa" em português, distinguindo diferentes tipos de verbos e a sua ocorrência em frases que evidenciam este tipo de inversão; apresentaremos ainda os fenómenos de concordância e atribuição casual nas estruturas de inversão.

No segundo capítulo, exporemos algumas propostas de análise das construções de "inversão locativa", surgidas na literatura desde, sensivelmente, meados da década de oitenta, até aos nossos dias. Estas propostas são feitas essencialmente para as línguas germânicas, mas apresentaremos também a proposta de Ambar (92) para o português.

No terceiro capítulo, propomos uma análise original do fenómeno, baseando-nos em alguns conceitos do Programa Minimalista.

Ao longo da exposição, utilizaremos, sempre que possível, a terminologia em português, assinalando os termos correspondentes em inglês.

Capítulo I

CONTEXTOS DE INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

1. Introdução

Neste capítulo, procuramos estabelecer com rigor os contextos de ocorrência da "inversão locativa", de forma a isolar os factores determinantes neste tipo de estrutura.

Na secção 2, faremos uma referência aos tipos de verbos que surgem neste género de construções, assim como às propostas já formuladas no sentido de uma delimitação dessas classes de verbos.

Na secção 3, apresentaremos algumas ideias relativas às formas de determinação do SN posposto, à existência ou não de "efeito de definitude" nas frases com "inversão locativa", apoiando-nos em propostas de diferentes autores, como Belletti (88), Ambar (92), Brito e Duarte (82), Raposo e Uriagereka (90) e também Brito (98).

Por fim, na última secção, falaremos acerca dos fenómenos de concordância e de atribuição de caso ao SN pós-verbal, baseando-nos, mais uma vez, em trabalhos de autores que apresentaram propostas de estudo das construções de inversão, nomeadamente Burzio (86), Belletti (88), Raposo e Uriagereka (90), Chomsky (95) e Brito (98).

2. Tipos de verbos nas construções de "inversão locativa"

Os três exemplos seguintes são gramaticais e todos eles evidenciam a chamada "inversão locativa":

1. a) À festa chegou um homem estranho.

   b) Ao fundo do quintal ladram os cães.

c) Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

Mas nestes três exemplos, os verbos têm diferentes tipos de propriedades. Vamos, em primeiro lugar, tratar da distinção entre verbos como *chegar/ladrar*.

2.1. A distinção verbos inacusativos/ verbos inergativos

Alguns autores têm mostrado que existe uma distinção entre duas subclasses de verbos na chamada classe dos "intransitivos". Das propostas elaboradas, destacam-se as de Burzio (86) e Raposo (81) (para o português), que desenvolvem a "hipótese inacusativa" de Perlmutter (78).

Burzio baseia o seu trabalho no estudo de verbos italianos e começa por distinguir diferentes tipos de verbos, de que nos interessam, de momento, aqueles que seleccionam um só argumento, tal como *arrivare* e *telefonare*. Embora tenham essa propriedade em comum, outras os distinguem, tal como a possibilidade de cliticização com ***ne*** quantitativo, ou a selecção do auxiliar.

2.1.1. Cliticização com *ne*

Ne é, em italiano, um pronome clítico (para o qual não há correspondente em português) associado a uma expressão nominal seleccionada por certos verbos e que substitui o núcleo nominal dessa expressão. Burzio faz notar que o clítico *ne* só pode aparecer associado a um SN e nunca a um SPrep.

O italiano, tal como o português, é uma língua que permite a "inversão livre do sujeito" (v. exemplo 2.a), com verbos como *telefonare*). Burzio verifica que, quando o sujeito aparece em posição pós-verbal com certos verbos, a cliticização do núcleo nominal desse SN sujeito não é possível (ver 2.b)). Situação diferente é a que se passa com verbos do tipo de *arrivare*. Aparentemente, também permitem a inversão do sujeito (3.a)) e admitem a cliticização com *ne* (3.b)). O autor conclui que, no primeiro caso, o SN pós-verbal se encontra numa posição fora de SV, constituindo um exemplo de inversão do sujeito, visto que não permite a cliticização,

podendo-se admitir que ocupa uma posição de adjunção. Relativamente ao segundo caso, a posição ocupada pelo argumento seleccionado pelo verbo não será de sujeito invertido, isto é, de adjunção a SV, mas a de um objecto interno:

2. a) Telefonano molti studenti.
   b) * Ne telefonano molti.

3. a) Arrivano molti studenti.
   b) Ne arrivano molti.

Assim, em construções com verbos como *arrivare* (que Burzio mostra aproximarem-se das construções passivas), em Estrutura-P, a posição de sujeito está vazia, pois o verbo não selecciona um argumento externo, enquanto a posição de objecto está ocupada pelo seu único argumento. Em Estrutura-S, poderão ocorrer duas situações diferentes:

a) O complemento do verbo move-se para a posição de sujeito para receber caso nominativo, deixando um vestígio co-indexado no interior de V':

4. [SFLEX [SN molti studenti i] [FLEX' FLEX [SV [V' [V arrivano] [SN [v]i]]]]]

b) O SN objecto permanece na sua posição de base. Na posição de sujeito, encontramos um *pro* expletivo (não temático). Neste caso, teremos uma construção impessoal, sendo eventualmente necessário explicar por que processo esse SN adquire caso e como desencadeia a concordância. Voltaremos mais tarde a estas duas questões.

5. [SFLEX pro [FLEX' FLEX [SV [V' [V arrivano] [SN molti studenti]]]]]

Os verbos como *telefonare* seleccionam apenas um argumento externo que surgirá, segundo Burzio, na posição de SN dominado por SFLEX, em Estrutura-P:

6. [SFLEX [SN molti studenti] [FLEX' FLEX [SV [V' [V telefonano]]]]]

Dada a configuração 6, em Estrutura-S, há duas possibilidades:

a) O SN permanece na sua posição de base, sendo a configuração igual à da Estrutura-P.

b) O SN sofre a inversão de sujeito e aparece em situação pós-verbal, numa posição fora de V', adjunto ao SV :

7. [SFLEX [v] i [FLEX' FLEX [SV [V' [V telefonano] [SV [SN molti studenti i]]]]]

2.1.2. Selecção do auxiliar

Outra propriedade que distingue os dois tipos de verbos em italiano é a selecção do auxiliar nos tempos compostos. Verbos como *telefonare* seleccionam *avere* e verbos como *arrivare* seleccionam *essere*. Burzio propõe que a selecção de *essere* depende de uma condição: a existência de uma cadeia entre a posição de sujeito e a posição de complemento do verbo, isto é, *essere* é seleccionado quando o argumento interno ocupa a posição de complemento do verbo.

8. a) Giacomo ha telefonato.

[SFLEX [SN Giacomo] FLEX [SV ha telefonato]]

b) Giacomo è arrivato.

[SFLEX [SN Giacomo i] FLEX [SV è arrivato [v]i]]

Em 8.b), o SN moveu-se da posição de objecto e deixou um vestígio co-indexado, formando uma cadeia. Desta forma, preenche a condição para a selecção do auxiliar *essere*, o que não acontece no exemplo 8.a), daí o auxiliar *avere*.

Burzio distingue, assim, claramente, os verbos que seleccionam um só argumento externo dos que seleccionam um só argumento interno. Estes últimos, a que chama ergativos (designação que prefere à designação de Perlmutter, de "inacusativo"), seleccionam sempre o auxiliar *essere*, em italiano, porque só eles permitem a formação de uma cadeia entre a posição de sujeito e a de complemento; além disso, como se verifica através da cliticização com *ne*, o seu complemento está sempre no interior da projecção de V', embora não seja por ele marcado de caso acusativo. Foi com base nestes dados que o autor pôde fazer a generalização que recebeu o nome de "Generalização de Burzio":

a) um verbo que não tem argumento externo não atribui caso acusativo;

b) um verbo que não atribui caso acusativo não selecciona um argumento externo.

Eliseu (84) fez um estudo dos verbos ergativos do português, que se aproxima bastante da proposta de Burzio, quer relativamente à estrutura de frase, quer ao processo de atribuição casual.

Numa estrutura inacusativa, defende o autor, o SN move-se para a posição de sujeito, de modo a poder aceder ao caso, visto que a propriedade básica dos verbos inacusativos é a não atribuição de caso acusativo ao objecto que seleccionam.

No entanto, Eliseu contesta a "Generalização de Burzio" num dos seus aspectos, devido a exemplos do português que dão conta da existência de verbos que não têm sujeito temático e, no entanto, atribuem caso acusativo; é o que acontece com *haver*:

9. a) Há coisas espantosas em Marrocos.

b) Coisas destas, há-as aos montes em Marrocos.

Estes exemplos evidenciam uma independência entre a não atribuição de função temática ao sujeito e a atribuição de caso acusativo. Por esta razão, Eliseu propõe a seguinte reformulação da "Generalização de Burzio":

Um verbo que marca tematicamente o sujeito atribui caso acusativo ao seu objecto. [1,2]

2.1.3. A hipótese inacusativa à luz da Gramática Relacional

Em Raposo (81), encontramos uma formulação da hipótese inacusativa em termos da teoria da Gramática Relacional e de Perlmutter (78). Esta hipótese consiste na proposta de que certas orações intransitivas possuem objecto directo inicial (profundo), mas não possuem sujeito inicial.

A lei básica da Gramática Relacional é a "Lei do 1 Final", que diz que o estrato final (de superfície) de uma oração deve conter um sujeito. Ou seja, o estrato inacusativo não pode ser nunca um estrato final: deve dar-se um avanço de objecto para sujeito. Também este autor estabelece um paralelo entre as construções inacusativas e as construções passivas: nos dois casos, o nominal avança de objecto directo para sujeito. No entanto, Raposo destaca que se trata de casos diferentes, pois nas construções passivas o nominal que avança para sujeito é objecto directo de um verbo transitivo.

Raposo sugere dois testes (entre outros) para a comprovação do carácter inacusativo de determinado verbo: o teste do Particípio Absoluto e do Particípio Passado com função adjectiva. Só as construções inacusativas, como 10. a), cujo

---

[1] Não podemos, contudo, afirmar o inverso: não será correcto afirmar, como comprova o exemplo de *haver* em português, que um verbo que não atribui função temática ao sujeito não atribui caso acusativo ao objecto directo.

[2] Safir (85) refere um trabalho de E. Torrego (83) - "A Look to Existencial *there be* Sentences in English" - em que a autora mostra que, no espanhol, o SN pós-verbal numa construção com o verbo *haber* recebe caso acusativo (não há acordo verbo-SN, e o SN cliticiza por meio de um pronome objecto directo). A sintaxe dos dois verbos (*haver* e *haber*) parece, portanto, ser bastante semelhante.

Safir salienta que deverá existir alguma propriedade lexical da construção com *haber* que a distingue da construção com ergativos. Porém, a observação de Eliseu relativamente à "Generalização de Burzio", continua a ser pertinente; mesmo que aceitemos que o verbo *haver* (tal como *haber* em espanhol) se afasta dos chamados inacusativos, devido às suas características próprias, continua a ser um verbo que não atribui função-θ externa, mas atribui caso acusativo.

termo nuclear tem a função sintáctica de objecto directo, permitem as construções de Particípio Absoluto:

10. a) Chegada a Maria, fomos passear.
    b) * Rida a Maria, fomos passear.

Por outro lado, só podem ser adjectivos modificadores de nominais os Particípios Passados de verbos que seleccionam um objecto directo, não podendo isso acontecer com Particípios Passados derivados de verbos que seleccionam um argumento que desempenha a função de sujeito:

11. a) A professora corrigiu os trabalhos.
    b) Os trabalhos corrigidos.

12. a) As folhas caíram.
    b) As folhas caídas.

13. a) Uma criança cantou.
    b) * Uma criança cantada.

Em conclusão, dentro da classe dos verbos intransitivos podem-se individualizar duas subclasses - a subclasse dos verbos inacusativos e a subclasse dos verbos inergativos -, que se distinguem essencialmente porque os primeiros seleccionam apenas um argumento interno a que não atribuem caso (acusativo), enquanto os segundos seleccionam apenas um argumento externo.

2.2. "Inversão locativa" em português no contexto de verbos intransitivos.

Apresentaremos de seguida o modo como estes dois tipos de verbos se comportam na estrutura de "inversão locativa". Na verdade, como verificaremos pelos exemplos, apesar de os verbos terem características diferentes, não há muitas divergências relativamente à possibilidade de ocorrência numa construção do género.

Dado que na literatura sobre a "inversão locativa" este tópico tem sido muito discutido, serão nesta parte apresentadas e debatidas algumas propostas surgidas na literatura.

2.2.1. A "inversão locativa" com verbos inacusativos

A classe dos verbos inacusativos parece o grupo mais natural para o aparecimento de construções de "inversão locativa". Como facilmente se depreende, com estes verbos, **as construções de "inversão locativa" não o são na verdadeira acepção da palavra, pois o SN aparece na posição básica de objecto, sem que tenha havido qualquer tipo de movimento.**

Como veremos pelos exemplos adiante apresentados, os verbos inacusativos são, de facto, contextos propícios à chamada "inversão locativa", em que um SPrep locativo aparece na posição inicial de frase, e um SN em posição pós-verbal:

14. a) Em Lisboa aconteceu uma tragédia.
    b) Na escola adoeceram três crianças.
    c) Da gaveta desapareceram os livros.
    d) Na panela derreteram alguns quadrados de chocolate.
    e) Pelo chão deslizou a cobra.

De acordo com a literatura sobre os verbos inacusativos, estes são, semanticamente, verbos de existência, verbos de entrada e saída de cena e verbos

de mudança de estado. Alargaremos, pois, os exemplos, de modo a verificar se todas estas subclasses (semânticas) podem aparecer em construções de "inversão locativa":

Verbos de existência:

15. a) Na selva existem vários animais.

b) Neste lugar permanece uma aldeia medieval. [3]

Verbos de entrada/desaparecimento de cena:

16. a) À festa chegou um homem estranho.

b) No lar morreram dois velhotes.

c) Da minha vista desapareceu a borboleta.

Verbos de mudança de estado:

17. a) Na rua derreteu muita neve.

b) Na lareira ardem achas.

c) Na malga coalhou o leite.

Como os exemplos 15, 16 e 17 mostram, em português, todos os verbos inacusativos surgem em frases com "inversão locativa". De resto, pelo menos na grande maioria dos casos, a estrutura com SN pós-verbal é mesmo a mais aceitável, se compararmos os exemplos 15, 16 e 17 com os seguintes:

18. a) ? Na selva vários animais existem.

b) ? Neste lugar uma aldeia medieval permanece.

19. a) ? À festa um homem estranho chegou.

b) ? No lar dois velhotes morreram.

---

[3] O verbo *haver*, embora com o sentido de existência, não é apresentado como exemplo, devido à especificidade da sua construção, que o afasta de outros verbos inacusativos de existência (v. nota 2).

c) ? Da minha vista a borboleta desapareceu.

20. a) ? Na rua muita neve derreteu.

b) ? Na lareira as achas ardem. [4]

c) ? Na malga o leite coalhou.

Vemos que os verbos inacusativos favorecem o tipo de fenómeno exemplificado em 15, 16 e 17. Mais tarde, voltaremos a este assunto.

2.2.2. A "inversão locativa" com verbos inergativos

Em português, os verbos inergativos podem aparecer facilmente em construções de inversão de sujeito. Assim sendo, espera-se que eles surjam na "inversão locativa". Os exemplos mostram que tais verbos podem, de facto, surgir nestas construções:

21. a) No restaurante almoçaram vários atletas.

b) No funeral choraram os familiares.

c) Ao fundo do quintal ladram os cães.

d) No salão dançam alguns pares.

e) Na construção trabalha grande parte da população.

Observemos agora as contrapartidas com o SN em posição pré-verbal:

22. a) ? No restaurante vários atletas almoçaram.

b) ? No funeral os familiares choraram.

c) ? Ao fundo do quintal os cães ladram.

d) ? No salão alguns pares dançam.

---

[4] Comparando 20. b) com um exemplo correspondente com mero plural

a) * *Na lareira achas ardem,*

vemos que o factor determinação/quantificação é relevante; um SN mero plural é pouco usado na posição de sujeito.

e) ? Na construção grande parte da população trabalha.

Mais uma vez, constatamos que a estrutura com inversão parece ser mesmo mais aceitável do que a estrutura com o SN em posição pré-verbal. Portanto, apesar das diferentes estruturas argumentais e casuais dos verbos, não há diferenças assinaláveis a nível da possibilidade de ocorrência numa estrutura de "inversão locativa".

2.3. "Inversão locativa" no contexto de verbos transitivos

O contexto que poderá eventualmente parecer mais problemático para a ocorrência deste fenómeno será o contexto de verbos transitivos. Trata-se de verbos que seleccionam mais do que um argumento nominal, tendo as construções, por isso mesmo, uma estrutura sintáctica mais complexa. Mas a verdade é que também estes verbos surgem na "inversão locativa" em português. Vejamos mais uma vez os exemplos que servem de prova:

23. a) Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.
    b) Ontem comeu a Joana a sopa. [5]
    c) Neste jardim ofereceu o João uma flor à Maria.

A gramaticalidade destes exemplos, com uma ordem superficial LOC V S O é, em nosso entender, superior à dos exemplos com a ordem LOC V O S:

24. a) ? Neste hotel recebeu os seus convidados o rei.
    b) ? Ontem comeu a sopa a Joana.
    c) ? Neste jardim ofereceu uma flor o João à Maria.

---

[5] Exemplo retirado de M. Ambar (92). O locativo inicial poderá ser espacial ou temporal. A frase do exemplo seria equivalente a:
Na cozinha comeu a Joana a sopa.

A gramaticalidade dos exemplos do tipo 23 mostra que o sujeito de verbos transitivos pode ocupar uma posição pós-verbal (entre o V e o SN objecto directo), e ocupando o SPrep locativo a posição inicial de frase.

2.4. Restrição quanto à classe de verbos que ocorrem na "inversão locativa"

Na literatura sobre a "inversão locativa", a par das tentativas de análise sintáctica do fenómeno, existem propostas que apontam para restrições sobre classes de verbos que podem surgir neste tipo de construções.

Em Bresnan e Kanerva (92) e Bresnan (94), por exemplo, sugere-se uma restrição das classes de verbos que permitem a "inversão locativa" em termos de funções temáticas. Defendem os autores que as construções de "inversão locativa" só são permitidas com verbos que seleccionam como argumentos um tema e um locativo. De acordo com a proposta de hierarquização das funções temáticas que apresentam [6], as autoras referem que o tema terá de ser a função temática mais alta das funções expressas.

O inglês é muito característico em relação às construções com SN pós-verbal. Se o SPrep de início de frase não for locativo, a construção não é permitida, como mostram os exemplos em 25:

25. a) * With a friend arrived a man.
    b) At the station arrived a man.

Além disso, e como refere Bresnan, se o locativo for um adjunto e não um argumento do verbo, a construção também não é gramatical:

26. * On the corner smoked a woman.

---

[6] Agente > Beneficiário > Recipiente/Experienciador > Instrumento >Tema/Paciente > Locativo.

Analisada mais de perto, esta proposta parece consagrar apenas os verbos inacusativos. Na verdade, as autoras consideram que o SN da construção é um objecto inacusativo (independentemente da classe a que o verbo pertence), que tem de ser um tema. Mas se observarmos os exemplos de verbos inergativos atrás apresentados - *almoçar*, *chorar*, *ladrar*, *dançar* e *trabalhar* -, verificamos que estes seleccionam um único argumento e que este pode ser agente.

Bresnan refere que nem todos os verbos intransitivos permitem a inversão, entre eles, verbos como *knit* (tricotar). Mas na verdade, não existe coincidência quanto aos juízos de gramaticalidade entre os exemplos do inglês fornecidos pela autora e os correspondentes em português:

27. a) * Among the guests was knitting my friend Rose.
    b) Entre os convidados estava a tricotar a minha amiga Rose.

28. a) * Toward me looked a drunk.
    b) Para mim olhou um bêbedo.

A autora propõe também que os transitivos não permitem a "inversão locativa", o que não nos parece acontecer no português, como se pode verificar quer pelos exemplos já apresentados atrás, quer pelos correspondentes ao inglês (27.b) e 28.b)). Em português, quando a ordem da frase invertida é LOC V S O, a construção é perfeitamente gramatical. No entanto, como já referimos, a ordem LOC V O S é muito menos aceitável, por razões que não têm a ver em particular com o fenómeno de "inversão locativa", mas que são de ordem geral. Em inglês, todos os casos são agramaticais:

29. a) * Among the guests of honor seated my mother my friend Rose.
    b) Entre os convidados de honra sentou a minha mãe a minha amiga Rose.

30. a) * On the table has placed Susan a tarte Tatin.

b) Na mesa pôs a Susan uma tarte Tatin.

Nestas frases do português, com a ordem LOC V S O, há um argumento agente que é a função temática expressa mais alta e, no entanto, ao contrário do que a proposta de Bresnan prevê, as construções são gramaticais.

Para além disso, há ainda a salientar que em português o constituinte anteposto não necessita de ser um locativo para que a construção de inversão seja gramatical, como atestam os exemplos:

31. a) Misteriosamente desapareceram os livros.

b) Com animação dançam alguns pares.

Quer dizer, a ordem SPrep/ADV V SN é possível quer o SPrep/ADV seja locativo, temporal, ou de modo.

Hoekstra e Mulder (90), por seu turno, salientam que dois tipos de verbos podem entrar nas construções de "inversão locativa": verbos inergativos e verbos inacusativos. No entanto, os autores consideram a "inversão locativa" um "diagnóstico de inacusatividade", ou seja, a frase tem de ter uma estrutura inacusativa.

Por esta razão, os autores necessitam de justificar a presença dos verbos inergativos na construção de inversão, visto que estes verbos não têm uma estrutura argumental compatível com uma análise inacusativa. Sendo assim, defendem que os verbos inergativos podem ter dois significados: um significado compatível com uma classificação inergativa e o outro compatível com uma classificação inacusativa e só neste caso os verbos poderão aparecer numa construção de "inversão locativa".

Ainda de acordo com a análise destes autores, esta dualidade de significados liga-se a uma dualidade de estrutura sintáctica. A estrutura de frase que os autores defendem para o fenómeno de "inversão locativa" assenta na

selecção pelo verbo de uma oração pequena que seria o argumento interno; esta oração pequena seria constituída pelo SN (sujeito da oração pequena) e pelo SPrep (predicado da oração pequena). Nesta concepção, a posição de sujeito da frase estaria vazia, sendo incompatível com verbos inergativos, que seleccionam um argumento externo. Assim, quando o verbo tem um significado que o associa a uma classificação inergativa, apresenta uma estrutura de frase inergativa. Porém, quando o verbo tem um significado que o associa a uma classificação inacusativa, em vez de seleccionar um argumento externo, selecciona uma oração pequena como argumento interno.

Isto significa que, segundo esta análise, um mesmo verbo pode surgir em dois tipos de estrutura, o que evidencia uma alternância inergativo/inacusativo.

Um exemplo apresentado pelos autores apresenta um emprego metafórico do verbo *to fly*:

32. John flew into a rage.

Neste caso, o significado lexical do verbo não é actualizado, logo, *fly* não selecciona um argumento externo. Hoekstra e Mulder mostram que esta utilização só é possível devido à presença de um SPrep locativo (ainda que, neste exemplo, seja uma noção abstracta); noutras circunstâncias, a frase seria agramatical, como é o caso de 33, em que o verbo é usado com o mesmo sentido metafórico, mas sem locativo:

33. * John flew mad.

Os autores citam também exemplos do italiano para dar conta desta alternância inergativos/ inacusativos:

34. a) Gianni ha corso.
(Gianni has run)

b) Gianni ha corso a casa.

(Gianni is run to home)

Nesta língua, a cliticização com *ne* mostra que em 34.b) o SN é engendrado numa posição regida por V, logo, não poderá ser o argumento externo:

35. a) * Ne hanno corso / i due.

b) Ne sono corsi due a casa.

Os autores concluem que certos verbos pertencentes a determinadas classes podem surgir em construções próprias de outras classes (por exemplo, os verbos inergativos e os verbos inacusativos). Isto deve-se à utilização de argumentos que induzem interpretações distintas para os verbos. Assim, para que um verbo inergativo possa ser usado numa construção com propriedades inacusativas, terá de apresentar um locativo expresso em posição inicial de frase. Nesse caso, deixará de ter o seu significado lexical "completo", para passar a denotar um estado, expresso por uma oração pequena: [7]

36. a) Into the room walked a man.

b) Out of the barn ran a horse.

Note-se que, de acordo com Hoekstra e Mulder, quer os verbos inergativos quer os inacusativos, neste tipo de construção, incluem-se numa designação mais lata de verbos "copulativos". Esta noção inclui todos os verbos que seleccionam como argumento interno uma oração pequena e não atribuem função-θ externa. O argumento denota um "estado de coisas" e o verbo funciona como um verbo de existência.

---

[7] Temos dúvidas quanto a esta proposta de Hoekstra e Mulder. Na realidade, não nos parece que os exemplos fornecidos pelos autores denotem um estado, visto que se trata sem sombra para dúvidas de verbos de actividade.

Como comentário a esta proposta, deve dizer-se que os exemplos do português a põem em causa pela possibilidade que os verbos transitivos têm de aparecer em contextos da chamada "inversão locativa". Também não conseguimos encontrar um duplo significado que se projecta numa dupla estrutura sintáctica associado aos inergativos que entram na construção, tal como os autores dizem existir no inglês. Ou seja, mais uma vez, nos confrontamos com uma proposta que não contempla todos os contextos de "inversão locativa" em português.

Para Levin e Rappaport (95), é a função discursiva que determina as classes de verbos que permitem a "inversão locativa". Baseiam-se nas propostas de Birner (92) [8] para construir a sua tese. Birner sustenta que qualquer inversão tem o objectivo de ligar informação pouco conhecida ao contexto, através da colocação em início de frase de informação familiar no discurso. Ou seja, o elemento frásico que apresenta a informação menos familiar é o sujeito lógico, que aparece posposto.

Segundo os autores, não apenas é restringida a categoria de verbos que surgem na "inversão locativa", que têm de ser "informativamente fracos", como também se sugere uma motivação para a estrutura de frase, e logo, para os movimentos dentro dela. Simultaneamente, o verbo também não deverá contribuir com informação nova, logo, tem de ser "informativamente fraco", porque são os argumentos a fornecer as informações relevantes.

Levin e Rappaport, baseando-se em Birner, sustentam que os verbos de existência e de entrada em cena são, por excelência, os que admitem "inversão locativa" e, por isso mesmo, restringe-se, por vezes, o fenómeno a este tipo de verbos. No entanto, uma hipótese deste género parece ser insuficiente. Estes verbos preenchem, de facto, a função discursiva sugerida (são informativamente fracos), visto que verbos de existência e entrada em cena não acrescentam informação ao SPrep em início de frase, enquanto verbos de mudança de estado,

---

[8] BIRNER, B.J. (1992) *The Discourse function of inversion in english,* doctoral dissertation, Northwestern University, Evanston Ill.

por exemplo, já introduzem informação não previsível. Por essa razão, e segundo as autoras, eles são geralmente excluídos da "inversão locativa".

Em português, todavia, a "inversão locativa" com verbos inacusativos de mudança de estado é perfeitamente possível (v. exemplos 17), logo, a sugestão de Levin e Rappaport não explica os casos de inversão com este tipo de verbos.

Em inglês, são consideradas agramaticais as frases:

37. a) * On the top floor of the skyscraper broke many windows.
    b) * On the streets of Chicago melted a lot of snow.
    c) * On backyard clotheslines dried the weekly washing.

Em português, frases com os mesmos verbos são gramaticais:

38. a) No último andar do arranha-céus partiram várias janelas. [9]
    b) Nas ruas de Chicago derreteu muita neve.
    c) Na corda secou a roupa da semana.

As autoras salientam também que certos inergativos não podem aparecer na "inversão locativa", por não preencherem a função discursiva exigida:

39. a) * In the cafés of Paris talk many artists
    b) * In the nursery smile half a dozen newborn babies.

Mais uma vez, confrontamo-nos em português com frases gramaticais:

---

[9] Relativamente a este exemplo, as opiniões são divergentes. Há falantes que consideram a frase gramatical, outros que só a aceitariam com um agente expresso. Eliseu (84) considera agramaticais as frases:

1. a) * A janela partiu.
   b) * O barco afundou.

Apenas as frases com o pronome serão gramaticais, de acordo com o autor:

2. a) A janela partiu-se.
   b) O barco afundou-se.

Temos, contudo, uma opinião diferente relativamente a estes juízos de gramaticalidade.

40. a) Nos cafés de Paris conversam vários artistas.

b) Na enfermaria sorria meia dúzia de bébés recém-nascidos.

Não serão estes verbos "informativamente fortes" em português? Parece-nos que sim. Por essa razão, o tratamento da "inversão locativa" com base na ideia de que só os verbos "informativamente fracos" são permitidos parece-nos não ser correcta. No entanto, é de salientar que Levin e Rappaport não excluem de todo a hipótese de os transitivos entrarem na construção, ao contrário das teorias suportadas pela grande maioria dos autores que abordam o tema.

Num estudo sobre a inversão sujeito-verbo em português, Ambar (92) contempla também a "inversão locativa" de que nos ocupamos, considerando-a, no entanto, no quadro de construções com constituintes antepostos, que excedem naturalmente os locativos.

A autora afirma que, nos contextos de constituintes antepostos, a inversão poderá ser obrigatória ou facultativa. A inversão do sujeito é obrigatória sempre que o verbo é *semanticamente fraco*. Esta é uma noção crucial na proposta de análise da autora. Entende por verbo *semanticamente fraco* aquele que depois de "localmente desprovido do constituinte que lhe servia de argumento (o constituinte anteposto), não tem lexicalmente incorporado um argumento implícito" (pp. 185 - 186). Ou seja, em exemplos como 41, se o locativo é anteposto, o verbo deixa de ter um argumento lexicalmente incorporado e a frase torna-se agramatical:

41. a) O Pedro mora em Lisboa.

b) * Em Lisboa o Pedro mora.

c) Em Lisboa mora o Pedro.

Segundo Ambar, nos casos em que o verbo não é *semanticamente fraco*, a inversão é facultativa, havendo, contudo, exemplos em que a forma com "inversão do sujeito" é claramente melhor do que a forma sem inversão: [10]

42. a) ? Nesse navio, o assassino embarcou.
    b) Nesse navio embarcou o assassino.

43. a) ? Pelas escadas abaixo, a bola rolou.
    b) Pelas escadas abaixo rolou a bola.

A autora defende que quando o verbo selecciona um objecto, a inversão não é obrigatória. Tal facto estará ligado à classificação dos verbos como semanticamente fracos ou não. A partir do momento em que existe um objecto, o verbo tem pelo menos um argumento e não faz, por isso, parte dos verbos semanticamente fracos que exigem a inversão (os que não integram implícita ou explicitamente nenhum argumento). Este facto, segundo Ambar, separa verbos inergativos dos inacusativos e transitivos, relativamente à exigência ou não de inversão. Ou seja, para a autora, será mais aceitável uma frase em que um verbo inacusativo aparece numa construção com locativo inicial e SN em posição pré-verbal, do que a mesma construção com um verbo inergativo.

44. a) Em Lisboa uma tragédia aconteceu.
    b) Pelo chão a cobra deslizou.

45. a) ? Neste restaurante vários atletas almoçaram.
    b) ? Ao fundo do quintal alguns cães ladraram.

---

[10] Nos exemplos apresentados, segundo a autora, o verbo deixa de ser semanticamente fraco por razões ligadas ao tempo verbal, o que mais à frente esclareceremos.

Mais uma vez, em qualquer dos casos, a forma mais comum para estas frases é mesmo a estrutura com o sujeito invertido, salienta a autora.

Não podemos concordar totalmente com os juízos de gramaticalidade de Ambar, que divergem dos nossos neste último aspecto, ao distinguir a construção com verbos inergativos da construção com verbos inacusativos. [11]

Também não partilhamos dos seus critérios de aceitabilidade quando confronta frases com tempo presente e frases com tempo passado contendo verbos inergativos:

46. a) * Em Lisboa, o Pedro mora.
    b) * No Porto, os amigos da Ana vivem.
    c) * Nessa fábrica, o Pedro trabalha.

47. a) Em Lisboa, o Pedro morou.
    b) No Porto, os amigos da Ana viveram.
    c) Nessa fábrica, o Pedro trabalhou.

De facto, as frases parecem ter um carácter contrastivo e, nesse caso, o tempo passado será mais adequado [12]. Em qualquer dos casos, pensamos que as frases tal como estão, sem um contexto mais alargado, são bastante marginais. Na realidade, esta nossa posição poderá pôr em causa a aceitação de alguns aspectos da proposta de análise da construção sugerida por Ambar, como à frente confirmaremos.

Note-se, no entanto, que, relativamente a frases do tipo 46, a autora considera que poderão ser gramaticais sob determinadas interpretações semânticas. Isto é, se em vez de se considerarem os verbos semanticamente fracos

---

[11] Comparem-se os exemplos 44 e 45, deduzidos a partir da proposta da autora, com os exemplos 15 - 20 e 21 - 22, que representam os nossos juízos de gramaticalidade.

[12] Repare-se nas diferenças de aceitabilidade patentes nas frases em que esse contraste é explícito:
a) Em Lisboa, e não em Tomar, o Pedro morou.
b) ? Em Lisboa, e não em Tomar, o Pedro mora.

(visto terem como principal função "estabelecer uma relação entre o sujeito e o sintagma preposicional (locativo) que é seu complemento" (p. 78)), lhes forem atribuídas interpretações de "estados de coisas do tipo acção", as frases serão perfeitamente gramaticais:

48. No Porto, os amigos da Ana vivem (a vida).

Ambar realça também que a presença de um constituinte à direita do verbo melhora consideravelmente a frase e permite que o sujeito se mantenha na sua posição pré-verbal, sem alterações da gramaticalidade da frase:

49. a) Em Lisboa, o Pedro mora na rua das Flores.
b) No Porto, os amigos da Ana moram há muitos anos.
c) Nessa fábrica, o Pedro trabalha desde muito novo.

A introdução de um operador de Foco ou de um operador de negação legitima também a ordem sujeito-verbo, numa construção de constituintes antepostos:

50. a) Em Lisboa, *apenas* o Pedro mora.
b) No Porto, *só* os amigos da Ana vivem.
c) Nessa fábrica, o Pedro *não* trabalha.

Se os nossos juízos de gramaticalidade divergiam dos de Ambar na comparação dos exemplos de tipo 46 e 47 (por parecerem frases "incompletas"), o mesmo não acontece no que diz respeito a todas as outras estratégias de legitimação do sujeito pré-verbal, enunciadas nos exemplos 48-50.

Em Brito e Duarte (82) encontramos uma proposta que articula ordem de palavras com a forma de determinação do sujeito nas frases declarativas do

português com verbos de existência e verbos de "entrada em cena" (que actualmente se podem englobar na subclasse sintáctica dos inacusativos) e outros verbos intransitivos que não pertencem a esses dois subgrupos (verbos inergativos).

As autoras defendem que "nas frases declarativas do Português, a condição necessária para a ocorrência de sujeitos pós-verbais é a sua NÃO - TOPICALIDADE" (p. 245).

Brito e Duarte distinguem a noção de TÓPICO da noção de SUJEITO. Assim, enquanto o sujeito é uma função sintáctica, o tópico é uma função textual, com diferentes propriedades pragmáticas, semânticas, sintácticas e fonológicas.

Basicamente, podem destacar-se algumas regularidades:

i) quando o sujeito tem a função textual de tópico, ocorre em posição inicial de frase e, logo, em posição pré-verbal;

ii) se o sujeito não tem a função textual de tópico, é raro ocupar a posição pré-verbal;

iii) no caso de haver na frase um tópico marcado em posição inicial, o sujeito *poderá ocorrer em posição pré ou pós-verbal.*

A determinação do SN sujeito é um factor muito importante para a escolha da sua posição: os sujeitos não definidos aparecem sempre em posição pós-verbal; os sujeitos definidos podem aparecer em posição pré ou pós-verbal.

Relativamente a esta proposta de Brito e Duarte, apenas temos a salientar que não concordamos com juízos de gramaticalidade como os que são apresentados nas frases do exemplo 51, que comprovariam que sujeitos não definidos aparecem sempre em posição pós-verbal. :

51. a) * Mais do que um rio chamado Águeda existe em Portugal.

b) * Um diabo apareceu no meu quarto.

As autoras afirmam que estes verbos (de existência e de "entrada em cena") se limitam a assertar a existência ou a colocar na "cena de enunciação" os

individuais designados pelos sujeitos. A informação transmitida é nova, e o sujeito ocorre necessariamente em posição pós-verbal. Na realidade, pensamos que a escolha de uma posição pré-verbal para estes SNs é possível, desde que as frases surjam num contexto mais alargado, por exemplo, com um outro argumento ou adjunto, como refere Ambar a propósito de exemplos do tipo de 49:

52. Um diabo apareceu no meu quarto no sonho que tive esta noite.

Em síntese, relativamente às várias propostas de restrição das classes de verbos que surjem na chamada "inversão locativa", parece-nos que é possível concluir que as propostas para o inglês não se confirmam em português. A proposta de Ambar, que é directamente apresentada para o português, tenta distinguir inversões facultativas de inversões obrigatórias, mas suscitou-nos algumas dúvidas por termos juízos de gramaticalidade divergentes. A proposta de Brito e Duarte contempla bastantes contextos de inversão, apontando diferenças no tocante à aceitação de formas invertidas e não invertidas. Verificámos que essas diferenças não derivam apenas do tipo de verbo, mas de muitos outros factores. Um desses factores parece ser a determinação do argumento do verbo, seja ele argumento interno (verbos inacusativos) ou argumento externo (verbos inergativos ou transitivos).

3. Formas de determinação do SN posposto - o "efeito de definitude"

Em certos contextos sintácticos, a forma de determinação do argumento do verbo relaciona-se com a ordem de palavras.

Belletti (88), na sequência de outros autores, defende que em línguas como o inglês ou o francês existe "efeito de definitude"; este fenómeno consiste na impossibilidade de determinação definida do SN em posição pós-verbal em construções inacusativas:

53. a) There arose a storm here.

b) * There arose the storm here.

54. a) Il est arrivé trois filles.

b) * Il est arrivé la fille.

O mesmo fenómeno verifica-se também nas frases passivas, o que não parecerá estranho, pois como vimos anteriormente, a morfologia passiva e inacusativa aproximam-se em algumas das suas propriedades. Assim, Belletti defende que o "efeito de definitude" é um fenómeno ligado à natureza do objecto de verbos inacusativos, que deverão ser indefinidos. Segundo Belletti, o italiano não apresenta aparentemente "efeito de definitude":

55. a) Il ragazzo è arrivato.

b) È arrivato il ragazzo.

No entanto, Belletti defende que em italiano existe "efeito de definitude".

Para provar a sua tese, a autora refere que nas construções de 55 o que opera é a "inversão do sujeito" por adjunção do SN sujeito a SV, enquanto nas frases em que não se pode invocar uma adjunção do SN a SV, por exemplo, quando há no interior de SV um SPrep subcategorizado (representação em 56), existe efeito de definitude no italiano. Só isto explicará a agramaticalidade das frases 57, por oposição a 58:

56. SN1 [SV V SN2 SPrep]

(em que o verbo é inacusativo ou passivo, o SN2 é o argumento directo e o SPrep um complemento subcategorizado pelo verbo)

57. a) * All'improvviso è entrato l' uomo dalla finestra.

b) * Era finalmente arrivato ogni studente a lezione.

c) * È stato messo il libro sul tavolo.

58. a) All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.

b) Era finalmente arrivato qualche studente a lezione.

c) È stato messo un libro sul tavolo.

Ambar (92) considera a existência de "efeito de definitude" nas construções de inversão com verbos inacusativos e passivos do português, sempre que se verifica a presença de um constituinte à direita do sujeito pós-verbal, ou seja, nas mesmas condições enunciadas por Belletti. Nos exemplos que seguem, concordamos com Ambar ao considerar a marginalidade das frases com SN posposto definido (a), por oposição àquelas em que o SN é indefinido (b):

59. a) ?* Chegaram os delegados alemães ontem.

b) Chegaram delegados alemães ontem.

60. a) ?* Vieram essas sobremesas da Escandinávia.

b) Vieram sobremesas da Escandinávia.

A marginalidade das frases desaparece se o locativo for colocado em posição inicial (exemplo 61) ou se, para além do constituinte à direita do sujeito, *existir outro constituinte em posição inicial de frase (exemplo 62):*

61. a) Ontem chegaram os delegados alemães.

b) Da Escandinávia vieram essas sobremesas.

62. a) Ontem chegaram os delegados alemães a Lisboa.

b) Ontem vieram essas sobremesas da Escandinávia.

No entanto, em determinados contextos, se o SN for *propriamente definido*, como afirma Ambar, a agramaticalidade (ou marginalidade) de um SN definido posposto deixa de existir, como atestam os exemplos correspondentes às frases 57.a) e 58.a), do italiano:

63. a) De repente entrou **um homem** pela janela.

b) ? De repente entrou **o homem** pela janela. [13]

c) De repente entrou **o homem do chapéu preto** pela janela.

Assim, Ambar defende que a marginalidade da frase 63.b) não se deve ao facto de o SN em posição pós-verbal ser simplesmente definido, mas a uma "restrição mais geral sobre a determinação dos SNs" (p.128): quanto mais determinado for o SN, mais condições tem de ser posposto ao verbo.

Os SNs indefinidos poderão sempre ocorrer pós-verbalmente sem limitações de qualquer ordem.

64. a) Chegaram delegados alemães ontem.

b) Ontem chegaram delegados alemães.

c) Ontem chegaram delegados alemães a Lisboa.

A proposta de Brito e Duarte (82) atrás apresentada refere também a questão da determinação do SN sujeito como uma das condições para a escolha da posição que ocupa. As autoras não falam de "efeito de definitude" no português, citando mesmo variados exemplos e circunstâncias em que o SN sujeito definido pode ocorrer pós-verbalmente:

65. a) Acontecem essas coisas frequentemente.

b) Acontecem frequentemente essas coisas.

---

[13] Ambar salienta que de modo nenhum se pode considerar esta frase completamente agramatical, como aparentemente acontece em italiano, com o que concordamos. No entanto, dos três exemplos apontados, 63.b) é, na verdade, a frase menos boa.

c) Ontem, chegou o João.

d) Às 12 e 18, hora de Madrid, desceram os restantes 38 passageiros.

e) Presidirá ao encontro o director da arma, brigadeiro (...).

Raposo e Uriagereka (90), ao estudarem construções idênticas, falam também da existência de "efeito de definitude" em português.

Raposo e Uriagereka consideram que exemplos como 66 ilustram orações pequenas adjectivais e que exemplos como 67 contêm orações pequenas preposicionais; nas primeiras, verifica-se o "efeito de definitude" (exemplo 66), enquanto nas segundas o fenómeno não aparece (exemplo 67):

66. a) ?* Em Beirute ficaram ontem [esses soldados feridos].

b) Em Beirute ficaram ontem [alguns soldados feridos].

67. a) Em Beirute ficaram ontem [esses soldados sem armas].

b) Em Beirute ficaram ontem [alguns soldados sem armas].

Relativamente a estes juízos de gramaticalidade, temos alguma relutância em aceitar como marginal a frase 66.a), comparada com 67.a). De facto, mais uma vez, não conseguimos vislumbrar uma grande disparidade entre os dois exemplos; eles poderão ser gramaticais desde que inseridas num contexto apropriado. Para além disso, estamos perante frases com um locativo inicial; ora, no nosso entender, assim como para outros autores, tal como Ambar, por exemplo, esse locativo elimina qualquer "efeito de definitude" que pudesse existir.

Comparando estes exemplos com frases em que os verbos seleccionam um objecto temático, em vez de um complemento de tipo oração pequena, Raposo e Uriagereka destacam que o "efeito de definitude" aparece em frases com um objecto temático, tal como nas que seleccionam uma oração pequena adjectival:

68. a) *? Chegou o estudante tarde.

b) Chegou um estudante tarde.

A explicação destas diferenças de gramaticalidade e do "efeito de definitude" a elas associado, segundo os autores, reside na questão da atribuição casual. Voltaremos mais à frente a este assunto.

Antes, porém, torna-se necessário comparar 68.a) e b) com 68.c):

68. c) Chegou o estudante.

Verificamos que a frase é gramatical; ela é perfeitamente aceitável, por exemplo, como resposta à pergunta "o que é que aconteceu?". Aqui, toda a informação é nova e o SN definido é aceitável, como defende Brito (98), com quem concordamos . Neste sentido, parece podermos concluir que não existe "efeito de definitude" em português. Nas construções de "inversão locativa" em particular, *também não se verifica o "efeito de definitude", pois sempre que existe um* constituinte (um SPrep locativo, temporal ou de outro tipo) em posição inicial, a frase é gramatical; nas construções sem locativo ou outro SPrep inicial, registam-se alguns casos pontuais em que um SN definido pós-verbal pode tornar a frase bastante desviante. Mas se a frase contiver toda a informação, como em 68.c), é de novo gramatical. Para a explicação de tal facto, não estará só em causa a determinação do SN (definido/indefinido), mas também a presença de um constituinte em posição inicial e/ou final de frase.

4. Fenómenos de concordância e de atribuição de caso nas construções de "inversão locativa" com verbos inacusativos ou passivos

4.1. Acordo em português, francês e inglês

Em português, quer nas construções de "inversão locativa", quer nas construções ditas de "inversão livre do sujeito", quer nas construções pessoais não

invertidas, o acordo faz-se sempre entre o V e o SN que é o argumento externo (sujeito) ou o argumento interno (caso dos verbos inacusativos). Em inglês, acontece exactamente o mesmo, com a diferença de ser obrigatória a presença de um expletivo na posição de sujeito, quando não há um locativo inicial. No francês, ao contrário, na presença do clítico nominativo *il*, é com este que o acordo se faz:

69. a) À festa chegam três raparigas.
    b) Chegam três raparigas.
    c) Três raparigas chegam à festa.

70. a) At the party arrive three girls.
    b) There arrive three girls.
    c) Three girls arrive at the party.

71. a) À la fête arrivent trois filles.
    b) Il arrive trois filles.
    c) Trois filles arrivent à la fête.

No contexto de verbos inergativos e nas construções com verbos transitivos que permitem a inversão em português, o acordo faz-se sempre com o SN que tem a função de sujeito, independentemente da sua posição na frase, como atestam os exemplos 72:

72. a) Neste hotel o rei recebeu os seus convidados.
    b) Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.
    c)? Neste hotel recebeu os seus convidados o rei.
    d) * Neste hotel receberam o rei os seus convidados.
    e) * Nestes hotéis receberam o rei o seu convidado.
    f) * Neste hotel recebeu os reis o seu convidado.

4.2. Tratamentos da concordância e da atribuição de caso

4.2.1. Atribuição de caso por formação de cadeia

Para as línguas que admitem um sujeito nulo, tal como o português e o italiano, Burzio (86) e Chomsky (86) sugeriram uma hipótese de explicação da atribuição casual em construções com verbos inacusativos e passivos, baseada na noção de cadeia.

Nestas línguas, na posição de sujeito, há uma categoria vazia de natureza expletiva que, de acordo com as propostas de Chomsky, se encontra necessariamente associada a um argumento em posição pós-verbal. A relação que se estabelece entre os dois é semelhante à ligação que existe entre un SN deslocado e o seu vestígio. A relação entre expletivo e argumento (par expletivo-argumento) é expressa por co-indexação, tal como numa cadeia de movimento; mas como não é aqui obtida por movimento, o que opera é uma CADEIA em Forma Lógica

FLEX atribui caso nominativo ao pronome expletivo. Em Estrutura-S, o caso será então transmitido do expletivo para o argumento (que ocupa uma posição não casual). Desta forma, não há violação do Filtro do Caso, pois o argumento vai poder aceder ao caso nominativo por associação com o expletivo, que está em posição casual. O expletivo em posição de sujeito vai transferir o caso nominativo que recebe de FLEX para o SN pós-verbal que, por sua vez, desencadeia a concordância verbal.

O francês e o inglês que são línguas "não pro-drop", não têm, na posição de sujeito, a categoria vazia que permitirá a formação de uma cadeia e a consequente atribuição de caso nominativo ao SN pós-verbal. Nesta língua, a explicação da atribuição de caso muito dificilmente se ligaria à noção de cadeia; a posição de SN é ocupada por *il*, que recebe o caso nominativo directamente de Flexão. Quanto ao SN pós-verbal, é discutível o modo como lhe é atribuído caso. Ver a este propósito as secções seguintes.

4.2.2. Caso Partitivo

Belletti (88) propõe uma hipótese diferente que se pode aplicar às construções impessoais com verbos inacusativos: segundo a autora, haveria atribuição de caso partitivo ao SN pós-verbal.

Belletti baseia-se na distinção proposta por Chomsky (86) entre dois tipos de caso: estrutural e inerente. O caso estrutural é atribuído em Estrutura-S e não está associado a nenhuma função temática na grelha das categorias que o atribuem. É exemplo de caso estrutural o caso acusativo atribuído por V ao SN que ocupa a posição de complemento, em V', nas construções de tipo transitivo. O caso inerente é atribuído em Estrutura-P e encontra-se ligado a uma função temática particular na grelha temática da categoria. O caso inerente só pode ser atribuído a um complemento seleccionado pela categoria atribuidora. São exemplos de caso inerente, de acordo com Chomsky, o caso genitivo atribuído por N e ADJ e o caso oblíquo atribuído por PREP.

A tese de Belletti assenta no princípio de que as formas do particípio passivo não atribuem caso estrutural, mas caso inerente partitivo. A autora verificou que, em certas línguas, como o finlandês, com sistemas casuais morfologicamente ricos, o caso acusativo não é o único caso acessível a um SN na posição de objecto directo. O objecto directo, em finlandês, pode receber caso acusativo ou partitivo. Qualquer verbo que seleccione um objecto directo pode atribuir caso partitivo, acrescenta ainda a autora.

Assim, as formas do particípio passivo, tal como os verbos inacusativos (que têm propriedades similares), não têm a capacidade de atribuir caso estrutural, mas podem atribuir caso partitivo ao objecto directo.

Desta forma, segundo Belletti, também em italiano, em frases do tipo de 73

73. Arrivano molti studenti,

ao SN pós-verbal é atribuído caso partitivo pelo verbo e não nominativo, como se poderia pensar à primeira vista.

Este caso não é compatível com os SNs definidos, e é por esta razão que a autora fala do fenómeno de "efeito de definitude" já explicitado na secção 3. Nas situações em que o SN é definido, Belletti propõe que opera a chamada "inversão do sujeito" por adjunção a SV. O SN não está na posição de objecto, mas sim de adjunto ao SV; nessas circunstâncias, o SN tem caso nominativo.

4.2.3. Atribuição de caso ao sujeito não elevado de uma oração pequena

Raposo e Uriagereka (90), como já foi referido atrás, propõem uma análise da atribuição casual ao sujeito não elevado dos complementos seleccionados por verbos inacusativos e passivos.

Para os autores, a diferente natureza das orações pequenas (preposicionais ou adjectivais) acarreta diferenças de atribuição casual e, consequentemente, de gramaticalidade:

74. a) ? * Ontem em Beirute ficaram [os soldados feridos].
    b) Ontem em Beirute ficaram [os soldados sem armas].

Em 74.b), temos uma frase cujo verbo selecciona uma oração pequena preposicional e em que o sujeito recebe caso nominativo; em 74.a), contudo, o sujeito da oração pequena adjectival não pode receber qualquer caso e o resultado é uma frase agramatical.

Segundo os autores, as propostas de Burzio (86) e de Belletti (88) não explicam certos contrastes de gramaticalidade, tais como os que são apresentados nos exemplos 75:

75. a) [Essas/algumas actividades]i são consideradas [SC [v] i úteis para o país].
    b) *? [e]i são consideradas [SC [essas/algumas actividades]i úteis para o país].

Raposo e Uriagereka chamam também a atenção para o facto de a proposta de Belletti não explicar a razão da agramaticalidade das frases que têm uma oração pequena adjectival (é também o caso das frases do exemplo 75), por oposição à gramaticalidade daquelas que seleccionam uma oração pequena preposicional.

Nos exemplos apresentados com orações pequenas preposicionais, para além disso, não há, segundo os mesmos autores, "efeito de definitude", logo, o caso partitivo, de acordo com a teoria de Belletti, não pode explicar a gramaticalidade das frases com um sujeito definido não elevado de uma oração pequena preposicional (v. 74.b)).

Uma das constatações que os autores fazem reside no facto de, nas estruturas passivas e inacusativas, em contextos em que o SN se move, as frases serem sempre gramaticais:

76. a) Em Beirute, [esses soldados]i ficaram ontem [SC [v] i feridos].

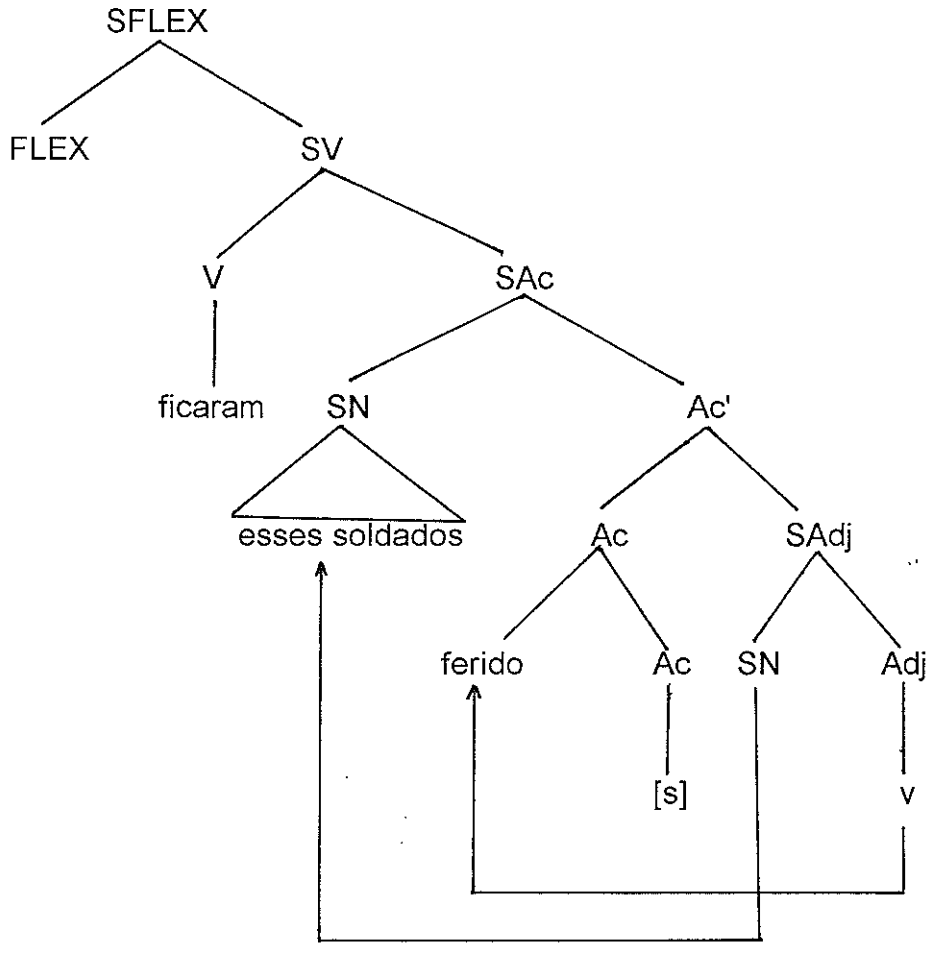
b) Em Beirute, [esses soldados]i ficaram ontem [SC [v] i sem armas].

Outra das conclusões do artigo refere que os sujeitos não elevados de orações pequenas preposicionais podem receber caso nominativo, ao contrário dos sujeitos das orações pequenas adjectivais ou dos objectos temáticos. Esses objectos temáticos podem receber caso partitivo, sendo definidos, ao mesmo tempo que recebem função temática. No entanto, nenhum sujeito de oração pequena pode receber caso partitivo.

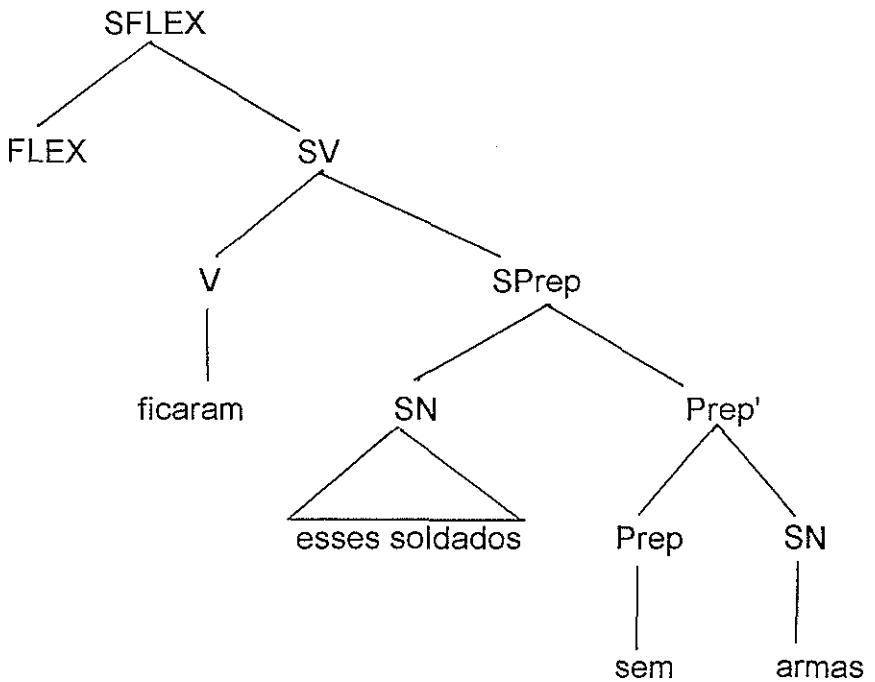
A grande diferença entre orações pequenas preposicionais e adjectivais, segundo os autores, é que estas concordam com o sujeito. Defendem que Acordo projecta a sua própria estrutura; sendo assim, as orações adjectivais deverão ter uma projecção extra entre a projecção adjectival e o predicado principal. As orações pequenas preposicionais não têm esta projecção e daí advirá a sua gramaticalidade por oposição à agramaticalidade das orações pequenas adjectivais.

As estruturas das orações corresponderão às representações 77 e 78:

77. Oração pequena adjectival



78. Oração pequena preposicional



Na estrutura 77, não pode ser atribuído caso nominativo ao sujeito da oração pequena, porque SAc funciona como uma barreira. [14]

No caso de 78, FLEX rege o sujeito da oração pequena e pode atribuir-lhe caso nominativo. Não há qualquer barreira, pois só projecções funcionais são consideradas barreiras.

Veja-se de novo o contraste entre 75.a) e b), que aqui voltamos a apresentar:

79. a) [Essas actividades]i são considerads [[v] i úteis para o país].

b) *? [e] são consideradas [[essas actividades] úteis para o país].

---

[14] Os autores redefinem as noções de Barreira e de Regência:

Regência:

1. α (=X) rege β se e só se

a) α é irmão de β, ou

b) α rege δ, e não há nenhum γ, tal que γ seja uma barreira para β, de forma a excluir δ; e não há nenhum μ, de forma que μ seja um regente mais próximo de β do que α, se e só se μ rege β por menos passos que α.

Barreira:

α só é uma barreira se for X'' (isto é, uma projecção funcional com um especificador).

Em 79.a) deu-se uma subida do SN e a frase é gramatical. O SN eleva-se através de uma barreira o que parece um pouco contraditório relativamente ao facto de em 79.b) o SN não poder receber o caso nominativo exactamente devido ao estatuto de barreira de SAc.

Raposo e Uriagereka explicam esta aparente contradição, propondo que o núcleo de SAdj se eleva primeiro para Ac, e o complexo [Adj + Ac] eleva-se depois para o núcleo do SV principal. A subida do adjectivo incorporado a acordo remove o estatuto de Barreira de SAc.

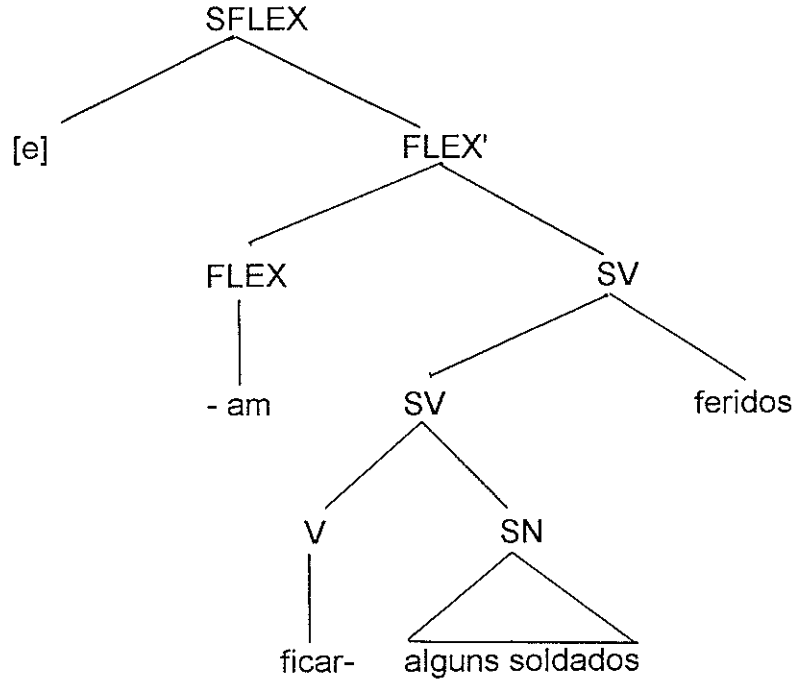
Relativamente à questão do "efeito de definitude" em frases como as do exemplo 80, Raposo e Uriagereka propõem que o único modo de explicação deste contraste é a consideração de que não estamos em presença de uma oração pequena, visto que o exemplo 80.a) é gramatical, o que suporia que lhe foi atribuído caso partitivo.

80. a) Em Beirute ficaram alguns soldados feridos.

b) *? Em Beirute ficaram esses soldados feridos.

Como os autores propuseram que a atribuição de caso partitivo a sujeitos de orações pequenas não é possível, sugerem que estes são casos de uma predicação secundária, sendo os SNs objectos estruturais. A representação da frase será diferente da que foi sugerida anteriormente:

81.



Neste caso, segundo os autores, o adjectivo aparece numa posição de adjunção a SV e o SN é um argumento do verbo. Por essa razão, trata-se, na verdade, de um objecto temático e evidenciará o "efeito de definitude". As frases em que o SN é definido (80. b)) são agramaticais. Nas frases em que o SN é indefinido (80. a), com a representação 81), o SN receberá caso partitivo.

Temos de nos demarcar desta hipótese apresentada por Raposo e Uriagereka. Notemos em primeiro lugar, como faz Brito (98) que a frase 80.b), dada como agramatical, pode ser aceitável num contexto mais alargado:

82. a) ? Em Beirute ficaram esses soldados sem armas e logo os inimigos se aproveitaram da situação.

b) ? Em Beirute ficaram esses soldados feridos e imediatamente as Nações Unidas tomaram providências para os ir buscar.

Quer a frase com uma oração pequena adjectival (82.b)) quer a frase com uma oração pequena preposicional (82.a)) são aceitáveis.

Por outro lado, Brito (98) aponta que os casos que Raposo e Uriagereka analisam como uma predicação secundária podem apresentar outra ordem de palavras com um SN final, como mostra 83:

83. Em Beirute ficaram feridos alguns soldados.

Perante tal, a autora sugere que não existirá uma oração pequena neste tipo de frases, mas uma outra posição intermédia disponível para o SN sujeito.

4.2.4. Caso e verificação de traços

Chomsky (95) analisa as construções com expletivos e a forma como se dá a atribuição casual em tais casos. Brito (98), baseando-se nas hipóteses de Chomsky, propõe uma hipótese de atribuição casual ao SN pós-verbal em construções inacusativas, passivas e orações pequenas.

Segundo Chomsky (95), é necessário distinguir dois tipos de contruções com expletivos: por um lado, as construções em que o verbo concorda com o SN pós-verbal (ao qual o expletivo se associa); é o caso das línguas de sujeito nulo, ou de línguas com um expletivo do tipo do inglês *there*; por outro lado, as construções em que o verbo concorda com os expletivos, como *il* (em francês) ou *it* (em inglês).

No primeiro tipo de construções, *pro* (em línguas de sujeito nulo) ou o expletivo *there* têm traços-D [15] capazes de satisfazer o Princípio de Projecção Alargado (PPA) [16], mas não têm traços-phi (pessoa, género e número); por essa razão, o SN pós-verbal tem de subir para a posição de ESP de SAc suj (ou ESP, ST) em FL, formando uma espécie de CADEIA; o caso e os traços-phi do sujeito pós-verbal serão exactamente os mesmos que os traços do expletivo. Chomsky propõe que o movimento é apenas um movimento de traços.

---

[15] Traço-D (DET) é a designação adoptada por Chomsky para indicar os traços nominais.

[16] O Princípio de Projecção Alargado é o princípio proposto em Chomsky (82) para dar conta de que a categoria F tem de ter uma posição de sujeito.

As construções com os expletivos *it* ou *il* são diferentes. A subida do SN em FL é bloqueada. O verbo concorda, nestes casos, com o expletivo. *It* e *il* têm os traços de caso e os traços-phi, portanto, não só satisfazem o PPA, mas também o traço de caso.

Brito (98) realça o facto de a análise de Chomsky não sugerir qualquer hipótese quanto ao modo como em línguas como o francês o SN pós-verbal recebe caso, em construções do tipo de 84 :

84. Il est arrivé un homme.

Visto que o francês não apresenta sempre "efeito de definitude" (veja-se o contraste entre 85.a) e 85.b)), não se poderá afirmar que é atribuído caso partitivo.

85. a) * Il est arrivé l'événement.
    b) Il est arrivé l'événement le plus fantastique du monde!

Aliás, como faz notar a autora, em português e galego, surgirá o mesmo problema relativamente à utilização de um expletivo nominativo em certos contextos, como mostram os exemplos 86:

86. a) Ele aconteceu uma desgraça.
    b) El chovia.

Perante tais dados, Brito (98) propõe que o caso nominativo é atribuído por defeito (*default case*) ao SN associado ao expletivo nominativo nas construções do francês com *il*, do português com *ele* e do galego com *el*.

5. Conclusão

Ao longo do presente capítulo, tentámos estabelecer os contextos de "inversão locativa" em português, com vista a uma melhor compreensão do fenómeno. Muitas questões se foram levantando.

Começámos por constatar que, de acordo com os nossos juízos de gramaticalidade, a "inversão locativa" opera em português com verbos transitivos e intransitivos. De modo a explicar alguns tipos de verbos intransitivos, referimo-nos à distinção clássica entre inergativos e inacusativos. Concluímos que, em português, todas as classes de verbos permitem a chamada "inversão locativa", mesmo a classe de verbos transitivos.

Apresentámos, de seguida, algumas propostas em que se sugerem certas restrições quanto às classes de verbos que licenciam a construção de inversão do sujeito, mostrando que, de um modo geral, as restrições propostas na bibliografia e que são válidas para o inglês não se adaptam ao português. Ambar (92) e Brito e Duarte (82), ao apresentarem propostas directamente para esta língua, suscitam, em alguns casos, mas não em todos, a nossa aprovação. Ao analisarmos a natureza semântica do SN pós-verbal, defendemos que em português de um modo geral não se verifica qualquer restrição de definitude. Na última secção deste capítulo, apresentámos algumas propostas de explicação sobre acordo e atribuição casual ao SN pós-verbal nas construções de inversão com verbos inacusativos ou Particípios passivos. Burzio (86) e Chomsky (86) sugerem uma atribuição de caso nominativo por formação de uma cadeia; Belletti sugere a atribuição de caso inerente partitivo; Raposo e Uriagereka, por seu turno, sugerem que as frases poderão ser analisadas como contendo uma oração pequena ou um objecto temático: o caso atribuído será então nominativo ou partitivo, respectivamente; finalmente, fizemos referências às propostas de Chomsky (95) e Brito (98), para os quais o SN pós-verbal das construções inacusativas e passivas recebe caso por elevação em FL (mecanismo que na proposta do Programa Minimalista se

apresenta como o equivalente da noção de CADEIA em FL proposta por Burzio (86) e Chomsky (86)).

Perante a constatação de um leque tão variado de factores que intervêm no fenómeno de "inversão locativa", alguns autores propuseram análises diversas das construções, em particular, diferentes estatutos quer para o SPrep inicial quer para o SN pós-verbal. É o que apresentaremos no capítulo seguinte.

Capítulo II

PROPOSTAS DE ANÁLISE DA INVERSÃO LOCATIVA

1. Introdução

As propostas de análise da "inversão locativa" apresentadas na literatura sobre o assunto são muito variadas e distintas, pelo que decidimos expor neste capítulo apenas algumas das que nos parecem mais interessantes e pertinentes para o confronto com a nossa própria sugestão de análise.

Como já se começou a compreender no final do capítulo anterior, o estatuto do SN posposto na chamada construção de "inversão locativa" varia de proposta para proposta; também há discussão quanto à posição do SPrep locativo, como confirmaremos ao longo do presente capítulo.

Alguns dos autores e estudos foram já referidos, relativamente a certos aspectos específicos das suas teorias, pelo que neste capítulo apenas apresentaremos as respectivas propostas de análise da "inversão locativa" propriamente dita.

Começaremos por propor um grupo de análises em que a função discursiva não tem um papel de relevo, nomeadamente, propostas de Safir (85), de Coopmans (89), de Torrego (89), de Hoekstra e Mulder (90) e, por fim, a proposta de Dikken e Naess (93); de seguida, apresentaremos um conjunto de análises que recorrem de forma sistemática à noção de função discursiva: Rochemont e Culicover (90), Bresnan e Kanerva (92) e Bresnan (94), Levin e Rappaport (95); para terminar, apresentaremos a proposta de análise para o português, de Ambar (92), que se destaca dos outros estudos por contemplar a inversão com verbos inergativos, inacusativos e transitivos.

2. Tratamentos formais que não fazem uso da noção de função discursiva

2. 1. Safir (85)

Safir, num trabalho sobre cadeias sintácticas defende que o "efeito de definitude" está ligado à formação de cadeias "unbalanced", segundo a terminologia do autor. Estas cadeias caracterizam-se pelo facto de o argumento não ser a cabeça da cadeia, isto é, aparecem quando um SN pós-verbal não está numa posição casualmente marcada e tem de ser co-indexado com a posição de sujeito, para dela herdar caso e respeitar o Filtro do Caso. Apenas as línguas marcadas positivamente em relação ao Parâmetro de Inversão Livre não apresentarão "efeito de definitude", visto que este parâmetro diz que o sujeito clítico que recebe caso nominativo pode ele próprio atribuir caso. Assim sendo, não será necessária a formação de uma cadeia para que o SN aceda ao caso.

No mesmo trabalho, Safir apresenta uma proposta de explicação de estruturas de inversão que designa num sentido lato como "inversão estilística", de que nos interessam as frases com anteposição de um SPrep em inglês, apresentadas em 1:

1. a) Into the room walked an old man/John.

Considerem-se agora as frases de 2, propostas por Safir:

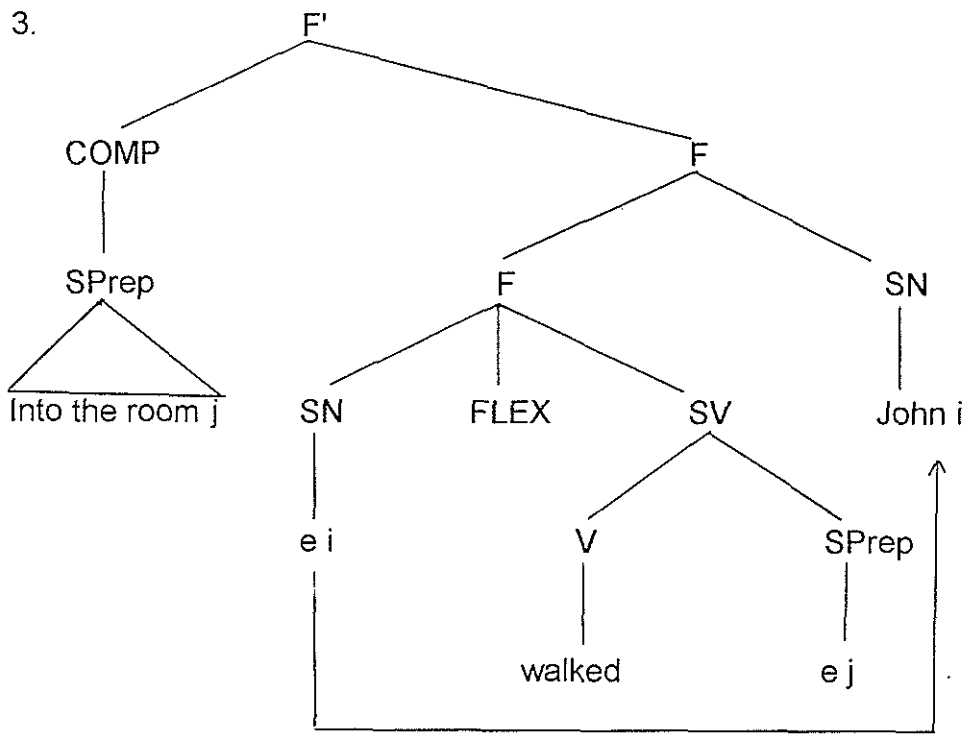
2. a) Into the room walked an old man/ John.
   b) There walked into the room an old man / *? John.
   c) * Walked into the room an old man / John.

A agramaticalidade de 2.c) é perfeitamente previsível, visto que o inglês não é uma língua de sujeito nulo (e não é uma língua de "inversão livre do sujeito").

Assim, quando o SN está em posição pós-verbal, tem de se inserir *there*, para se evitar a violação da Condição de Realização do Caso Nominativo (Safir (85)).[17]

Safir sugere que existem duas hipóteses de explicação de 2.a) e 2.b): o SN está numa posição de adjunção a SV ou de adjunção a F. O autor defende que em 2.a) existe uma adjunção a F, ao contrário do que acontecerá em 2.b), em que se verifica uma adjunção a SV. Visto que a posição de adjunção a F é um posição A', a posição de sujeito pré-verbal em a) satisfaz a Condição de Realização do Caso Nominativo, como se verifica pela representação em árvore:

3.



De acordo com as propostas do autor, a variável na posição vazia de sujeito receberá o caso nominativo de FLEX e o SN em posição de adjunção herdará, por sua vez, o caso da posição com a qual está co-indexado.

Safir realça que o "efeito de definitude" não se verifica nesta construção, devido certamente ao facto de à "inversão locativa" estar associada uma

[17] Segundo Safir, esta condição diz que o caso nominativo tem de ser foneticamente realizado na posição em que é atribuído. Não esqueçamos, porém, que o caso nominativo conta como foneticamente realizado se a posição a que for atribuído for uma variável.

interpretação de foco; a construção de foco enfraquece o "efeito de definitude". Nas construções com *there* apresentativo, o "efeito de definitude" é ligeiro, mas suficientemente forte para excluir um nome próprio, como em 2.b), em contraste com 2.a), em que um nome próprio posposto é gramatical.

Quanto a 2.c), a construção é excluído pela "Condição de Realização do Caso Nominativo" se houver uma adjunção de sujeito a SV (a posição vazia de sujeito não conta como uma variável em estrutura de superfície, violando a Condição de Realização do Caso Nominativo); a adjunção a F poderia ser uma possibilidade. Pelo contraste entre 2.a) e 2.c), parece evidente que a adjunção a F do sujeito pós-verbal está associada ao constituinte SPrep anteposto. Por essa razão, a frase c) será automaticamente excluída, já que o SPrep locativo não foi anteposto.

Safir constata que os contextos de inversão vão para além destes casos de SPrep locativo ou direccional, pois podem aparecer muitos outros elementos antepostos, quer em inglês quer em francês (exemplos 4 e 5 respectivamente). Por essa razão, toma a construção como uma construção de [X + Foco].

4. a) More important has been the establishment of legal services.
   b) Speaking at today's lunch will be our local congressman.

5. a) Un à un s'éteignent les minces rais blêmes des fenêtres.
   b) Et déjà montait dans ses yeux la même lueur de lucidité surhumaine.

Para concluir, podemos resumir a proposta de Safir, dizendo que o autor toma a "inversão locativa" como uma construção de foco parasítica do constituinte anteposto: o SPrep é um argumento do verbo que se move para COMP e o SN posposto poderá ser o sujeito ou o objecto da frase (consoante o tipo de verbo, inergativo ou inacusativo). [18]

[18] É o que se deduz a partir da proposta geral do autor, que distingue frases com verbos inergativos, em que a posição de sujeito é uma posição temática, de frases com verbos inacusativos, em que na

Repare-se que Safir analisa a "inversão locativa" no quadro da TRL, quando ainda não se pensava que a posição básica de sujeito podia ser a de ESP de SV (Sportiche (88)); por outro lado, não faz grande uso de categorias funcionais (a sua análise é pré-Pollock (89)).

2.2. Torrego (89)

Torrego (89) apresenta alguns argumentos a favor de uma tese de inacusatividade do fenómeno de "inversão locativa", num estudo sobre o espanhol. Nesta língua, verifica-se uma alternância entre verbos inergativos e verbos inacusativos, sob determinadas condições sintácticas e semânticas. Esta alternância dá-se sob a presença expressa de um argumento locativo referencial (que pode conter informação relativa ao espaço ou ao tempo) em posição pré-verbal.

Visto que os testes de cliticização e da selecção auxiliar não funcionam para o espanhol, Torrego baseia-se num fenómeno relacionado com a determinação dos argumentos, para verificar esta alternância: em espanhol, os verbos inacusativos e transitivos permitem meros plurais em posição pós-verbal, enquanto os inergativos não permitem. Vejamos alguns exemplos apresentados pela autora:

6. a) Han leído libros.
   b) Han pasado camiones.
   c) * Han dormido animales.

No entanto, os meros plurais com verbos inergativos serão perfeitamente gramaticais, se no início da frase for inserido um sintagma locativo.

7. Aquí han dormido animales.

---

posição de sujeito não temática se insere um expletivo vazio. De facto, o autor não apresenta nenhum caso de verbo inacusativo na sua explicação da "inversão locativa".

É curioso salientar que em espanhol a posição mais natural para este locativo é mesmo o início de frase, pois quando ele aparece em posição final, as frases são duvidosas ou mesmo agramaticais:

8. a) ?? Han dormido animales aquí.

b) * Juegan niños en este parque. / En este parque juegan niños.

Como provar que nestas frases os verbos funcionam como inacusativos, ou seja, que o SN pós-verbal está na posição estrutural de objecto, interno a SV? Recorrendo a exemplos do catalão, onde existe um clítico quantitativo (*en*) do género do *ne* italiano (que, recorde-se, se liga ao argumento na posição de objecto), a autora mostra que, neste género de construções, com meros plurais em posição pós-verbal e locativos em início de frase, o clítico pode ser usado:

9. a) N'hi canten molts.

b) * En canten molts.

Na frase 9.a), com o locativo *hi*, o clítico (aqui com a forma *n*) é permitido, enquanto na frase 9.b), sem locativo, ele não é permitido. Portanto, o verbo *cantar*, normalmente inergativo, apresenta aqui uma estrutura inacusativa.

Por outro lado, a autora propõe que o locativo, neste tipo de construção, se encontra na posição de sujeito. A autora rejeita as hipóteses que apresentam o locativo noutra posição, como a de tópico, por exemplo, argumentando que nas línguas românicas, a única posição para o locativo é a de sujeito. No entanto, o acordo do verbo faz-se com o objecto temático e não com o "sujeito locativo" e tal facto carece de explicação.

A autora defende que os locativos têm de aparecer numa posição casualmente marcada. Para receber caso, o locativo teria de estar co-indexado com Ac, mas isso não acontece e, por essa razão, não recebe caso de Ac. É o objecto que o vai receber, pois é este argumento que, nesta construção, se encontra co-

indexado com Ac. Poderia argumentar-se que o locativo não está co-indexado com Ac, porque é um SPrep e não um SDet, mas a autora refere que no castelhano, o locativo adverbial "aquí" pode aparecer como complemento de Prep, como sujeito, numa sequência de dois clíticos, e também como "sujeito locativo". Porém, neste caso, continua a haver acordo com o SN pós-verbal.

A autora sugere uma teoria para explicação da atribuição de caso baseada numa separação de Tempo e Acordo, nos exemplos em que existe o clítico locativo "hi", no catalão. O clítico será associado a um sujeito nulo (*pro*) e T atribuirá caso à categoria nula, ligada pelo clítico, enquanto Ac atribuirá caso ao SN pós-verbal.

Torrego deixa por explicar os mecanismos exactos desta atribuição de caso, assim como não faz a aplicação da teoria a outro tipo de locativo, não clítico. Desta forma, muitos aspectos do fenómeno de "inversão locativa" ficam por explicar.

2.3. Coopmans (89)

Coopmans aborda o tema da "inversão locativa", defendendo que a regularidade das construções tem de ser captada sintacticamente.

Tal como Safir, o autor defende que a inversão é parasítica do constituinte anteposto, permitindo também a derivação da frase sem o SN invertido:

10. a) Down the hill rolled the baby carriage.
    b) Down the hill the baby carriage rolled.

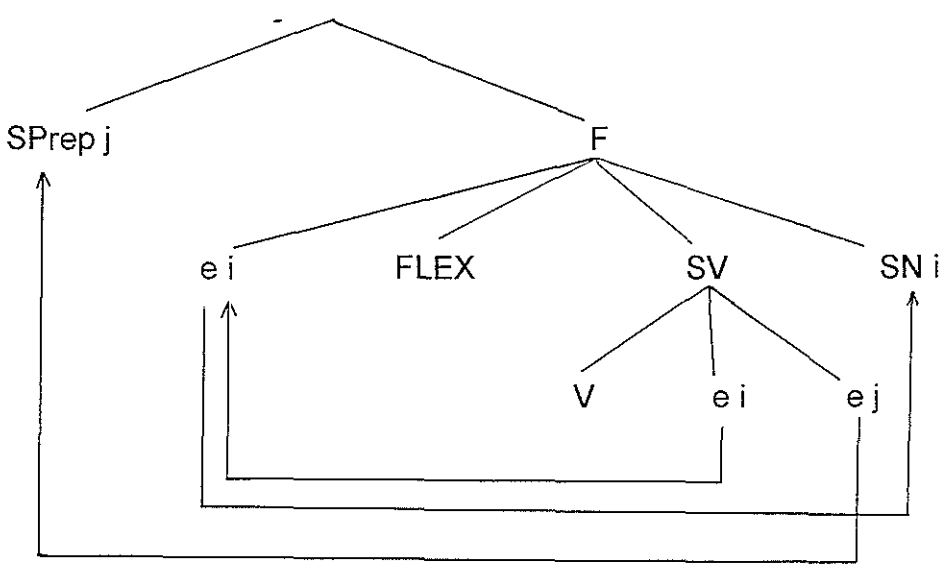
Coopmans rejeita as propostas de explicação da construção que defendem que ela é um caso de posposição de sujeito, isto é, um exemplo de movimento de SN para a direita. De facto, o autor assume que não existe movimento para a direita a partir da posição de sujeito e que, se na realidade existir movimento, ele se aplicará a partir de uma posição interna a SV, para uma posição em que poderá funcionar como foco apresentativo.

BIBLIOTECA PORTO

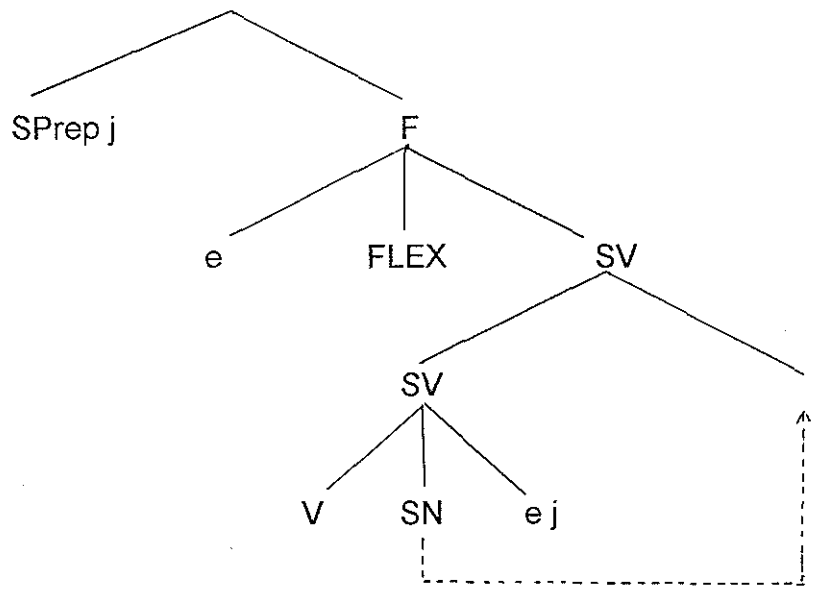
A proposta de Coopmans assenta no facto de considerar que os sujeitos dos verbos que permitem a inversão são, na verdade, argumentos internos do V em estrutura profunda. Ou seja, segundo Coopmans, os verbos que licenciam a inversão são verbos inacusativos. Mesmo verbos tidos normalmente como inergativos, do tipo *walk* ou *run*, nesta construção específica, seleccionarão um argumento interno. Tal facto é comprovado pelo holandês, em que os testes da selecção de auxiliar e dos particípios pré-nominais mostram que os verbos de locomoção (em princípio, inergativos) se comportam como inacusativos quando são utilizados com um SPrep direccional.

Desta forma, para Coopmans, haverá duas possíveis derivações da estrutura: i) ou se dá a subida da posição de objecto para a de sujeito, com a subsequente posposição do sujeito permitida pelo SPrep inicial (como mostra a representação muito simplificada em 11); ii) ou não há movimento para a posição de sujeito, mas a adjunção a SV poderá talvez acontecer. Neste caso, o SPrep inicial iria permitir que a posição de sujeito fosse ocupada por um expletivo vazio (representação 12).

11.



12.



Como Coopmans salienta, uma questão se coloca perante tal análise: por que razão os verbos transitivos não permitem a "inversão locativa" (exemplo 13)?

13. a) * Into the room __ pushed John his sister.

b) * Into the room __ pushed his sister John.

Coopmans refere que a resposta deve relacionar-se com a condição de adjacência: a frase 13.a) é agramatical porque a inserção de *John* separa o verbo do seu objecto. No entanto, a frase b) também é excluída, embora haja adjacência entre o verbo e o seu objecto (o sujeito extraposto poderia herdar caso da posição estrutural de sujeito).

Para explicar tal situação, Coopmans defende que no inglês se verifica o mesmo que no holandês. Nesta língua, existe um fenómeno de "semi *pro*-drop" em determinados contextos: a posição de sujeito não precisa de ser foneticamente realizada, se não houver função-θ externa. Neste caso, a posição de sujeito pode ser preenchida por um expletivo vazio - *pro*.

Assim, em inglês, "*pro*-drop" existirá quando não houver função-θ externa. Portanto, o que excluirá a frase 13.b), será o facto de haver uma função externa que tem de ser atribuída à posição de sujeito.

Segundo Coopmans, só os SPreps subcategorizados pelo verbo podem suportar a "inversão" em inglês; ou seja, de acordo com Coopmans, só aqueles que exprimem direcção ou posição (locativos) são complementos dos verbos (daí a representação em 11 e 12). Os SPreps adverbiais que exprimem o modo, o instrumento, a razão ou o tempo são adjuntos e não permitem a inversão em inglês:[19]

14. a) * Despite the cold ran Mary into town.

b) * With great care walked John into the room.

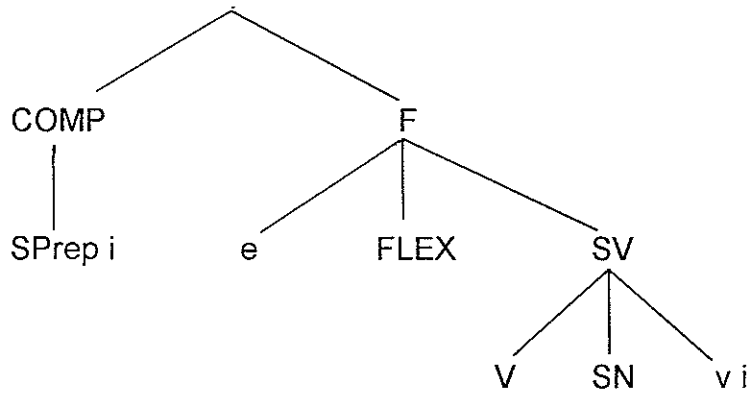
Coopmans defende que o local de poiso dos elementos movidos por topicalização ou movimento wh é COMP. Será essa a posição ocupada pelo SPrep movido. COMP receberá opcionalmente o índice do elemento que contém. Este mecanismo dar-se-á em Estrutura-S e é extremamente importante para a explicação da inversão locativa em inglês, de acordo com a proposta de Coopmans, visto que COMP indexado identifica *pro*:

15. [COMP SPrep i] *pro* i .

A estrutura resultante da topicalização sempre que o SPrep é um argumento do verbo será a seguinte:

[19] Em português, isso não acontece, como já tivemos oportunidade de verificar. Muito especificamente no que diz respeito aos adverbiais que exprimem o tempo, há autores que os consideram locativos, como é o caso de Torrego (89) para o espanhol, que fala de locativos, incluindo neles adverbiais que denotam tempo ou espaço.

16.

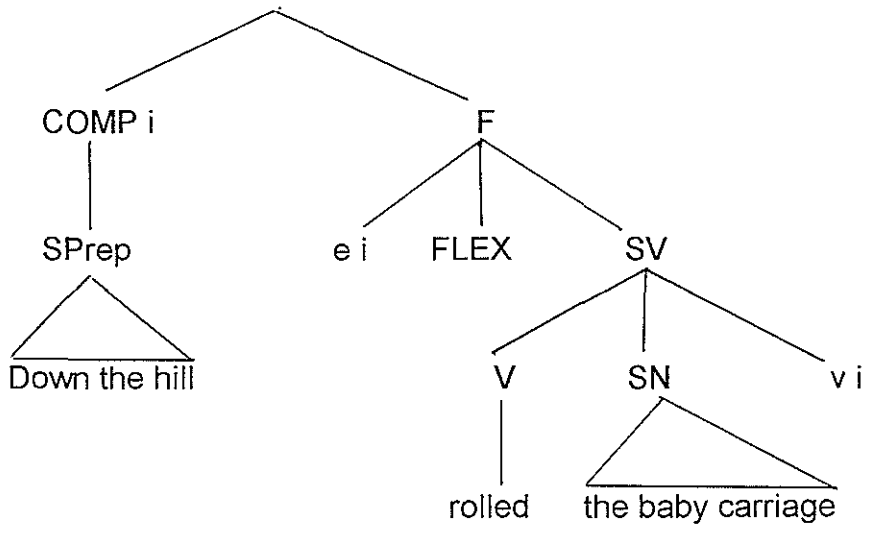


Ao mover-se, o SPrep deixa na posição que ocupava um vestígio local propriamente regido. Como se verifica pela representação, não é necessário qualquer movimento do SN.

O argumento nominal do verbo tem de ser casualmente marcado e há, em princípio, dois modos para que isso aconteça: i) o argumento interno pode mover-se para a posição de sujeito e ser marcado casualmente como um sujeito normal; ii) alternativamente, se não se der o movimento de SN, FLEX pode fornecer o caso internamente a SV, mas sem resultados gramaticais.

O índice em COMP torna-se capaz de identificar localmente o sujeito vazio, pelo que COMP adquire um papel licenciador. A indexação de COMP permite-lhe funcionar como um núcleo lexical, subcategorizando a posição de sujeito, o que o torna um candidato potencial para a identificação. Visto que "cobre" o sujeito vazio, possibilita que FLEX mantenha o sujeito em SV, atribuindo-lhe caso nominativo. Esta derivação tem como resultado a seguinte Estrutura-S, para as frases de "inversão locativa":

17.



Se o SPrep for um adjunto adverbial, o vestígio terá de ser regido pelo antecedente em COMP, de modo a satisfazer o Princípio da Categoria Vazia (ECP) [20]. Esta exigência é cumprida, se COMP receber o índice que o constituinte contém. Na verdade, os exemplos mostram que a contrapartida não invertida das frases com adjunto adverbial pré-posto é possível:

18. a) *Despite the cold Mary ran into the room.*

b) With great care John walked into the room.

Coopmans explica também o meio pelo qual é atribuído o caso. Seguindo Belletti (88), Coopmans defende que os verbos inacusativos não têm capacidade para atribuir caso estrutural, mas podem atribuir caso inerente partitivo. O SN terá de ser indefinido para que possa receber o caso partitivo. Surge então uma dificuldade para explicar a frase b) do exemplo 19:

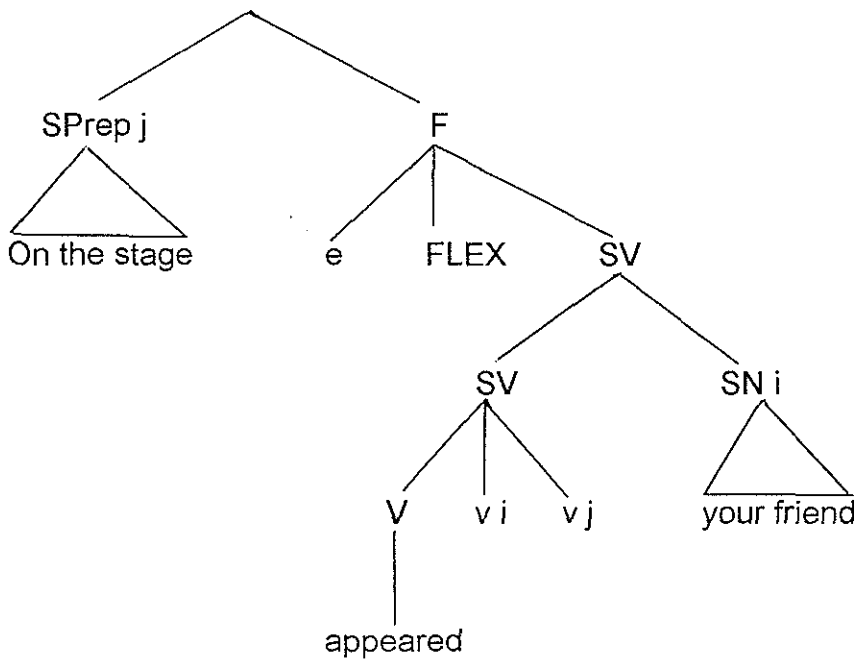
19. a) On the stage appeared a man.

b) On the stage appeared your friend.

[20] O Princípio da Categoria Vazia postula que um vestígio tem de ser regido por um núcleo.

Em a), o SN poderá receber caso partitivo, mas não em b), pois é definido. De acordo com esta constatação, o autor conclui que o verbo não pode ser a única fonte de caso para o SN pós-verbal. O caso nominativo tem de ser atribuído por FLEX a um elemento dentro de SV. Belletti defende para casos análogos a 19.b) que o SN é adjunto a SV, logo, será acessível a FLEX por regência, como mostra 20:

20.



O resultado deste movimento é a localização do sujeito pós-verbal na posição de foco. Coopmans põe o problema de, se esta análise for correcta, ser possível o mesmo para 19.a), em que o SN é indefinido. O autor conclui que é impossível determinar se a adjunção se aplica ou não neste caso. No entanto, *salienta que poderá sugerir-se* que a adjunção se dá em Forma Lógica, devido a uma exigência da construção de foco.

A intenção do trabalho de Coopmans, como o próprio autor afirma, é mostrar que basta uma explicação sintáctica para dar conta da inversão estilística. E argumenta que a "inversão locativa" é uma instância de "semi *pro*-drop", porque é

uma construção com um sujeito vazio não temático. O que torna a construção excepcional é o facto de ser necessário um suporte especial para que se verifique. Coopmans situa este suporte em COMP, descrevendo-o como: [COMP SPrep i] *pro* i.

Mais uma vez deve dizer-se que a análise de Coopmans é feita num quadro pré-Sportiche (88) e pré-Pollock (89). Ela capta alguns aspectos interessantes do fenómeno em inglês, mas os mecanismos sintácticos propostos estão muito marcados pelo quadro teórico em que a análise foi feita.

2.4. Hoekstra e Mulder (90)

Hoekstra e Mulder, tal como Coopmans, consideram que os verbos que entram nas construções de "inversão locativa" são inacusativos. Se não o são em princípio, pelo menos são-no neste tipo específico de construções, pois apresentam as mesmas características, como já foi referido no capítulo I.

Estes autores sugerem uma análise das construções de "inversão locativa" em termos de oração pequena. Os verbos têm a capacidade de seleccionar como argumento interno um SN ou uma oração pequena. No caso da oração pequena, estabelecer-se-á uma relação de predicação entre o SN sujeito da oração pequena e o respectivo predicado, o SPrep.

Na análise proposta, há um movimento obrigatório do predicado da oração pequena para o início de frase, para a posição de ESP de SFLEX. Como seria de esperar, a posição de sujeito tem de estar vazia, de outra forma o movimento nunca poderia ser possível, nem a consequente "inversão locativa". Ora, são exactamente os verbos inacusativos que, não seleccionando argumento externo, mantêm esta posição vazia. Por isso, argumentam os autores, o fenómeno de "inversão locativa" é, de facto, um "diagnóstico de inacusatividade".

A Estrutura-P da frase será a seguinte:

21. [SFLEX e FLEX [SV V [OP SN SPrep]]]

Em Estrutura-S, ou o SN ou o SPrep movem-se para a posição de sujeito, dando, respectivamente, lugar à frase não invertida ou com "inversão locativa".

Vejamos a representação de superfície de uma frase com "inversão locativa":

22. [SFLEX SPrep i FLEX [SV V [OP SN t i]]]

Existe uma relação de predicação entre o SN e o SPrep, visto que o SPrep é o predicado do SN dentro da oração pequena. O SPrep vai mover-se da parte predicativa da oração pequena para a posição de ESP de SFLEX, onde vai receber caso nominativo, partilhando-o de seguida com o SN pós-verbal, através do seu vestígio. Este movimento é motivado exactamente pela procura de caso do predicado para si próprio e para o seu sujeito.

Segundo esta hipótese, o SPrep locativo aparece na posição de sujeito e, por isso, os autores propõem designá-lo "sujeito locativo". Para além de ocupar a posição de ESP de SFLEX (a posição normal de sujeito) recebe caso nominativo, também próprio do sujeito.

As propostas de Hoekstra e Mulder (90) e de Torrego (89) aproximam-se por considerarem o fenómeno de "inversão locativa" um "diagnóstico de inacusatividade" (estando, por essa razão, próximas também da proposta de Coopmans (89)) e pelo facto de apresentarem o locativo como um sujeito. Afastam-se, porém, porque Hoekstra e Mulder consideram que o verbo selecciona uma oração pequena, enquanto Torrego, não fazendo nenhuma sugestão específica de estrutura de frase, propõe, tal como Coopmans, que o SN é o objecto seleccionado pelo verbo. O trabalho de Coopmans, no entanto, afasta-se dos outros dois, devido ao estatuto do SPrep - neste caso, um complemento adverbial topicalizado que, segundo o autor, aparece na posição de COMP.

2.5. Dikken e Naess (93)

Dikken e Naess (93) propõem uma abordagem da "inversão locativa" em norueguês e inglês (com algumas comparações com o islandês). Partem das propostas de Coopmans (89) e de Hoekstra e Mulder (90) para construirem a sua análise.

Para Dikken e Naess, o SPrep da frase do exemplo 23 move-se da sua posição de predicado da oração pequena para a posição de sujeito (cf. proposta de Hoekstra e Mulder (90)) , sofrendo depois topicalização (cf. proposta de Coopmans (89)). A estrutura de uma frase com "inversão locativa" será a que é representada em 24:

23. Down the hill rolled the baby carriage.

24. [TOP [SPrep down the hill] i] [SFLEX t i ... [SV rolled [OP [SN the baby carriage] i [SPrep t i]]]]

Para explicar a verificação de traço de caso pelo SN argumental, Den Dikken e Naess defendem que esta se obtém numa relação entre nós irmãos [21]. Ao mover-se para a posição de ESP de SFLEX, o SPrep estabelece um laço entre o traço de caso nominativo de FLEX' (a quem FLEX passa o traço de caso) e o sujeito da oração pequena in situ. A cadeia tem dois irmãos: F' e SN. Sendo assim, o SN sujeito pós-verbal poderá verificar o traço de caso nominativo de FLEX, pois é irmão de FLEX' . O SPrep locativo não necessita de caso, pois é o predicado da oração pequena e o trabalho destes autores concentra-se na explicitação do princípio: os argumentos têm de ter caso; os predicados não podem ter caso.

---

[21] Esta relação é definida da seguinte forma:
α é irmão de β se e só se:
i) α e β se c-comandam um ao outro;
ii) α é irmão de γ e γ é irmão de β.

A motivação empírica para esta análise vem de algumas constatações relativas a estruturas frásicas do norueguês, do inglês e também do islandês.

Em norueguês, a "inversão locativa" é possível em contextos de frases encaixadas, como mostra o exemplo 25, fornecido pelos autores.

25. a) Jeg tror at pa brevet ble klistret frimerker.
(I believe that on the-letter be pasted stamps)

Dikken e Naess propõem uma análise da "inversão locativa" segundo a qual se dá a subida do predicado da oração pequena para uma posição casual, seguida de movimento A' obrigatório do predicado inicial.

As provas empíricas para este tipo de abordagem vêm do facto de a "inversão locativa" não poder ocorrer em contextos de Atribuição Excepcional de Caso [22] (como mostra Bresnan (90)), excepto se o SPrep predicativo sofrer movimento A' (por exemplo, topicalização) depois de ter passado pela posição de sujeito:

26. a) * I expect on this wall to be hung a portrait of our founder.
b) On this wall I expect to be hung a portrait of our founder.

Dikken e Naess fornecem os exemplos que mostram que o norueguês evidencia exactamente o mesmo fenómeno:

---

[22] Construções ECM, do inglês "Excepcional Case Marking" (Chomsky (81)): construções infinitivas com sujeitos fonéticos, em que a categoria que atribui caso ao sujeito fonético se situa fora da oração infinitiva:

1. a) Bill believe [John to be a fool].
b) O Luís deixou [as crianças sair de casa].

Repare-se que o sujeito da oração subordinada infinitiva recebe caso acusativo do verbo da oração principal:

2. d) Bill believe him to be a fool.
e) O Luís deixou-as sair de casa.

Pelos exemplos em 2.a) e 2.b), vemos que a construção ECM em português é geralmente acompanhada pela subida dos clíticos.

Em português, os verbos que entram neste tipo de construção são: *mandar, deixar, fazer, ver e ouvir.*

27. a) * Jeg lot pa denne veggen bli hengt opp et bilde av
(I let/make on this wall be hung up a portrait of
grunnleggeren var.
the founder our)

b) Pa denne veggen lot jeg bli hengt opp et bilde av grunnleggeren
(On this wall let/ make I be hung up a portrait of the founder
var.
our)

Mais provas vêm do facto de não poder ocorrer extracção A' para fora de uma construção de "inversão locativa" encaixada. Em norueguês, é impossível a extracção wh quer do sujeito pós-verbal quer de um advérbio de modo adjunto a SV como mostram respectivamente os exemplos 29.a) e 29.b), em que essas extracções (feitas a partir da frase 28) são visíveis:

28. Jeg tror at nedover bakken kom plutselig trillende en diger barnevogn.
(I believe that down the hill come suddenly rolling a huge baby carriage)

29. a) * Hvor mange barnevogner tror du at nedover bakken kom trillende.
(how many baby carriages believe you that down the hill come rolling?

b) * Hvordan tror du at nedover bakken kom trillende en diger
(how believe you that down the hill come rolling a huge
barnevogn?
baby carriage?)

Em inglês, também não é possível extracção do sujeito, como podemos observar através do exemplo 30.

30. * How many baby carriages do you think that down the hill came rolling?

Nem em inglês nem em norueguês se aceita movimento de adjuntos através do locativo anteposto (31.a)), apesar de ser possível em inglês a "inversão locativa" em frases encaixadas introduzidas por "how" (31.b)):

31. a) * We all wondered how fast down the hill came rolling a huge baby carriage.

b) We all witnessed how down the hill came rolling a huge baby carriage.

Todas estas provas, segundo os autores, dão conta da necessidade de uma análise da "inversão locativa" numa estrutura como 24 atrás apresentada.

O islandês, quando comparado com o norueguês, apresenta diferenças. Ao contrário do norueguês, em que as frases com inversão locativa em questões encaixadas introduzidas por "om" ("whether", em inglês; "se", em português) são agramaticais (32.a)), as frases equivalentes em islandês, introduzidas por "hvort" são gramaticais (32.b)), como mostram os exemplos:

32. a) * Jeg spurte om pa brevet ble klistret frimerker.
(I wondered whether on the letter be pasted stamps)

b) Ég spurði Grím hvort í þessum bíl hefði fundist hass.
(I asked Grimur whether in this car had been found pot)

Partindo destes dados, Dikken e Naess (93) vão propor que existe uma diferença entre o norueguês e o islandês, relativamente à posição em que o caso nominativo de T é verificado. Em norueguês, tal como em inglês, o traço de caso de T é verificado pelo sujeito em ESP de SAc suj, depois da subida de T para Ac suj. Em islandês, ao contrário, o traço de caso é verificado directamente na posição de ESP de ST. Isto implica que em norueguês ESP de SAc suj é uma posição casual e

ESP de ST não é, enquanto em islandês ESP de ST é uma posição casual e ESP de SAc não é.

As diferenças paramétricas relativamente à posição em que o traço de caso nominativo é verificado nas duas línguas tem consequências na análise da "inversão locativa": em norueguês, o SPrep predicativo move-se da sua posição de base para a posição de ESP de SAc suj, presumivelmente, através de ESP de ST, mas não pode lá ficar porque ESP de SAc suj não é uma posição casual. A topicalização é obrigatória. Por essa razão, todas as extracções A' são impossíveis. Em islandês, ao contrário, o SPrep predicativo move-se para ESP de ST, estabelecendo a partir daí a conexão entre a posição de caso nominativo e a posição de base do sujeito pós-verbal. Depois, move-se para ESP de SAc suj, que é uma posição não casual. Nada força mais movimento nesta construção, logo, não existe topicalização, o que tem como consequência o facto de certas extracções A' serem possíveis.

Concluindo, os autores afirmam que nas construções de "inversão locativa" em norueguês, todas as extracções A' (de sujeito ou de adjunto) são impossíveis, de acordo com uma análise segundo a qual as construções de "inversão locativa" encaixadas são "ilhas de tópico" [23]. A "inversão locativa" envolve subida de SPrep para a posição de sujeito com topicalização subsequente (pelo menos, nas línguas em que [ESP, SAc suj] é a posição de sujeito nominativo, tal como o norueguês, o inglês, mas não o islandês, por exemplo.

[23] As ilhas são configurações estruturais para fora das quais não se pode mover nenhum constituinte. Neste caso trata-se de uma "ilha de tópico", porque houve topicalização do SPrep locativo.

3. Tratamentos formais que concedem um papel preponderante às funções discursivas

3.1. Rochemont e Culicover (90)

Rochemont e Culicover fazem um estudo das construção de foco em inglês, incidindo sobre diferentes tipos de construção: extraposição de SPrep e de relativa; inversão direccional/locativa; anteposição com o verbo *be*; deslocamento de SN pesado e inserção de *there.* Todas estas construções têm em comum o facto de identificarem um dos sintagmas como foco da frase.

Os tipos de construção que aqui nos interessam são apresentados pelos autores sob a designação de "inversão estilística", em que englobam quer a inversão direccional/locativa quer a anteposição com *be.*

Rochemont e Culicover defendem que o foco tem uma manifestação fonológica sistemática sob a forma de acento. O acento é "o núcleo entonacional da frase, ou a posição de maior proeminência num domínio entoacional" (p.17- tradução nossa) e corresponde geralmente a um constituinte sintáctico. Se um determinado item é focalizado, tem de ser acentuado. A definição proposta pelos autores é a seguinte: "se α é um foco, então α é um constituinte que domina um item lexical com acento, no seu ramo direito, em estrutura de superfície" (p.19 - tradução nossa).

Rochemont e Culicover opõem-se a Safir e Belletti no que respeita à consideração do "efeito de definitude" nas frases com inversão em inglês. Defendem que é errado atribuir a marginalidade de frases com *there* apresentativo e SN definido ao "efeito de definitude". Argumentam que basta que o SN seja "pesado" [24] para que as frases já sejam muito melhores, como mostra um exemplo que apresentam:

---

[24] O SN tornar-se-á "pesado" pela adição de uma pausa entonacional significativa precedendo-o e um acento muito forte.

33. There walked into the room the one man she had no desire to see.

Baseando-se em Rochemont (78), os autores consideram que a marginalidade das frases com SN definido é devida a uma exigência de que o sujeito pós-verbal seja interpretado como foco. Por essa razão, os autores argumentam que a expressão "efeito de definitude" deveria ser substituída por "efeito de foco". No entanto, os autores afirmam que continua a ser um pouco estranho que este efeito só se aplique na construção com *there*, pois deixa de existir, por exemplo, na inversão direccional/locativa. Será ainda mais correcto, por essa razão, falar de um "efeito de peso" [25]. Este efeito não pode ser directamente associado à presença ou ausência de *there*, mas antes estará ligado a qualquer posposição de SN numa posição de adjunção.

Como já referimos atrás, Rochemont e Culicover associam duas construções sob a designação de "inversão estilística": a inversão direccional/locativa (a que chamamos "inversão locativa") e a anteposição com *be*. São sempre casos de frases que, segundo os autores, envolvem a inversão do sujeito para a direita de SV, com identificação do sujeito pós-verbal como foco estrutural.

Rochemont e Culicover referem que tem sido proposta na literatura sobre o assunto uma análise da construção semelhante à análise da construção com *there*: as frases com inversão e sem inversão apresentam a mesma estrutura temática, sendo a Estrutura-S derivada por movimentos dos argumentos internos e externos para posições periféricas de V. Assim, o SPrep e o SN deverão estar ligados aos seus vestígios, que se encontram nas posições que estes argumentos ocupavam em Estrutura-P.

A anteposição do SPrep, segundo estas perspectivas, é encarada como uma topicalização semelhante à que acontece em frases como 34.a), enquanto a posposição do SN é vista como um movimento para a direita semelhante ao de 34.b):

---

[25] "Heaviness Effect" no original.

34. a) Into the room John walked.

b) There walked into the room a man no one recognized.

No entanto, Rochemont e Culicover rejeitam peremptoriamente tais propostas de análise, pois destacam características da "inversão estilística" que não lhes permitem encarar o SPrep como uma topicalização ou o SN pós-verbal como produto de um movimento para a direita em frases como a do exemplo 36:

35. Into the room walked John.

Os autores fazem notar que nem sempre um SPrep precede o verbo em frases deste tipo, e ainda menos um constituinte. Sugerem um exemplo com que vão trabalhar ao longo da sua exposição, aqui apresentado como 36:

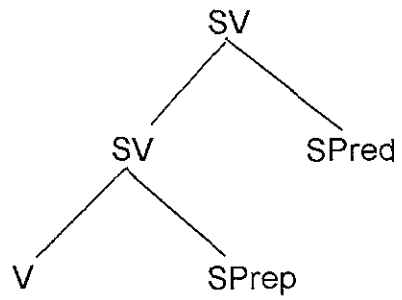
36. Into the room nude walked John.

Nesta frase, rejeitam a análise do SPrep como resultante de topicalização, devido a três razões diferentes: i) *é geralmente obrigatório que depois de tópicos* haja uma pausa (antes do resto da frase); ii) em inglês, não pode haver múltiplas topicalizações numa frase; iii) a ordem do SPrep e do sintagma predicativo é fixa. O exemplo 37 mostra a agramaticalidade de uma frase que respeitasse as características enunciadas atrás:

37. * Nude, into the room, walked John.

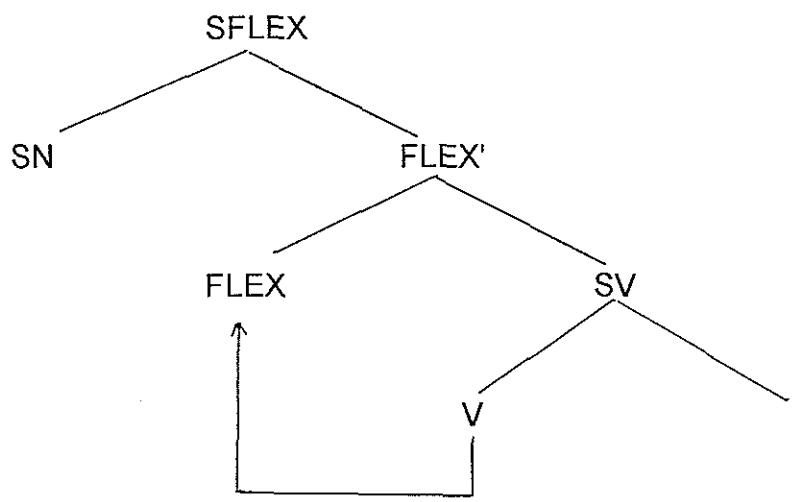
Rochemont e Culicover defendem um SV com a estrutura 38, sempre que existem frases com um SPrep e um Sintagma Predicativo (SPred).

38.



A proposta que os autores fazem relativamente ao facto de os sintagmas predicativos aparecerem como adjuntos a SV tem fortes consequências na análise que propõem da "inversão locativa". Apenas os constituintes podem ser topicalizados e o constituinte que é topicalizado em frases como 36 é o SV, já que este é o único constituinte que contém quer o SPrep subcategorizado quer o SPred. O que pode parecer estranho é o facto de o SV ter sido pré-posto sem o verbo. Por esta razão, os autores são forçados a concluir que o verbo "escapa" de SV na derivação da estrutura. Melhor dizendo, o verbo sobe para FLEX antes da topicalização de SV, como mostra a representação 39. A topicalização do SV com o vestígio de V dar-se-á depois:

39.



Relativamente ao segundo elemento da frase, o SN posposto, ele é encarado como um adjunto a SV, por alguns autores, mas como um adjunto a SFLEX por outros, como Safir (v. secção 2.1. deste capítulo), por exemplo.

Qualquer uma das hipóteses, segundo Rochemont e Culicover, têm como consequência o facto de o SN seguir qualquer outro elemento de SV, incluindo os sintagmas predicativos. Tal predição é, no entanto, rejeitada por frases tais como 41, embora o mesmo não aconteça nos casos das estruturas com *there* (40. a) e b)):

40. a) There walked into the room nude a man no one knew.

b) * There walked into the room a man no one knew nude.

41. * Into the room walked nude John.

Aliás, *para que a frase com o SPred final seja gramatical*, salientam os autores, terá de haver um acento de intensidade sobre o foco, tal como mostra 42:

42. Into the room walked JOHN nude.

A análise de Rochemont e Culicover contém, portanto, três *componentes* principais: i) as construções de inversão locativa envolvem topicalização de SV (43.b)); ii) há subida de V para FLEX (43.b)); iii) há inversão de FLEX + V (43.c)); cada um dos quais pode ser independentemente motivado para o inglês:

43. a) John [SV walked into the room nude].

b) [SV into the room nude] John [FLEX walked].

c) [SV into the room nude] [FLEX walked] John.

A análise da frase 36 será, então, tal como está representada em 44:

44. [SV v j into the room nude] i [FLEX walked j]l John v l v i .

Os autores adoptam a restrição de Movimento de Núcleo [26] que determina que um núcleo só se pode mover para a posição de um núcleo que o primeiro reger propriamente. Assim, em 44, todo o SV se move para ESP de SCOMP e o verbo para [COMP, SCOMP]. A estrutura respeita o ECP e o princípio de Subjacência.

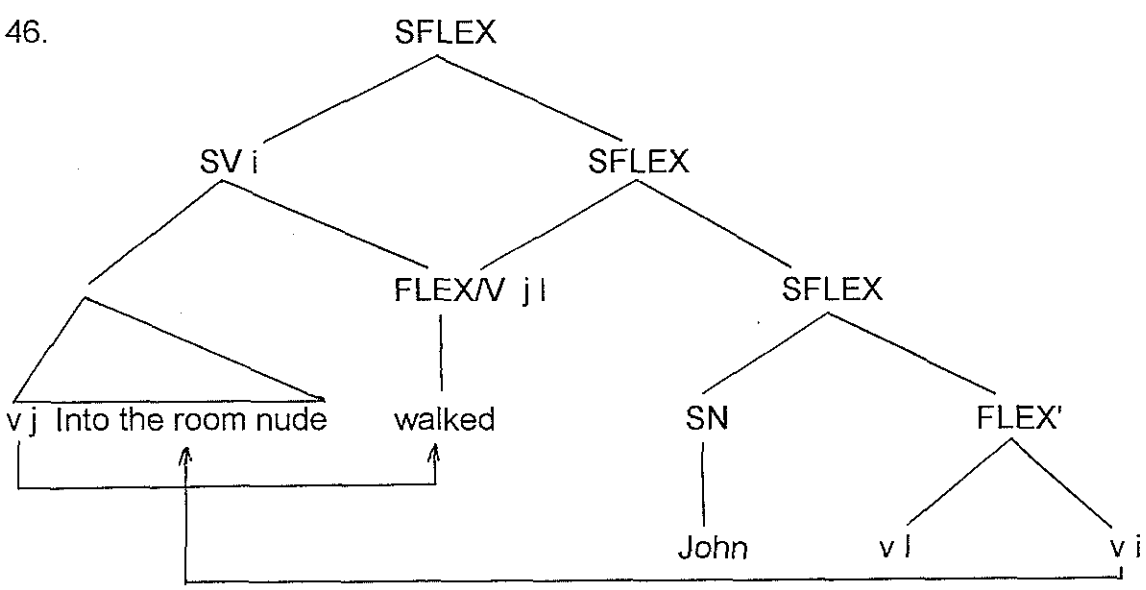
Esta análise poderá desencadear, segundo Rochemont e Culicover, três objecções: i) o SV aparece na posição de ESP de SCOMP, e os autores opõem-se a esta hipótese; ii) é possível encaixar construções de "inversão estilística" com o seguinte resultado: o SV pré-posto e o verbo invertido aparecem à direita do complementador encaixado:

45. John was afraid that into the room next might walk his wife.

Isto seria impossível se V se movesse para COMP, pois quando FLEX se move para COMP, a inversão e os complementadores devem estar em distribuição complementar; iii) a última dificuldade levanta-se pelo facto de podermos ter frases paralelas às da "inversão locativa", mas sem inversão do verbo.

Como alternativa, Rochemont e Culicover sugerem que a topicalização do SV é derivada pela adjunção a SFLEX e que V, da mesma forma, também pode ser adjunto a SFLEX. A estrutura será a seguinte:

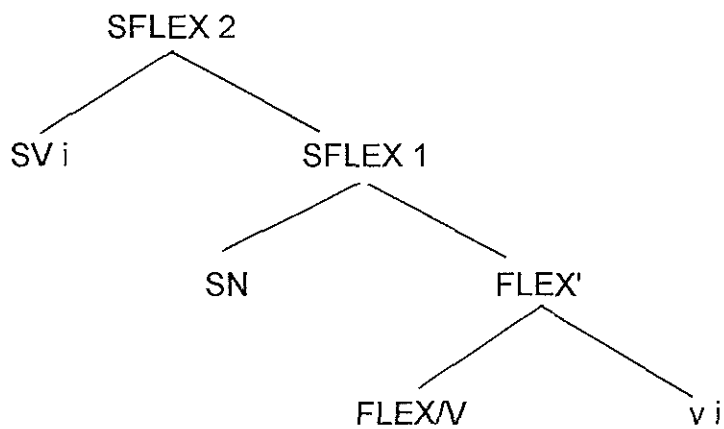
46.



[26] Seguindo Travis (84), Chomsky (86) e Baker (85).

Esta análise encontra uma dificuldade óbvia no Princípio de Subjacência, uma vez que SV não é subjacente ao vestígio de SV (entre os dois existem dois nós SFLEX, que contam como barreiras para a Subjacência). No entanto, contra tal facto, os autores argumentam que a Subjacência não é uma condição de representação, mas de movimento. Assim, esta estrutura pode ser derivada em primeiro lugar, por topicalização de SV, de acordo com a Subjacência, para depois produzir a estrutura 47:

47.



A aplicação de Mover α leva FLEX/V para uma posição de adjunção a SFLEX 1, produzindo finalmente a estrutura 46. Nesta derivação, cada uma das aplicações de Mover α satisfaz a Subjacência, vista apenas como uma condição de movimento.

Relativamente ao ECP, o vestígio do verbo é regido lexicalmente e por antecedente por FLEX/V. Da mesma forma, FLEX/V também rege lexicalmente e por antecedência o vestígio de FLEX; o vestígio de SV é lexicalmente regido pelo vestígio de FLEX que está com ele co-indexado. Mais uma vez, de acordo com as definições, o vestígio de SV é também regido por antecedente, visto que um regente lexical de um vestígio que está co-indexado com ele pode servir também como seu regente por antecedente.

Esta derivação ultrapassa as três dificuldades apontadas atrás.

Os autores realçam que a sugestão de que o verbo escapa do SV por elevação para FLEX acarreta algumas dificuldades. É importante notar que o verbo sobe, mesmo quando FLEX já é lexicalmente preenchido (por um auxiliar). Por outro

lado, há ainda a referir o carácter restrito dos verbos que licenciam a "inversão estilística", que têm de ser intransitivos, segundo os autores. A intransitividade obrigatória dos verbos que participam na "inversão estilística" está de acordo com a proposta de elevação do verbo, visto que os vestígios não podem atribuir caso .

Esta proposta de Rochemont e Culicover distingue-se das que foram expostas ao longo deste capítulo, visto que defende uma topicalização de SV contendo SPrep. Por outro lado, analisam a "inversão *locativa*" *como uma* construção de foco (sendo o foco da frase o SN sujeito posposto). Notamos, contudo, que o autor não propõe qualquer diferenciação de verbos inacusativos e inergativos, aparecendo o SN na posição de ESP de SFLEX, logo, na posição de sujeito. Fica-nos a dúvida de ser este também o caso para os verbos inacusativos.

3. 2. Bresnan e Kanerva (92); Bresnan (94)

A análise de Bresnan e Kanerva (92) e Bresnan (94) é bastante diferente das propostas até aqui expostas. A tese essencial dos autores é uma tese lexicalista, onde se torna fulcral a independência, a nível da organização *gramatical, do plano* temático, estrutural e funcional. O trabalho básico dos autores assenta numa análise da "inversão locativa" em chichewa (uma língua Bantu africana), com uma posterior comparação com o fenómeno no inglês.

Como já foi referido no capítulo I, segundo os autores, para que haja "inversão locativa", terá de existir um certo contexto semântico constituído pela presença das funções temáticas de [tema, locativo]. O tema deverá ser a função semântica *expressa mais alta e, simultaneamente, terá a função* discursiva de foco. Assim, a teoria geral de Bresnan e Kanerva apresenta a seguinte análise da "inversão locativa" em chichewa:

48.	Estrutura temática:	LOCATIVO	TEMA
	Estrutura sintáctica:	SUJEITO	OBJECTO
	Estrutura discursiva:	--	FOCO

Em chichewa, há inúmeras provas de que o locativo é um sujeito (acordo sujeito-verbo, ausência de sujeitos expletivos, SVs atributivos e elevação do sujeito) e o tema o objecto. Por outro lado, apesar das provas a favor do estatuto de objecto do tema mostrarem que este ocupa a posição básica de objecto, interna a SV, há, contudo, propriedades próprias do objecto que este SN posposto não mostra: não pode ser passivizado, impede os marcadores de objecto e não pode ser extraído por relativização. Portanto, embora o SN ocupe a posição estrutural de objecto, não se comporta totalmente como tal.

Para explicar este facto, os autores propõem que em chichewa o objecto na "inversão locativa" é um objecto inacusativo, isto é, um objecto estrutural que alterna com o sujeito com uma certa classe de verbos intransitivos. Para Bresnan e Kanerva é evidente o estatuto inacusativo da "inversão locativa" em chichewa: a "inversão locativa" só é possível com verbos intransitivos, mas não com todos eles, e com alguns transitivos passivizados.

3.2.1. Princípios gerais da teoria LFG (Lexical Functional Grammar)

Embora trabalhando no quadro do programa da Gramática Generativa, Bresnan e Kanerva não adoptam as teorias sobre movimentos sintácticos para explicação da "inversão locativa", pois, segundo os autores, estas não dão conta do fenómeno em chichewa.

Bresnan e Kanerva defendem, em vez disso, uma teoria baseada na correspondência entre estrutura temática e funções sintácticas; a função sintáctica do tema/paciente é lexicalmente subespecificada e pode ser realizada quer como sujeito quer como objecto, dependendo do contexto em que é realizado.

A hierarquização das funções temáticas é central nesta teoria: o sujeito lógico corresponde à função mais alta na estrutura lexical dos argumentos do verbo,

independentemente da sua função sintáctica. O agente será o argumento que causa ou tem controlo sobre a situação descrita pelo verbo. O tema será o argumento de que se predica a localização ou estado (ou a mudança de localização ou estado).

Esta teoria faz ainda uma classificação das funções sintácticas de acordo com as características [+/-] R (tematicamente restrito ou não) e [+/-] O (objectivo ou não). As funções tematicamente restritas são as que têm um papel temático fixo. O sujeito e o objecto, de acordo com esta caracterização, podem corresponder virtualmente a qualquer função e podem mesmo nem ser temáticos, pois são [- R].

Relativamente à ligação entre funções temáticas e sintácticas, é importante salientar que o agente não poderá ser representado por um objecto, mas só poderá estar ligado a um sujeito ou oblíquo. O tema será uma função que alternará entre o sujeito e o objecto. Por fim, o locativo será uma função não objectiva, sujeito ou oblíquo.

Existem duas condições de boa formação, essenciais para a teoria. A "Condição de Sujeito" diz que qualquer forma lexical tem de ter um sujeito; a "Condição de Biunivocidade função-argumento" sustenta que em qualquer forma lexical, uma função lexical expressa tem de ter uma única função sintáctica, e toda a função sintáctica tem de ter uma função lexical.

Assim, esta teoria tem a capacidade de descrever que o agente de um verbo se realiza como sujeito e, no caso de não haver agente, o sujeito será o tema. As funções dos argumentos são lexicalmente subespecificadas para as possíveis funções sintácticas de superfície que podem assumir. Estas funções sintácticas podem alternar, para se atingirem as exigências das funções discursivas. Neste caso, a "inversão locativa" aparece quando o locativo é predicado de um tema que é focado, fazendo com que o locativo seja o sujeito e o tema um objecto inacusativo.

3.2.2. "Inversão locativa" em estrutura-a (argumental), estrutura-c (categorial) e estrutura-f (funcional)

Bresnan (94) defende que a estrutura argumental e as funções sintácticas da "inversão locativa" em chichewa e em inglês são iguais: num nível de representação

que abstrai da expressão categorial, o locativo anteposto ao verbo é, de facto, o sujeito. Quanto à representação categorial, porém, os locativos divergem nas duas línguas, sendo categorizados como SPreps em inglês e como SNs em chichewa.

Existem restrições universais quanto à possibilidade de associação da estrutura - c e da estrutura - f. Uma restrição importante diz que apenas as categorias nominais podem ocupar configuracionalmente posições definidas para sujeitos e objectos. No entanto, os SNs podem ocupar posições de argumentos oblíquos e de adjuntos. Visto que em inglês o locativo é um SPrep, não pode ocupar a posição estrutural de sujeito. Em chichewa pode, porque é um SN.

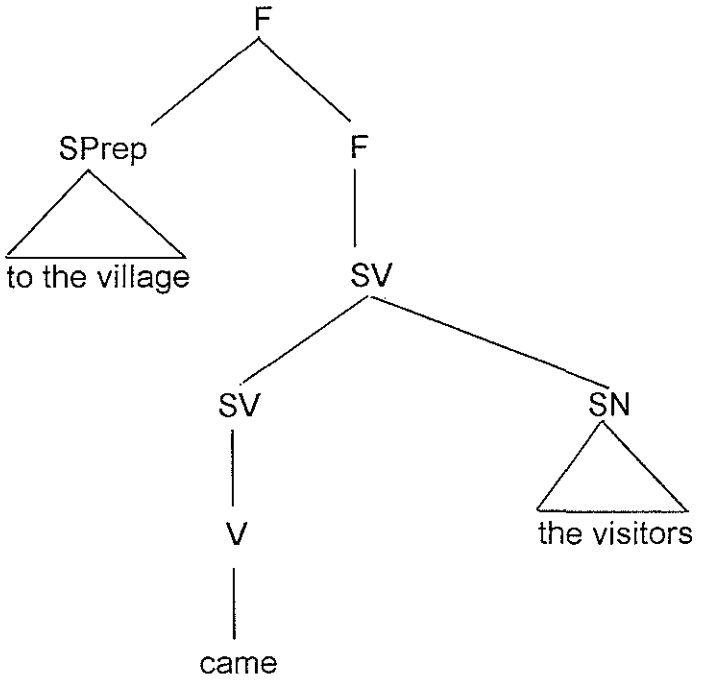
Vejamos então as propostas de análise da "inversão locativa" em estrutura - c e estrutura - f, nas duas línguas, apresentadas por Bresnan:

49. Inglês

Estrutura - f

TOP	['to the village']
SUJ	
TEMPO	passado
PRED	'come '
OBJ	
FOC	['the visitors']

Estrutura - c

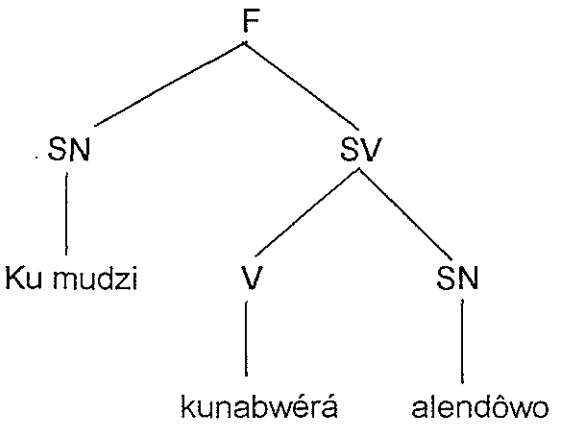


50. Chichewa

Estrutura - f

SUJ	['to the village']
TEMPO	passado
PRED	*'come'*
OBJ	['the visitors']
FOC	

Estrutura - c



O locativo inglês é gerado na posição de tópico, como irmão de F na estrutura - c. Não pode ocupar a posição de sujeito, como irmão de SV (ou de FLEX'), porque não é um SN, e só estes podem preencher posições estruturais de sujeito. Por outro lado, o objecto é gerado numa posição de foco discursivo. A estrutura categorial do chichewa é diferente. O locativo do chichewa é um SN basicamente gerado na posição de sujeito da frase.

Os autores argumentam que embora não apareçam nas posições de sujeito ou objecto, os SPreps podem ser interpretados como preenchendo essas posições argumentais indirectamente, através de dois processos: por extraposição ou por topicalização. De acordo com esta teoria, a topicalização não envolve movimento; *trata-se apenas de uma identificação dos valores de duas funções em estrutura - f:* a função discursiva (FOC ou TOP) e uma função sintáctica, como sujeito ou objecto.

A hipótese do SPrep topicalizado explica quer as propriedades de sujeito que não se verificam na "inversão locativa" em inglês, quer as que se verificam, recorrendo às propriedades divergentes do argumento em diferentes níveis sintácticos. No nível da estrutura categorial de superfície, o SPrep locativo não é um sujeito: não pode aparecer na posição de sujeito e carece da morfologia nominal (e dos traços de acordo) dos sujeitos. No nível em que se representam relações

gramaticais abstractas, o locativo é um sujeito: sofre elevação do sujeito, obedece às restrições à extracção do sujeito, e aparece precisamente sob as mesmas condições de estrutura argumental e funções discursivas que os sujeitos locativos do chichewa.

3.2.3. Diferenças de categorização do locativo em inglês e chichewa

Bresnan 94 esclarece por que razão as duas línguas diferem na categorização dos locativos, isto é, por que razão eles são SPreps em inglês, mas SNs em chichewa. A autora sustenta que se trata de uma diferença tipológica profunda nos sistemas gramaticais das duas línguas, segundo os quais os locativos são categorizados: o género e o caso. Em chichewa, os locativos não são casos, mas géneros. Em inglês são SPreps e a grande distinção entre estes e os SNs baseia-se numa distinção casual: argumentos directos vs argumentos oblíquos ou indirectos.

Assim, o acordo entre o locativo em chichewa explica-se porque o género é universalmente uma categoria de acordo sujeito-verbo; por outro lado, o caso indirecto é geralmente incompatível com o acordo verbal. Mas a autora refere que nas línguas em que há sujeitos indirectos, o verbo suspende o acordo com o sujeito, assumindo ou uma forma invariável, ou concordando com o argumento mais alto, com caso directo. Pode-se, assim, generalizar e afirmar que o verbo concorda com o argumento mais proeminente (segundo a hierarquia funcional SUJ > OBJ >...) que não tem caso indirecto.

Para explicar a diferente ordem de palavras e as propriedades de acordo entre chichewa e inglês, Bresnan e Kanerva assumem que o verbo atribui caso inerente ao SN pós-verbal em chichewa, mas não em inglês (seguindo Belletti (88)). Assim, o SN tema em chichewa pode permanecer na posição interna a SV, enquanto em inglês será forçado a mover-se para receber caso. Em inglês, segundo os autores, quando um locativo ocupa a posição de sujeito, FLEX atribui caso nominativo para a direita (ao SN pós-verbal, apenas quando este é adjunto a SV). Isto permite manter a ideia de que o acordo segue a direcção da atribuição de caso

nominativo quer em inglês quer em chichewa, indo para a esquerda com o sujeito locativo na "inversão locativa" em chichewa e para a direita com o objecto tema nas inversões do inglês.

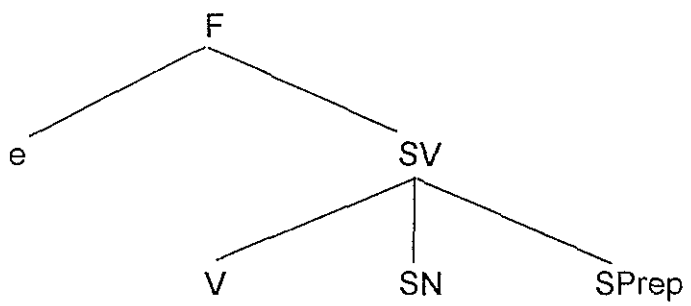
3.3. Levin e Rappaport (95)

Levin e Rappaport, ao analisarem as construções de "inversão locativa", começam por afirmar que se trata de um "diagnóstico de inacusatividade" de superfície, em inglês, tal como a construção com *there*. No entanto, ao longo da análise que vão elaborando, encontram argumentos contra a posição inicial. Terminam, pois, a sua exposição, negando que a "inversão locativa" seja um "diagnóstico de inacusatividade".

Como já salientámos no capítulo I, para Levin e Rappaport, é a função discursiva que determina o tipo de verbos que surgem neste tipo de construções.

Se os verbos fossem inacusativos, a estrutura sintáctica subjacente da frase seria sempre tal como 51:

51.



Mas os verbos inergativos, que seleccionam um argumento externo, terão de ter uma estrutura diferente; se não, questionam as autoras, como explicar a presença do locativo na posição de sujeito?

Embora a "inversão locativa" seja normalmente associada à intransitividade, há circunstâncias excepcionais em que mesmo verbos transitivos aparecem neste tipo de construções. Nestes casos, o sujeito do verbo encontra-se depois do objecto, em posição pós-verbal, como atesta o exemplo sugerido pelas autoras:

52. In this room took place a meeting between several famous kings.

Estes verbos transitivos que surgem na construção de inversão locativa formam geralmente um grupo fixo com o objecto (*take place*). Como referem as autoras, são tidos como verbos de existência ou aparecimento e, de facto, respeitam a função discursiva dos constituintes.

A presença deste tipo de verbos na "inversão locativa" vem, mais uma vez, impossibilitar a análise da inversão como um "diagnóstico de inacusatividade". Nestes casos, a posição de sujeito (ESP de SFLEX) e de objecto (interna a SV) estão preenchidas em estrutura profunda.

Por todas as razões apontadas, as autoras apresentam uma tese diferente para a explicação do fenómeno. Argumentam que o SPrep não é gerado na posição de sujeito, não constituindo o argumento externo do verbo. Em vez disso, propõem que se move de uma posição interna a SV. Claro que se levanta logo uma questão: como é possível tal hipótese, se a "inversão locativa" aparece também com verbos inergativos, que têm um argumento externo? Neste caso, a posição de sujeito é uma posição temática e não poderá, por consequência, receber o SPrep movido.

As autoras adoptam a Hipótese do Sujeito Interno a SV de Sportiche (88) e outros, segundo a qual todos os sujeitos de superfície, de qualquer tipo de verbo, são originados dentro de SV, mas depois movem-se para a posição de ESP de SFLEX.

As autoras salientam que as propostas que defendem que a "inversão locativa" é um "diagnóstico de inacusatividade" se baseiam em dois factores fundamentais: i) há muitas provas de que o SPrep inicial é um sujeito num determinado nível de representação linguística [27]; ii) dado este facto, o SN apresenta-se como objecto interno em estrutura profunda. No entanto, ao adoptar-se a Hipótese de Sujeito interno a SV, toda esta proposta de análise perde a sua força.

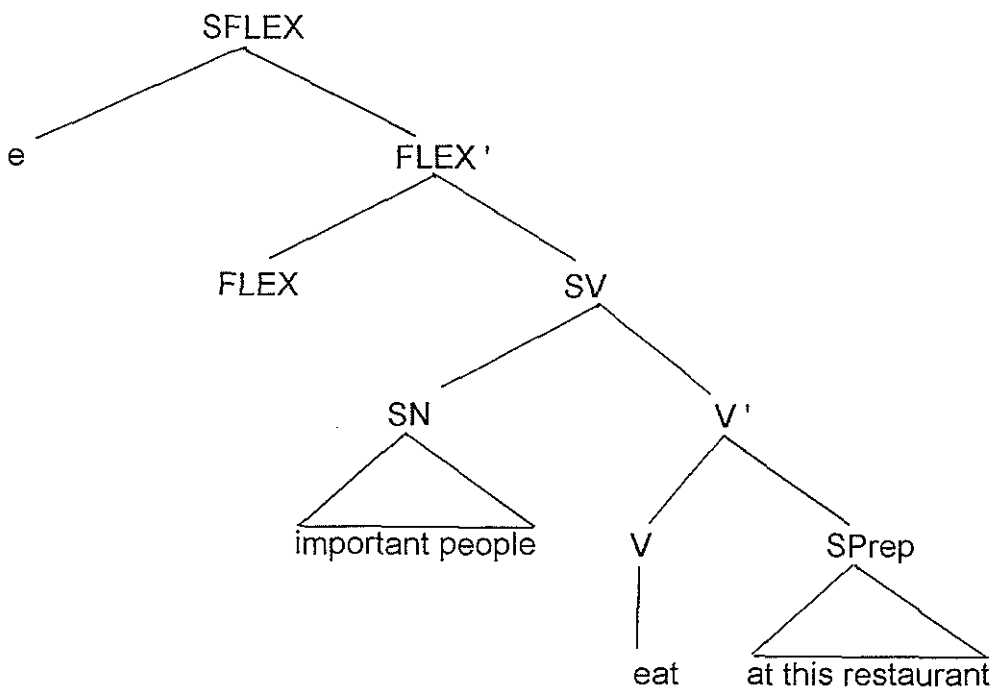
---

[27] Bresnan (94).

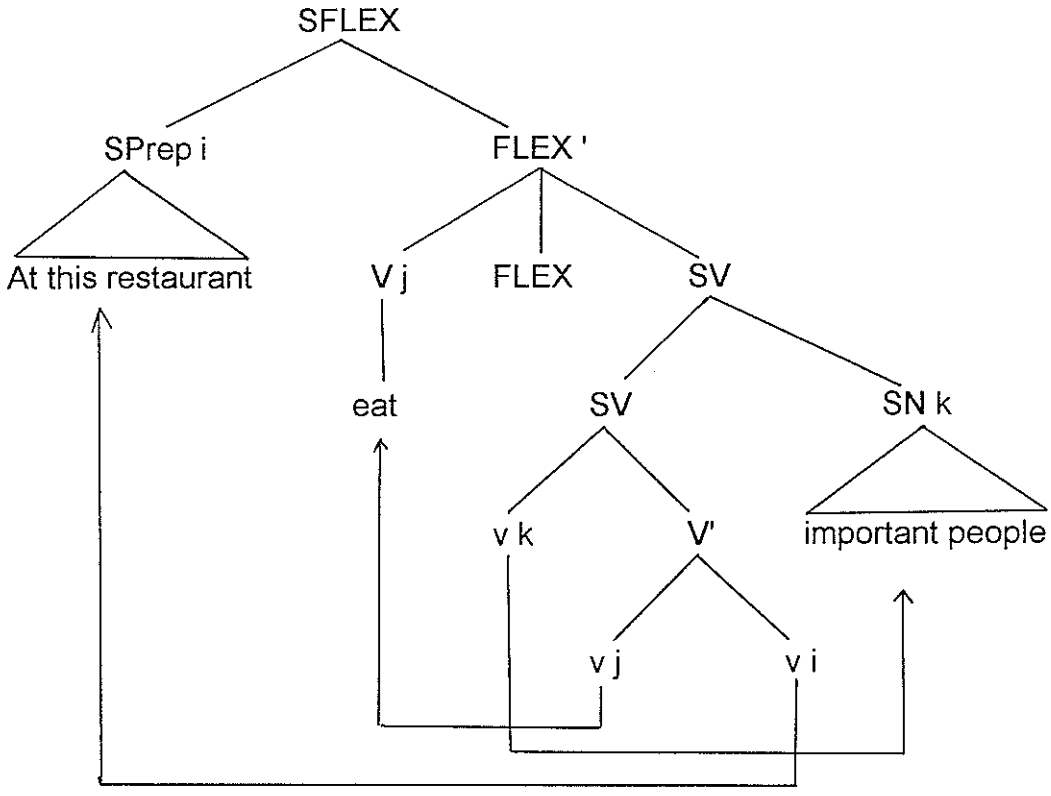
Levin e Rappaport não afirmam definitivamente nem que o SPrep é o sujeito em estrutura-S, nem que ele ocupa uma outra qualquer posição inicial de frase (apesar da representação apresentar o locativo na posição de ESP de SFLEX). *Apenas assumem que este locativo é um sujeito num qualquer ponto da derivação.*

Verbos inergativos e inacusativos distinguir-se-ão, pois a estrutura dos dois não é igual. Comecemos por analisar um exemplo com verbo inergativo, sugerido pelas autoras (representações 53 e 54).

53. Estrutura-P:



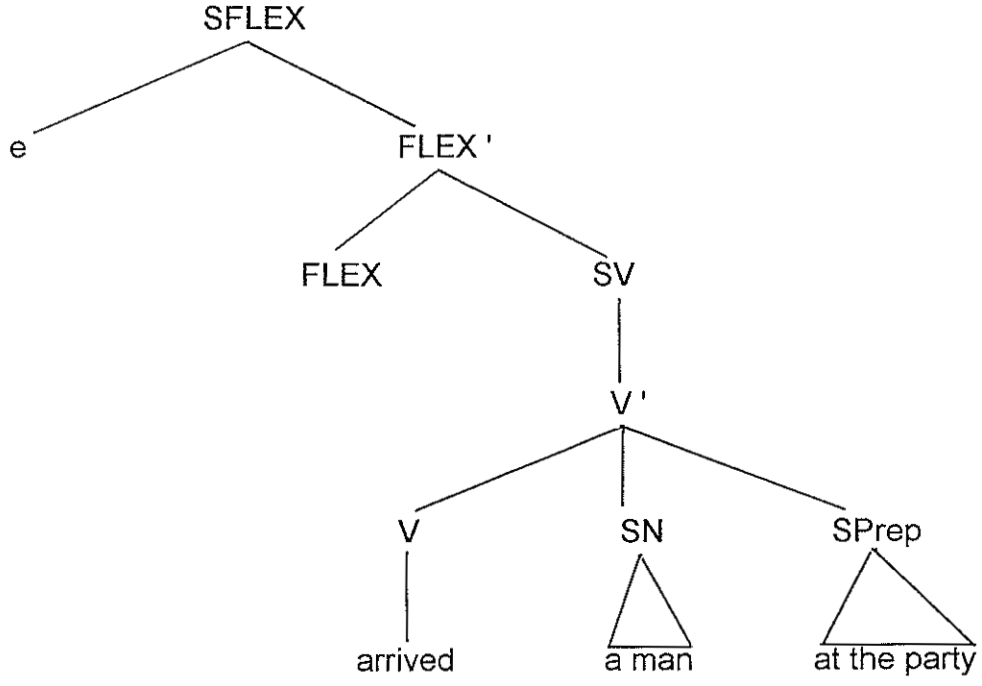
54. Estrutura-S:



Neste caso, porque de um verbo inergativo se trata, o SN sob SV é, de facto, um sujeito. O SPrep move-se para a posição de ESP de SFLEX (de onde poderá também ser topicalizado) e o SN sujeito encontra-se numa posição de adjunto à direita de SV. Por que razão se move o SN? As autoras afirmam que se trata de uma exigência de função discursiva.

A estrutura da frase com um verbo inacusativo é um pouco diferente:

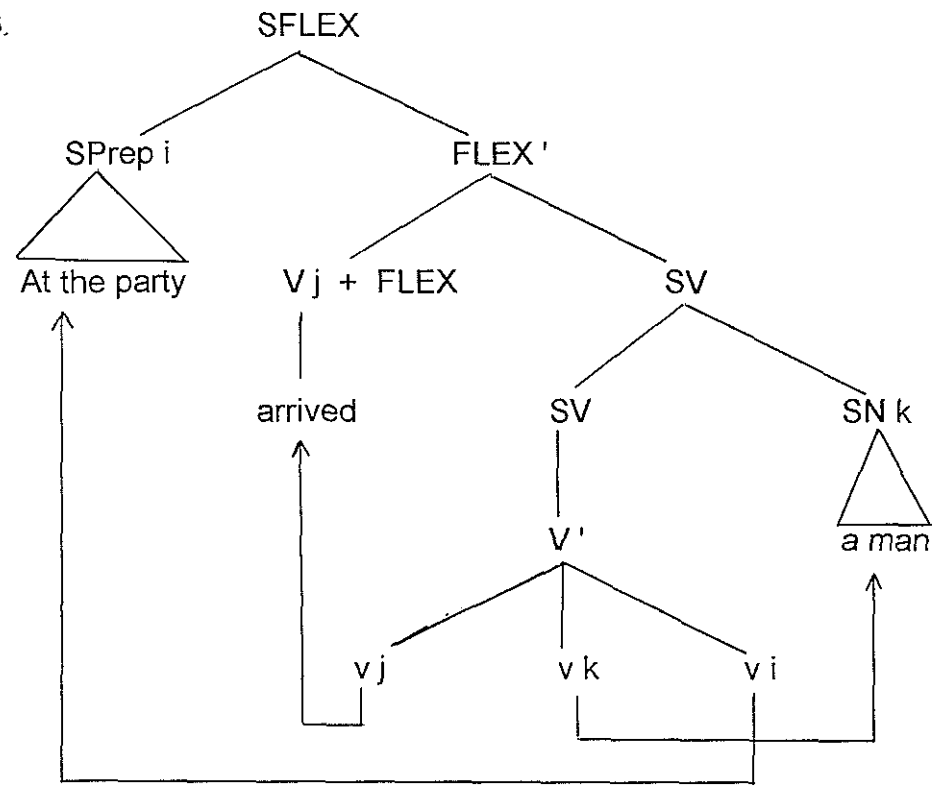
55. Estrutura-P:



O SN, desta feita, é o objecto interno, visto que este tipo de verbo não selecciona argumento externo.

Em Estrutura-S, teremos a seguinte representação:

56.



Levin e Rappaport não fornecem qualquer sugestão para a explicação da atribuição do caso, na sua proposta de análise da "inversão locativa". Por esta razão, muitas dúvidas ficam ainda, apesar de a estrutura que sugerem ser interessante e mais actual que as propostas anteriores, sobretudo por recorrer à Hipótese do Sujeito Interno a SV e à importância da função discursiva.

Em síntese e no que toca às análises apresentadas, todas focando o inglês, língua que, como temos estado a ver, tem uma construção típica de "inversão locativa", as propostas de Rochemont e Culicover, Bresnan e Kanerva e Levin e Rappaport dão uma importância fundamental à função discursiva de foco que o SN posposto preenche, sendo facto determinante da própria estrutura da frase. No entanto, as propostas de análise dos três trabalhos são bem diversas, já que este mesmo SN é respectivamente considerado sujeito da frase (Rochemont e Culicover), objecto tema (Bresnan e Kanerva) e, para Levin e Rappaport, objecto ou sujeito, consoante o tipo de verbo. O estatuto do SPrep pré-posto varia também nas análises referidas: um constituinte que pertence a um SV topicalizado, tópico que se associa a um sujeito, ou sujeito num qualquer ponto da derivação da estrutura.

4. Análise sintáctica da "inversão locativa" em português (Ambar 92)

Antes de apresentarmos a proposta de análise da "inversão locativa", temos de relembrar que em Ambar (88/92) a análise é feita num quadro pré-Sportiche (88) e pré-Pollock (89). [28]

4.1. Movimento de SN para a direita e subida do verbo

O trabalho de Ambar recobre uma grande variedade de contextos de inversão sujeito-verbo em português. A autora começa por discutir a hipótese de existência em português da regra de "inversão de sujeito" (na linha de Kayne e Pollock (78)). Por outro lado, apresenta a proposta de Torrego (84), que defende que as inversões são o resultado de um movimento do verbo para a esquerda do SN sujeito.

A proposta da regra de "inversão do sujeito" não consegue, por exemplo, elucidar-nos acerca da estrutura de frases como as do exemplo 57, em que o sujeito aparece entre o verbo e o complemento:

57. a) *Que ofereceu o Pedro à Joana?*
    b) Ontem comeu a Joana a sopa.

Se o SN se deslocasse para a direita, como propõem Kayne e Pollock, a sua posição de destino teria de ser interna a SV, observa Ambar. Tal hipótese é impossível, pois não são pèrmitidos movimentos para o interior do SV.

No entanto, a proposta de Torrego deixa também por explicar frases como 58:

58. Onde pôs os quadros o João?

---

[28] Ambar (92) é a publicação de Ambar (88). Em Ambar (89), a autora apresenta já o SN sujeito como ESP de SV e inclui os nós ST e SAc, como em Pollock (89).

Apenas a subida do verbo não pode explicar esta estrutura. Nesta frase, teria havido dois movimentos: subida de verbo para a esquerda e movimento de SN sujeito para a direita. O verbo desloca-se, segundo a autora, para a posição de COMP, passando por FLEX (para se juntar a Tempo e Acordo). O sujeito, por seu turno, move-se para uma posição periférica a frase, de adjunção a SFLEX.

Ambar defende que nos contextos de constituintes antepostos, a subida do verbo é obrigatória por uma imposição de identificação temática do sujeito. Uma expresssão-R plena tem de ser tematicamente identificada de forma apropriada. Ora, um verbo só é forte (e, consequentemente, capaz de identificar tematicamente uma expressão-R plena) quando tem um argumento incorporado. [29]

Um verbo semanticamente fraco, no entanto, pode tornar-se forte se ele próprio for identificado. Para isso, tem de manter com o seu complemento (que lhe dá força semântica) uma relação de unidade e contiguidade.

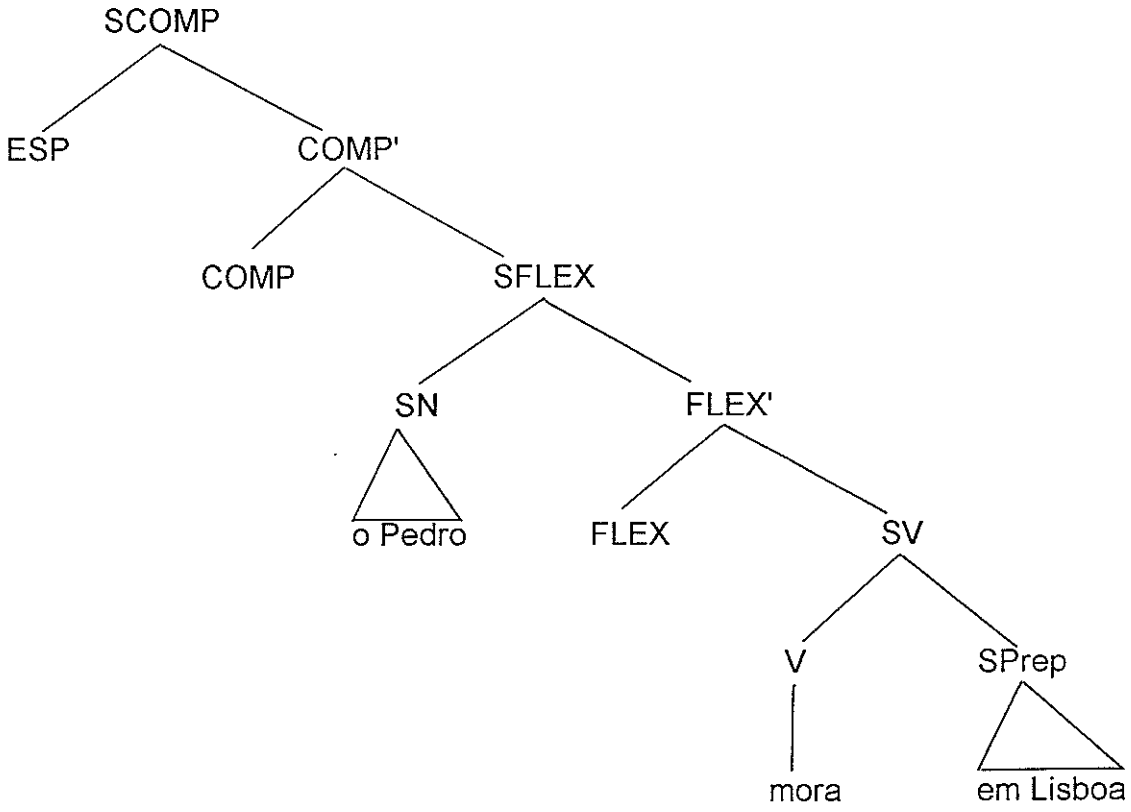
Nestes contextos, em que um constituinte se moveu para uma posição de ESP de SCOMP, o verbo sobe para que a relação de contiguidade entre o verbo fraco e o seu complemento (o locativo anteposto, no caso que tratamos) se reponha. Assim, depois de o verbo se tornar forte, a identificação da expressão referencial sujeito é possível, e as frases são gramaticais.

Vejamos um dos exemplos apresentados por Ambar. Comecemos por observar a Estrutura-P da frase 59:

---

[29] *Já no capítulo anterior, ao apresentarmos alguns aspectos da teoria de Ambar*, referimos que para esta autora a inversão é obrigatória no caso de o verbo ser semanticamente fraco. (v. cap.I, 2.4.)

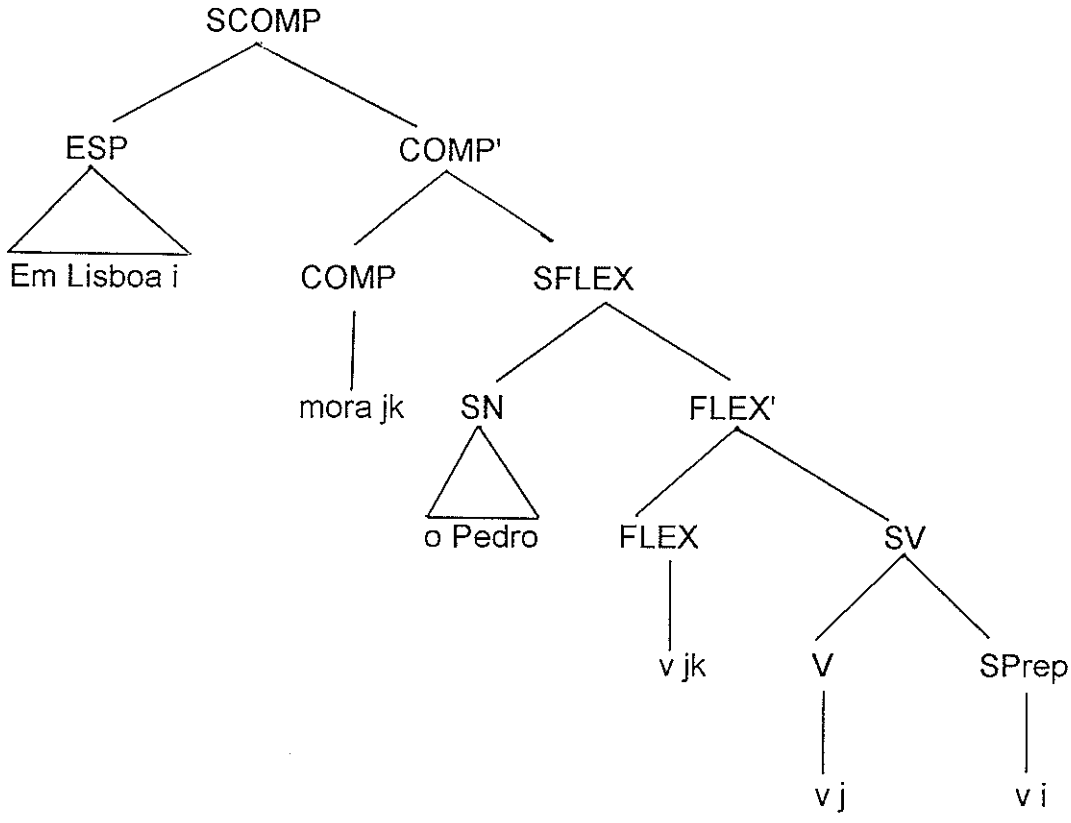
59. O Pedro mora em Lisboa.



Há uma relação de contiguidade entre o verbo e o seu complemento, o verbo é forte e identifica tematicamente o sujeito. A frase é gramatical.

Observemos agora o caso da frase com anteposição do locativo e inversão do sujeito (60):

60. Em Lisboa mora o Pedro.



Neste exemplo, restabelece-se a relação de contiguidade [30] com a subida do verbo. Este torna-se forte e pode, assim, identificar tematicamente o sujeito.

Se o verbo não subisse, o resultado seria, segundo a autora, uma frase agramatical:

61. * Em Lisboa, o Pedro mora.

O verbo não estaria em condições de identificar tematicamente o sujeito (expressão-R), pois não haveria relação de contiguidade entre ele e o seu complemento anteposto. Por esta razão, a autora estipula que em contextos de constituintes antepostos, a subida do verbo é obrigatória por imposição de identificação temática do sujeito.

[30] A relação de contiguidade estabelece-se por co-indexação. Por concordância ESP-núcleo, COMP recebe um índice de ESP; depois de co-indexado, COMP pode reger SFLEX e também o seu núcleo FLEX. Este pode então identificar o SV que, por sua vez, identificará o sujeito.

4.2. Casos problemáticos

Ambar chama a atenção para o facto de algumas dúvidas poderem surgir quando se compara a frase agramatical 61 com outras frases gramaticais, como as do exemplo 62:

62. a) Em Lisboa o Pedro morou.
    b) Em Lisboa, o Pedro mora há muitos anos.
    c) Em Lisboa só o Pedro mora.
    d) Em Lisboa, o Pedro não mora.
    e) Em Lisboa, o Pedro tem morado.

Todos os exemplos ilustram uma estrutura com um constituinte anteposto e o sujeito pré-verbal, tal como 61. No entanto, estas frases são gramaticais, o que significa que o sujeito foi tematicamente identificado, ainda que não haja contiguidade entre o verbo e o seu complemento.

Ambar explica todas as identificações temáticas nas diferentes frases. O elemento que pode identificar o SV é Tempo (sob FLEX). O Tempo Presente é um tempo fraco, que não pode identificar o SV e daí advém a agramaticalidade de 61. No entanto, em 62.a), o Tempo é Pretérito, um tempo forte, que pode identificar o SV, para que este, por sua vez, identifique o sujeito.

Concordamos com Ambar quando apresenta outros processos de legitimação da estrutura, mas temos dúvidas quanto a ligá-los unicamente à força do tempo verbal.

A autora defende que expressões adverbiais podem fixar a referência do Presente, fazendo deste um tempo forte. É o que se verifica em 62.b). Sendo o Tempo Presente forte, mais uma vez se desencadeia o mecanismo de identificação do SV e do sujeito. O mesmo acontece com os casos d) e e). O elemento de negação e o auxiliar podem identificar o Tempo Presente, tornando-o forte.

Relativamente à frase 62.c), o operador de foco na posição de sujeito rege o elemento Tempo de FLEX. Mais uma vez, o Tempo Presente é identificado, pode identificar SV e este o sujeito. A frase é gramatical.

Estes exemplos vêm confirmar a proposta da autora de que, no contexto de constituintes antepostos, a subida do verbo é obrigatória por imposição de identificação temática do sujeito. No caso de o verbo não subir, para que a frase seja gramatical, outros mecanismos terão de operar para que a identificação do sujeito se verifique.

Relativamente ao exemplo apresentado no capítulo I, com o verbo inacusativo *vir*, surgem também algumas dúvidas quanto à explicação da gramaticalidade vs agramaticalidade; voltamos a repetir as frases:

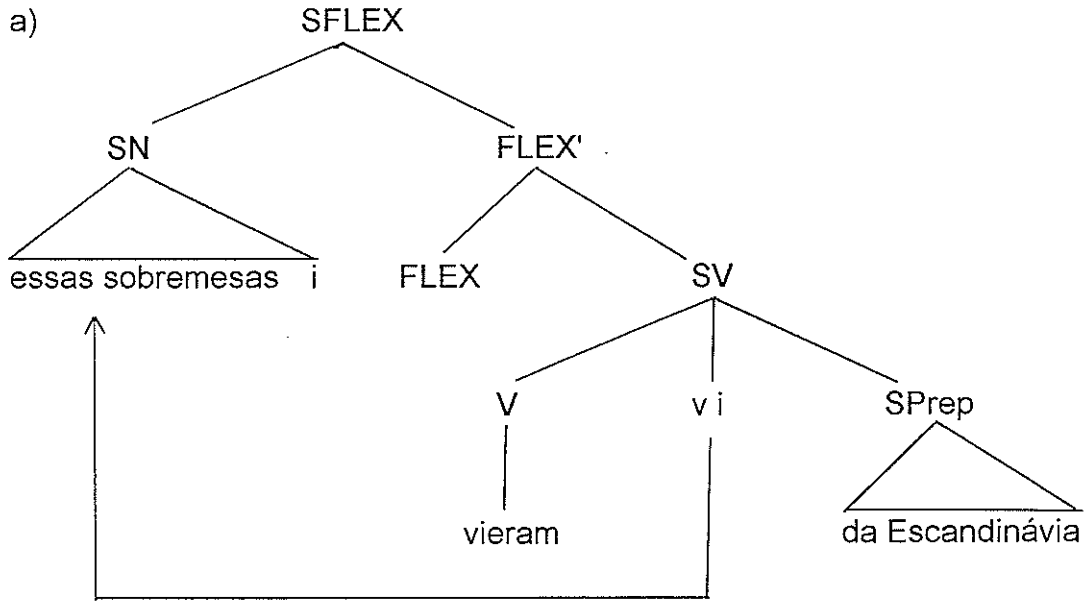
63. a) Essas sobremesas vieram da Escandinávia.

b) Da Escandinávia vieram essas sobremesas.

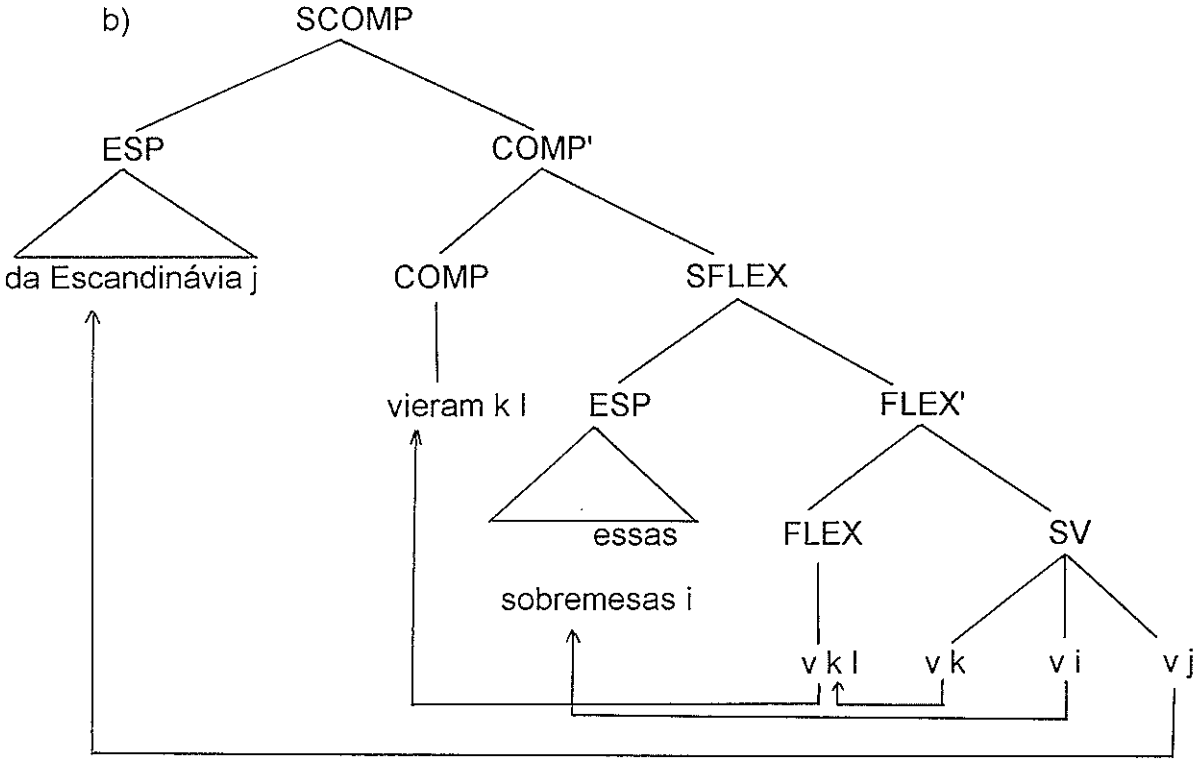
c) ? * Vieram essas sobremesas da Escandinávia.

Sendo o V um inacusativo, o SN é engendrado na posição básica de objecto. De acordo com análises geralmente aceites, mover-se-ia para a posição de sujeito para receber caso. É o que podemos constatar através da frase 63.a), com a representação 64.a). Em 63.b), depois do movimento do SN para a posição de ESP de SFLEX (que a autora adopta como mecanismo de atribuição de caso nominativo), o constituinte é anteposto e o verbo sobe, como tivemos já ocasião de observar na representação, para outra frase (v. 63.b):

64. a)



b)



Na frase 64.c), para além do primeiro movimento do SN, observa-se que o verbo se desloca para a posição de COMP e deixa de estar em contiguidade com o complemento. No entanto, e ao contrário do que se esperaria, o resultado não é uma frase agramatical.

Nesta estrutura, temos uma subida do verbo sem que haja qualquer elemento "desencadeador". No entanto, a autora recusa a hipótese de considerar que os verbos ergativos constituem uma excepção ao quadro geral de subida do verbo.

Em todos os casos de subida do verbo para COMP analisados anteriormente há um elemento na posição de ESP de SFLEX, que funciona como sujeito da frase. No caso de verbos inacusativos como *vir* e *chegar*, algum elemento deveria ocupar esta posição. Este tipo de verbo é legitimado por um Tempo forte [31]. Ambar sugere, por isso, que um Tempo Abstracto preencherá, neste caso, a posição ESP de SFLEX. Assim, também nestes casos, o verbo estará em contiguidade com o elemento Tempo, que lhe fixará uma parte de referência.

A não total aceitabilidade da frase, por outro lado, deverá resultar do facto de, na presença de dois elementos seleccionados pelo verbo (um lexical e outro nulo), a relação de contiguidade se estabelecer prioritariamente com o elemento lexical. Daí a gramaticalidade da frase 65:

65. Ontem vieram essas sobremesas da Escandinávia.

No caso dos SNs não definidos, a total gramaticalidade é confirmada (v. discussão cap.I, secção 3.), ou seja, nestes casos, não é exigida uma relação de contiguidade para a identificação temática do sujeito. Isso deve-se ao facto de uma expressão indefinida não ser uma expressão "referencial plena" e não ter de ser tematicamente identificada. [32]

---

[31] Verbos inacusativos deste género *não podem* aparecer com o tempo Presente, que é fraco, sem qualquer complemento:

a) * O Pedro chega.
b) O Pedro chega amanhã.
c) Amanhã chega o Pedro.

[32] A identificação será certamente de outro tipo e feita noutros moldes, no caso das expressões não definidas.

também se move para ESP de SFLEX, não querendo aceitar este tipo de verbos como um caso à parte. De acordo com o que expusemos no capítulo I, esta hipótese não nos parece viável. As propostas de Chomsky (95) e Brito (98) de atribuição de caso ao SN pós-verbal numa construção com um verbo inacusativo mostram que a hipótese de Ambar não será correcta. O mesmo se poderá dizer relativamente à proposta de subida de verbo para COMP, que dentro de um quadro teórico distinto, com uma estrutura de frase com várias categorias funcionais, deixa de ser convincente.

5. Conclusão

A diversidade de propostas para uma análise da "inversão locativa" parece ser proporcional ao interesse despertado por esta construção. Ao longo deste capítulo, apresentámos uma panorâmica geral do modo como a "inversão locativa" já foi tratada, sem contudo termos sido exaustivos na nossa exposição.

Iniciámos a exposição com várias propostas que apresentam um tratamento formal sem recurso à noção de função discursiva. Começámos pela proposta de Safir (85). Todo o estudo do autor está relacionado com a formação da cadeias, sugerindo uma explicação para o fenómeno do "efeito de definitude". A sua análise da "inversão locativa" apresenta o SN como sujeito ou objecto, numa posição de adjunção a F (em estrutura-S); o SPrep é um argumento do verbo movido entretanto para COMP. De salientar ainda que em Forma Lógica, o SN é movido para COMP, para a frente do SPrep, de modo a respeitar a ECP.

Expusemos, em seguida, as sugestões de análise que defendem uma alternância inergativa-inacusativa. Significa isto que estes autores (Torrego, Coopmans e Hoekstra e Mulder) consideram que todos os verbos que entram nas construções de "inversão locativa" funcionam como inacusativos, independentemente da classe a que pertencem. As propostas não são contudo coincidentes: Coopmans defende que na "inversão locativa" o SN é o argumento interno do verbo, enquanto o SPrep é um complemento adverbial topicalizado.

Nesta proposta salienta-se a ideia de que nestas construções actua um parâmetro de "semi *pro*-drop", que permite que haja "*pro*-drop" sempre que não for atribuída função temática externa. O SPrep move-se para COMP e COMP indexado identifica *pro*.

As sugestões de Hoekstra e Mulder e de Torrego aproximam-se, pois ambas consideram o SPrep um "sujeito locativo"; contudo, distinguem-se, porque Hoekstra e Mulder defendem que o verbo selecciona uma oração pequena, enquanto Torrego considera que o SN é um objecto e o SPrep um complemento do verbo.

A Proposta de Dikken e Naess (93) conjuga as de Coopmans e de Hoekstra e Mulder, sugerindo que o SPrep se move para a posição de ESP de SFLEX, permitindo a atribuição de caso ao SN pós-verbal, e depois topicaliza. Apresentando a estrutura de frase com várias categorias funcionais, os autores defendem ainda que as diferenças paramétricas entre as línguas têm como consequência o facto de esta proposta apenas ser adequada às línguas em que [ESP, SAc suj] é uma posição casual (como o norueguês ou o inglês). Nas línguas em que a posição de [ESP, ST] é a posição de verificação de caso nominativo, não há necessidade de topicalização.

Seguidamente, apresentámos três propostas em que há uma preponderância da função discursiva; a importância da legitimação de uma construção de foco domina nestas análises. Rochemont e Culicover defendem que o SN é sujeito da frase (ocupa a posição de ESP de SFLEX), enquanto o SPrep se eleva do SV para a posição de adjunção à esquerda de SFLEX. Bresnan e Kanerva fazem um estudo comparativo do chichewa e do inglês, chegando à conclusão de que em inglês o SN é gerado numa posição de foco, ligando-se ao objecto; em chichewa, ao contrário, é gerado na posição de objecto. Relativamente ao SPrep, ele é gerado na posição de tópico em inglês (identificando-se depois com o sujeito), e na posição de sujeito em chichewa.

A proposta de Levin e Rappaport distingue-se de todas as propostas apresentadas anteriormente por admitir a Hipótese de Sujeito Interno a SV, sendo que todos os movimentos se dão para se preservar a função discursiva (a

informação conhecida deve ser fornecida no início da frase). O SN será um sujeito ou um objecto (conforme o tipo de verbo), que aparecerá em Estrutura-S numa posição de adjunção a F; o SPrep é considerado um sujeito num qualquer ponto da derivação da estrutura, sem identificarem exactamente onde.

Por fim, apresentámos ainda, para o português, a sugestão de análise da "inversão locativa" de Ambar (92), que se afasta das restantes por considerar os verbos transitivos e defender o movimento do verbo motivado por uma exigência de identificação temática do sujeito. O SN mantém-se na sua posição de base, no caso dos verbos inergativos, sobe para ESP de SFLEX com inacusativos, e aparece numa posição de adjunção a SFLEX com transitivos; o SPrep sobe para a posição de ESP de SCOMP, a partir de uma posição interna a SV.

Capítulo III

UMA ANÁLISE ALTERNATIVA DO FENÓMENO DE INVERSÃO LOCATIVA EM PORTUGUÊS

1. Introdução

Depois de termos delimitado os contextos de ocorrência do fenómeno de "inversão locativa" e apresentado propostas de análise das construções, que foram surgindo ao longo dos últimos anos de investigação no domínio da gramática generativa, apresentaremos neste capítulo uma proposta alternativa aos tratamentos já elaborados, com base em desenvolvimentos teóricos mais recentes, em particular, as propostas de estrutura de frase desenvolvidas por Chomsky (93) e (95), Jonas e Bobaljik (96) e, para o português, Duarte (97) e Raposo (97).

Começaremos por apresentar uma breve síntese do quadro teórico do Programa Minimalista (secção 2). De seguida, exporemos as questões relativas à estrutura de frase que adoptamos (secção 3). Na secção 4, proporemos uma análise do fenómeno de "inversão locativa", comentando as diferentes possibilidades relativas à posição e natureza do SPrep locativo e do SN pós-verbal em frases simples e encaixadas. Terminaremos esta proposta com algumas considerações acerca da estrutura informacional da construção.

2. Quadro Teórico (Síntese)

Os princípios teóricos em que nos basearemos para construir a nossa argumentação relevam do Programa Minimalista de Chomsky (93) e (95). Esta nova teoria sintáctica representa uma extensão da teoria dos Princípios e Parâmetros

O Programa Minimalista defende a redução da sintaxe a uma descrição da forma como os itens lexicais podem ser combinados e de como se dão os movimentos. O sistema computacional é restringido por um pequeno conjunto de

princípios de economia, que Chomsky diz reforçarem a exigência geral deste programa: utilizar os meios mais económicos para criar estruturas que possam convergir.

O Programa Minimalista reduz os quatro níveis de representação (Estrutura Profunda, Estrutura de Superfície, Forma Lógica e Forma Fonética) apenas a dois níveis de interface: Forma Lógica (FL) e Forma Fonética (FF). Qualquer princípio que restrinja uma derivação poderá aplicar-se quer em Forma Lógica ou em Forma Fonética, quer num outro ponto em que seja relevante. A derivação de uma estrutura começa pela introdução dos recursos lexicais num sistema computacional. Num determinado nível, chamado "spell out", a derivação separa-se em Forma Lógica e Forma Fonética. Só FL continua no sistema de computação; ou seja, qualquer transformação que se verifique depois de "spell-out" não será perceptível foneticamente. A derivação de FF a partir de "spell-out" estará sujeita às regras e operações de um sistema diferente, o sistema fonológico.

O conceito central deste programa é o "Último Recurso", que defende que nenhum movimento sintáctico é gratuito, tendo lugar apenas para satisfazer alguma condição linguística. Estas condições são sempre de natureza morfológica (caso e concordância) e estão directamente ligadas às categorias funcionais que Chomsky distingue: T, Ac, Comp e Det, de extrema importância neste Programa.

2.1. Princípios de economia

O Programa Minimalista rege-se por certos princípios de economia que são determinantes: "Movimento Mais Curto" (*Shortest Move*), "Adiar" (*Procrastinate)* e "Cobiçar" (*Greed*). A aplicação destes princípios permite comparar as derivações que envolvem os mesmos recursos lexicais e seleccionar apenas as derivações mais económicas. O "Movimento Mais Curto" é um princípio que retoma muitas das ideias das teorias de Princípios e Parâmetros (Subjacência, Restrição de Movimento de Núcleo, por exemplo) e que preconiza que um constituinte tem de se mover para a primeira posição do mesmo tipo acima da posição inicial. Qualquer

núcleo deverá ser impedido, por este princípio, de saltar outra posição de núcleo entre a posição inicial e a posição para que se move.

"Adiar" é um princípio que adia sempre que possível os movimentos para depois de "spell-out", de forma a que eles não afectem a forma fonética. Contudo, é de notar que uma derivação poderá violar este princípio para poder convergir. "Cobiçar" é o princípio segundo o qual um constituinte não se poderá mover para satisfazer as necessidades de um outro constituinte; o movimento é sempre motivado por razões "egoístas", para satisfazer as necessidades do próprio constituinte movido.

2.2. Sistema Computacional

O Programa Minimalista defende que as estruturas sintácticas são construídas através de transformações generalizadas que podem inserir árvores já formadas noutras árvores. O ponto de partida das derivações não é uma Estrutura-P, como na teoria dos Princípios e Parâmetros, mas um conjunto de itens lexicais. A computação consiste em juntar itens lexicais. Os itens lexicais inseridos antes de "spell-out" são palavras completamente formadas, flexionadas (em caso, acordo, tempo, etc.). A competição entre derivações consistirá em comparar derivações com os mesmos itens lexicais para identificar as mais económicas. O movimento consiste em acrescentar algo a um elemento já inserido no sistema computacional. O constituinte expandido torna-se acessível, como qualquer outro, a posteriores derivações.

Antes de "spell-out", qualquer operação deve expandir estruturalmente um constituinte para criar um constituinte maior. A operação básica é a de projecção. Quando se projecta, tem-se a opção de incluir uma categoria vazia como irmão do constituinte que é projectado. Esta categoria vazia deverá ser imediatamente preenchida ou por um constituinte já inserido ou por um constituinte que esteja dentro do próprio constituinte projectado. Uma posição poderá ser preenchida por uma categoria vazia, como *pro*.

O movimento no Programa Minimalista é equivalente a uma cópia, sem qualquer destruição da estrutura. As cadeias formadas por movimento consistem, pois, numa sequência de cópias do constituinte inicial; um constituinte movido existirá na sua posição de origem e também na cabeça da cadeia.

Como as operações se limitam à projecção e expansão do constituinte, a derivação obedecerá à Condição Cíclica Estrita: não se poderá voltar a um constituinte para efectuar mais expansões e não poderá haver movimento para baixo.

Em FL, o movimento deverá ocorrer dentro de constituintes já construídos. Quanto às operações que ocorrem em FF, depois de "spell-out", elas não estão ligadas aos mecanismos básicos do sistema computacional. O movimento de verificação de traços fortes não ocorre em FF. Se os traços não forem verificados antes de "spell-out", assim permanecerão na interface FF e farão com que a derivação não convirja.

2.3. Traços

No centro do Programa Minimalista está a noção de traços morfológicos: tempo, caso e acordo. Para que os traços morfológicos sejam verificados, o verbo subirá para vários núcleos funcionais, por exemplo para Ac obj, para T e para Ac suj, ou antes de "spell-out" ou em Forma Lógica. Os SNs terão de se mover para posições (de especificador) em que possam verificar os seus traços morfológicos antes de um nível em que sejam visíveis. T e Ac asseguram, portanto, que SN e V estejam devidamente concordantes.

Para Chomsky, as diferenças paramétricas significantes entre línguas limitam-se às diferenças lexicais, especificamente, diferenças nos traços dos elementos lexicais que ocupam os nós das categorias funcionais. T e Ac terão de ter dois tipos de traços: traços-V que verificam o verbo e traços-N que verificam o SN, por exemplo, em [ESP, SAc].

O caso estrutural nunca é verificado sob regência, mas apenas numa relação Especificador-Núcleo, com Ac ou T. Por exemplo, para que o caso acusativo seja verificado, os objectos têm de subir em Forma Lógica ou na sintaxe visível de SV para a posição de especificador de SAc obj.

De acordo com esta teoria, Mover α apenas existe para o licenciamento morfológico dos argumentos, com vista a mover esses elementos para o domínio da categoria funcional que os licencia formalmente.

2.4. Mover α e Mover T (Chomsky 95)

Chomsky (95) introduzirá algumas modificações ao Programa Minimalista que inicialmente esboçara (Chomsky (93)). Um dos aspectos importantes diz respeito à separação entre o Movimento e a satisfação de Condições. Na verdade, um argumento não necessita de ser movido na sintaxe visível para verificar caso ou mesmo para licenciar os traços de concordância. Tudo poderá acontecer a nível de Forma Lógica, depois de "spell-out".

Chomsky propõe que uma categoria funcional pode ser especificada no léxico como contendo um "traço forte", que obrigará à aplicação de Mover α

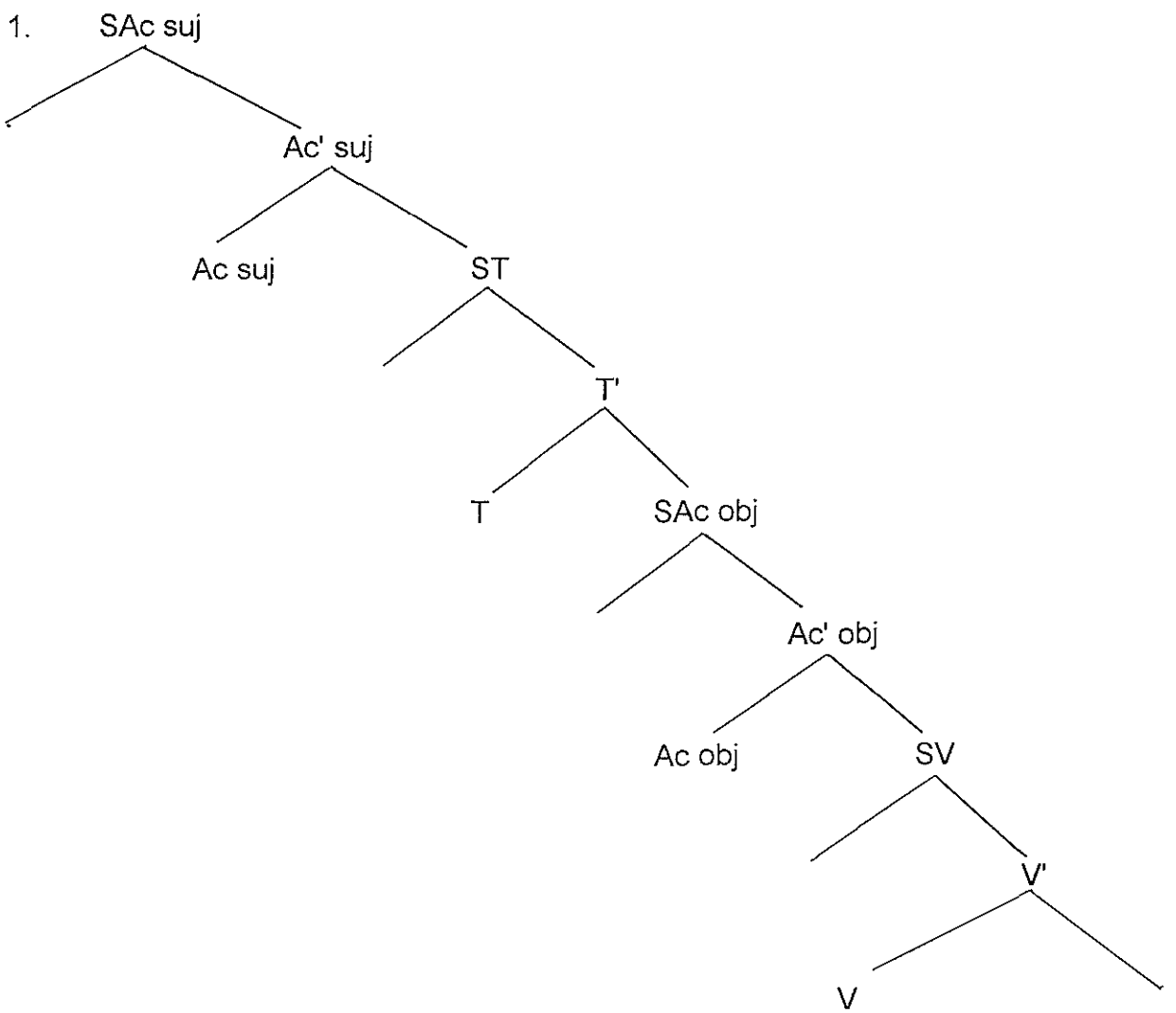
No novo modelo do Programa Minimalista, Chomsky considera Mover α uma regra sempre visível (que move uma categoria com matriz fonética, antes de "spell-out"). Todas as operações que se derem depois de "spell-out" são consideradas como Mover T (Mover F *-features-*, em inglês). Mover T será um movimento abstracto dos traços formais das categorias. A língua "ideal" seria aquela em que a única operação transformacional fosse Mover T.

3. O problema da estrutura de Frase

3.1. Chomsky (93) e (95); Jonas e Bobaljik (96); Duarte (97)

Adoptamos a estrutura de frase sugerida por Jonas e Bobaljik (96), que alarga as propostas de Pollock (89) e é representada em 1.

1.



Esta estrutura parte do pressuposto (aceite na Gramática Generativa desde Sportiche (88)) que o SN sujeito é gerado dentro de SV, estando na posição de especificador de SV. Para além disso, é uma estrutura que apresenta várias categorias funcionais; SFLEX divide-se em vários núcleos: Ac suj, T e propõe-se a categoria Ac obj; as respectivas projecções máximas são SAc suj, ST, SAc obj.

Aceita-se também que os SNs (foneticamente realizados) são inseridos na estrutura sintáctica com caso morfológico, mas têm de o verificar em condições estruturais apropriadas. No fundo, a verificação de caso mantém a ideia da TRL (Chomsky 81)), em que os SNs precisam de ter caso para serem interpretados. Assim, em qualquer língua, quer o sujeito quer o objecto têm de se encontrar em condições de verificação de traços de caso, o que só acontece por elevação, por um movimento que permita o estabelecimento de uma relação especificador-núcleo, dentro de uma projecção funcional de tipo SAcordo (SAc).

Assim, o caso nominativo é verificado numa posição de ESP de um núcleo de Ac suj. O sujeito tem de subir para [ESP, SAc suj]. O caso acusativo é verificado numa relação com Ac dominando imediatamente o verbo (SAc obj); por isso, o SN objecto terá também de subir num ponto qualquer da derivação para a posição de [ESP, SAc obj]. Por esta razão, a estrutura apresentada em 1 será a estrutura de uma frase com um verbo transitivo em que o SN sujeito, o SN objecto directo e o verbo têm condições para se moverem das suas posições básicas para as posições de ESP de SAc suj, ESP de SAc obj e T, obtendo-se uma estrutura com a ordem geralmente denominada de SVO.

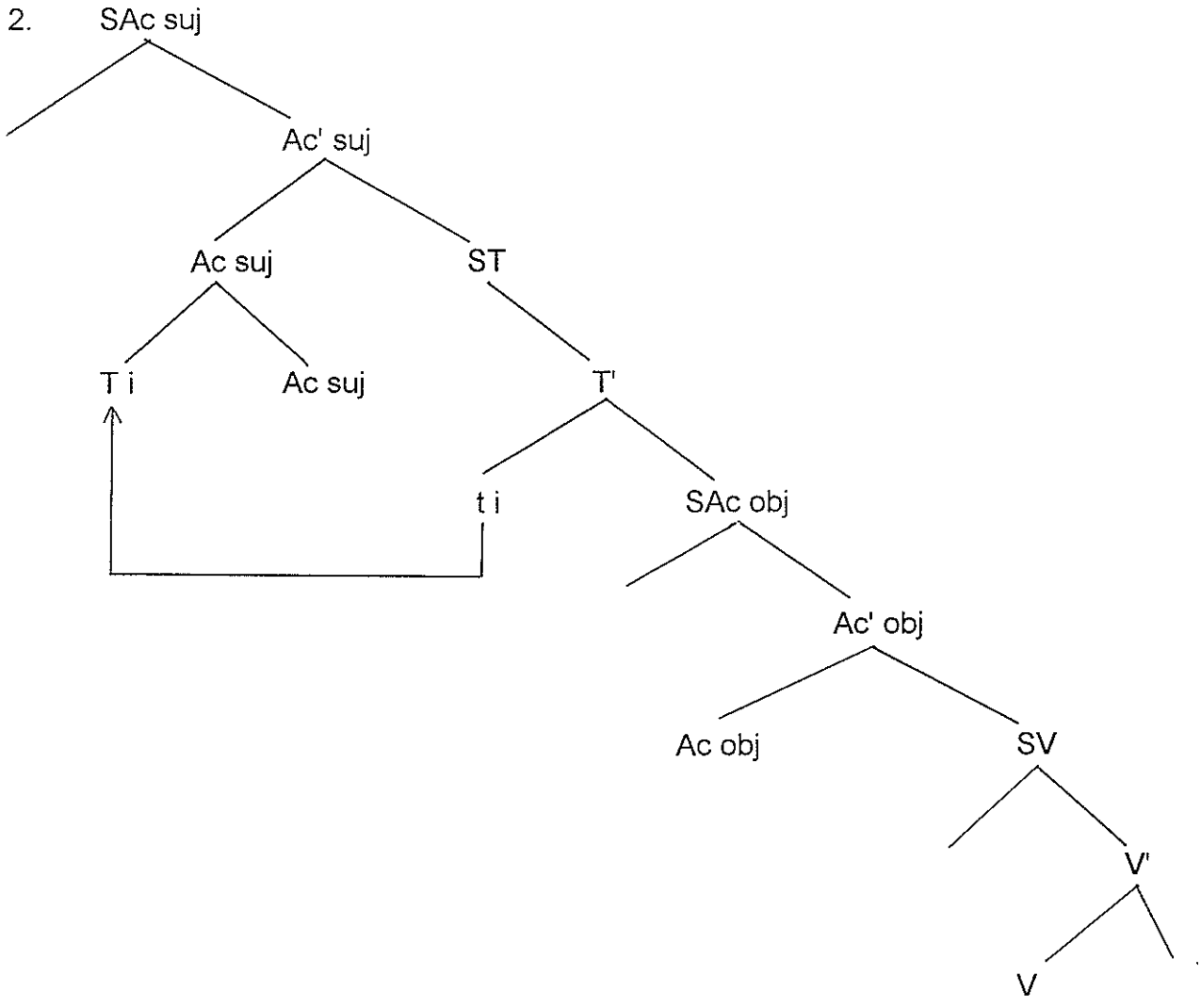
Este movimento para a verificação de traços poderá ser explícito, se se der antes de "spell-out", ou encoberto (abstracto), se ocorrer em Forma Lógica (no caso de os traços morfológicos relevantes serem fracos).

Como já atrás referimos, a diferença entre as línguas decorre da natureza fraca ou forte dos traços formais que constituem os núcleos funcionais. Os núcleos funcionais não apresentam sempre os mesmos traços formais, o que acarretará consequências visíveis a nível da estrutura da frase.

Comparemos, por exemplo, o inglês e o português. Jonas e Bobaljik (96), na sequência de Chomsky (93), afirmam que, em inglês, o núcleo T tem um traço-V fraco e não existe movimento visível do verbo para este núcleo. Por esta razão, T não projecta uma posição de especificador. T terá de subir para uma posição de adjunção a Ac suj, como mostra a representação 2, para que o traço de caso

nominativo seja verificado através do movimento visível do SN sujeito para a posição de [ESP, SAc suj]. [34]

2.



Para além disso, os traços formais de Ac suj (traço-D) são fortes. Isto tem como consequência o facto de o sujeito (quer ele seja argumental ou expletivo) ocorrer na posição de [ESP, SAc suj]. [35]

---

[34] Isto acontece porque é o núcleo T [+ finito] que é responsável pela verificação de caso nominativo.

[35] Em línguas com o traço-V forte, como é, por exemplo, o caso do islandês, o verbo mover-se-á na sintaxe visível, a posição de especificador de ST projectar-se-á e será no domínio de ST que a verificação de caso nominativo ocorrerá. Numa língua deste tipo, o traço-D de Ac suj também é forte, exigindo que um expletivo seja inserido na posição de ESP de SAc suj (como no caso das frases existenciais transitivas, que nunca poderão existir em inglês), ou que o SN sujeito se mova para essa posição antes de "spell-out".

Relativamente ao português, que é uma língua com movimento visível do verbo, Duarte (97) defende que a posição de ESP de ST é projectada e o caso nominativo pode aí ser verificado. Desta forma, existirão duas posições possíveis para a verificação de caso nominativo em português: [ESP, ST] e [ESP, SAc suj]. Deste modo, os SNs sujeito terão duas posições disponíveis, uma em [ESP, ST] e outra em [ESP, SAc suj].

Duarte (97) defende que, em português, o traço relevante de Ac suj não será o traço-D, mas um traço que a autora aproxima do Princípio de Projecção Alargado (PPA) [36]. No caso de ele ser forte, será obrigatória a subida do SN sujeito para a posição de [ESP, SAc suj], dando origem à ordem S V; quando este traço é fraco, a verificação de traço de caso e concordância poderá dar-se em [ESP, ST] e na posição de especificador de SAc suj introduzir-se-á, por Composição (*Merge*), um *pro* expletivo; nesse caso, dar-se-á origem à ordem V S.

Ao analisar construções que designa "D-linked" ("discourse-linked"), cujos exemplos apresentamos em 3, Duarte (97) coloca questões interessantes relativas à estrutura frásica do português. Nesta construção, existe um constituinte em posição inicial e o sujeito encontra-se em posição pós-verbal.

3. a) Ao povo governa o rei.

b) Por este meio os venceram os reis.

Duarte (97) defende que os núcleos funcionais em português são caracterizados por traços que determinam a estrutura discursiva da frase. [37]

Como dissemos, a autora aponta a hipótese de a categoria funcional Ac suj ser marcada pelo traço Princípio de Projecção Alargado forte ou fraco. Seria este

---

[36] Neste contexto, o PPA não poderá ser encarado exactamente como em Chomsky (82), pois Duarte (97) apresenta-o como um traço da categoria funcional SAc suj.

[37] É. Kiss (95) *também faz uma proposta semelhante, distinguindo línguas de Tópico proeminente e* línguas de Foco proeminente, que seriam caracterizadas pelos respectivos traços fortes. As línguas em que a articulação frásica primária serve para exprimir funções discursivo-semânticas serão, segundo o autor, muito comuns.

traço a codificar a distinção entre construções predicativas (que exprimem um juízo categórico) e construções apresentativas (que exprimem um juízo tético) [38] , de que apresentamos os exemplos da autora:

4. a) O João chegou. - PREDICAÇÃO

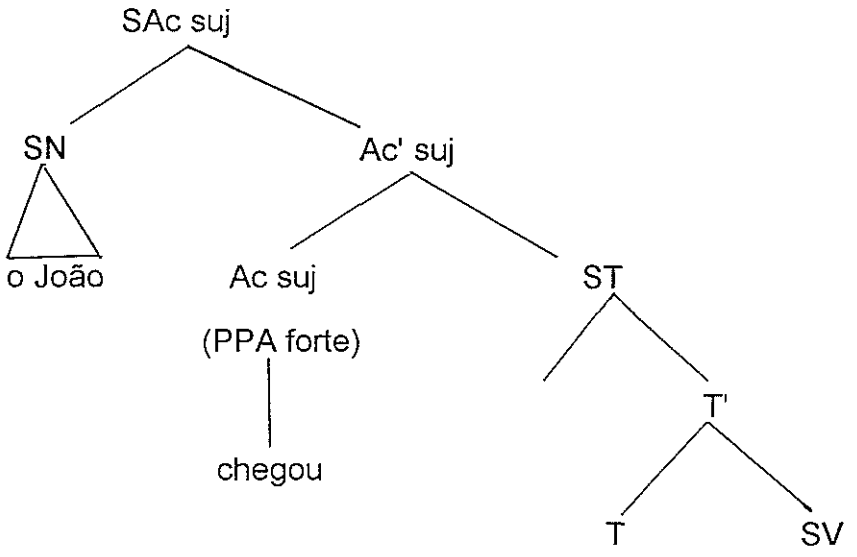
b) Chegou o João. - APRESENTAÇÃO

Numa língua como o português, em construções em que o SN sujeito aparece em posição pré-verbal, sabemos que o traço Princípio de Projecção Alargado (PPA) é forte, logo, este SN ocupará a posição de especificador de SAc suj, sendo um sujeito tópico não marcado (4.a)). Ao contrário, em frases com SN pós-verbal, o traço PPA é fraco e a posição do SN é outra - ESP de ST (4.b)). Ao mesmo tempo, como atrás já referimos, de acordo com a proposta de Duarte (97), um *pro* expletivo é inserido por Composição na posição de ESP de SAc suj. Apresentamos em 5 as *representações simplificads das estruturas frásicas.*[39]

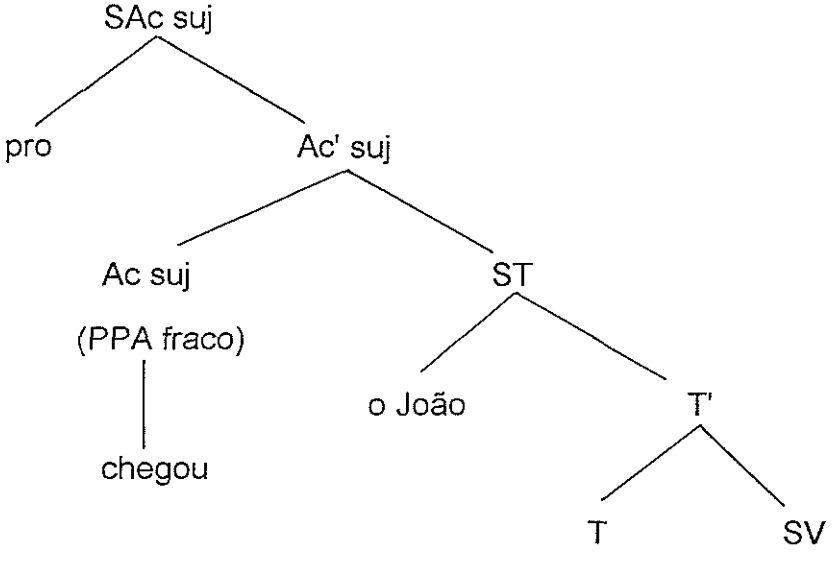
[38] Kuroda (72-73) introduz a distinção entre frases que têm um sujeito nocional (juízos categóricos) e frases que não têm um sujeito nocional (juízos téticos).

[39] Reparemos, contudo, que o exemplo da autora e a proposta de análise que faz não distinguem os casos de verbos inacusativos e de verbos inergativos. O exemplo contém um verbo inacusativo - *chegar*- e o SN verifica os traços de caso nominativo na posição de ESP de SFLEX, ou seja, a posição geralmente reservada a sujeitos. Por esta razão, não podemos considerar válida esta proposta de Duarte (97), no que toca ao exemplo que sugere. A estrutura seria boa para um verbo inergativo (v. secções 4.2.1. e 4.2.2. deste capítulo)

5. a)



b)

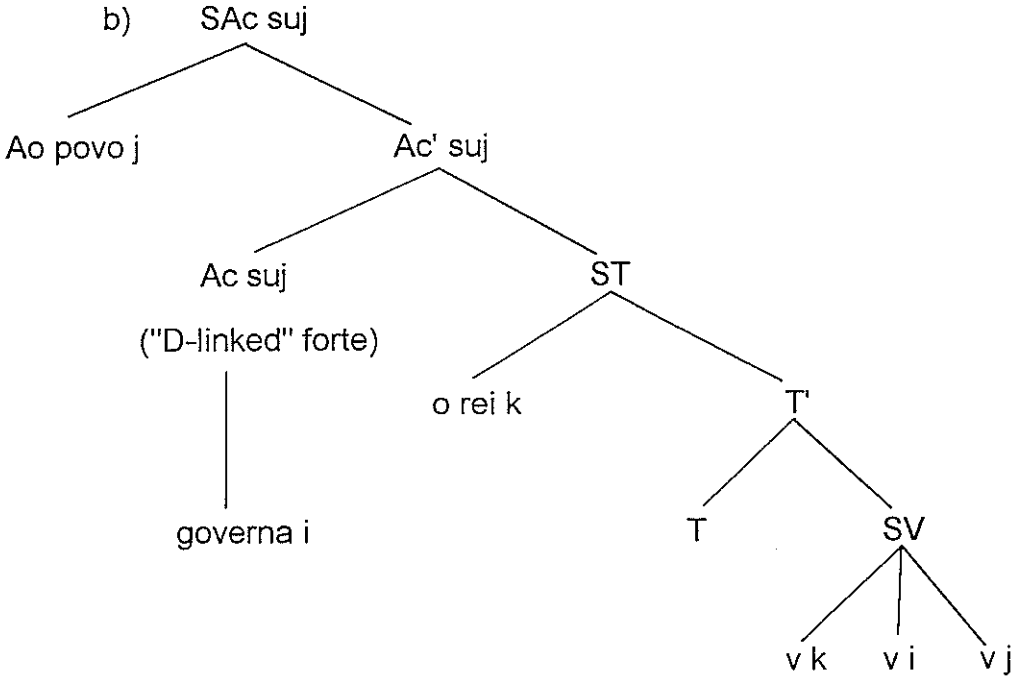


Explorando a ideia de que nas construções de "apresentação D-linked" há uma motivação para o movimento do SPrep para posição inicial, Duarte (97) propõe ainda para o nó Ac suj o traço "D-linked" forte. Quando é seleccionado um nó Ac suj com o traço "D-linked" forte, a verificação de tal traço exigirá a subida de um constituinte com um traço análogo para a posição de ESP de SAc suj. Esta será, segundo a autora, a posição ocupada pelo constituinte anteposto nas construções atrás apresentadas no exemplo 3. Nestas circunstâncias, a verificação de traços de

caso e acordo dar-se-á na posição de especificador de ST para onde o SN sujeito se moverá. Apresentamos uma representação estrutural em 6:

6. a) Ao povo governa o rei.

b)



Se compararmos as construções de "inversão locativa" com esta construção de apresentação "D-linked", elas parecem ser próximas, exceptuando a natureza do constituinte inicial. Tentaremos mais à frente descobrir se o mesmo tipo de análise poderá ser aplicado à estrutura das construções de "inversão locativa" em português.

3.2. A possível/eventual simplificação do número de categorias funcionais (Chomsky (95); Raposo (97); Bobaljik e Thráisson (97))

Em Chomsky (95) há uma hesitação entre duas estruturas de frase: uma que se apoia na existência de várias categorias funcionais ao nível da frase, em particular SAc suj e SAc obj; e outra concepção que tenta prescindir dessas duas categorias para utilizar apenas ST. Raposo (97) aproxima-se desta segunda

concepção; embore não aceite todas as propostas de Chomsky (95), tem em conta a proposta de estrutura frásica do autor. A sua maior crítica vai para o facto de Chomsky quase eliminar a regra Mover α, que Raposo pensa ter, de facto, um papel de relevo.

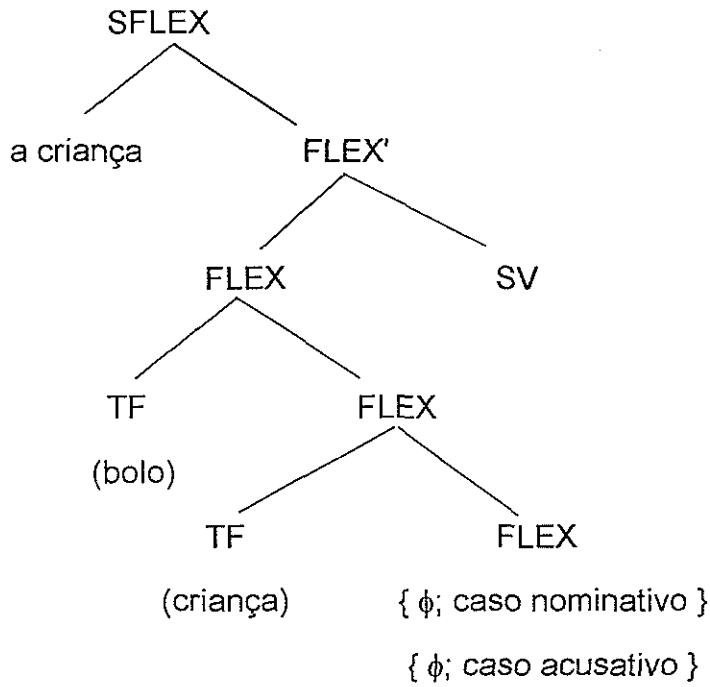
O que de mais inovador apresenta este sistema com redução do número de categorias funcionais é o facto de não conter a projecção de categorias como Ac obj em línguas que não possuam deslocação de objecto (movimento para ESP de Ac obj) e em que o verbo não seja elevado na sintaxe visível (é o caso do inglês). Na realidade, os princípios de economia gerais deste Programa favorecem uma análise segundo a qual apenas uma categoria funcional é responsável pelo licenciamento do maior número de argumentos possível. Chomsky defende, desta forma, que sujeito e objecto são licenciados pela mesma categoria FLEX. A operação Mover T elevará os traços formais de sujeito e os traços formais de objecto para FLEX.

Generalizando a sua teoria, Chomsky afirma que se poderá eliminar o nó Ac obj e Ac suj de todas as línguas.

A estrutura da frase com um verbo transitivo seria então a que é representada em 7. [40]

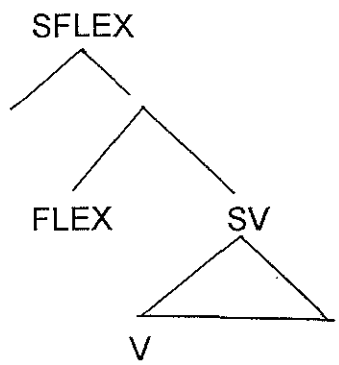
[40] No capítulo 4 de Chomsky (95), ao tentar dispensar SAc suj, o autor fala apenas em ST, o equivalente a SFLEX.

7.

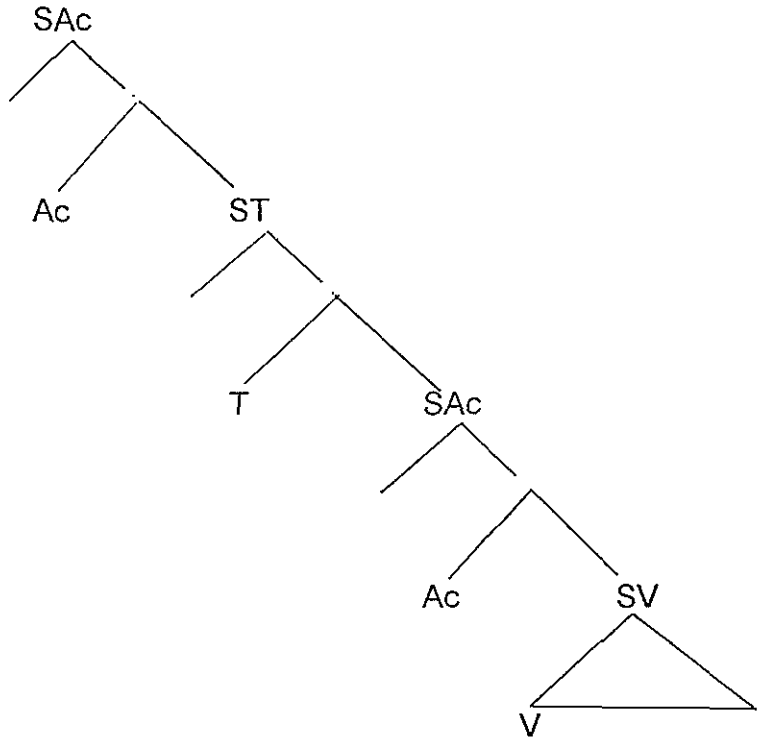


Bobaljik e Thráisson (97) vão estabelecer a diferença entre dois tipos de línguas; os autores defendem que existem línguas com um SFLEX complexo (com SAc e ST), em que se dá subida do verbo para fora de SV (v. 8.b)), enquanto outras línguas terão um SFLEX simples e nunca poderá ocorrer subida do verbo (v. 8.a)).

8. a)



b)



Ao contrário de Chomsky (91), os autores defendem que os traços poderão ser verificados em todas as relações locais com um núcleo: especificador-núcleo, complemento-núcleo, *núcleo-núcleo (nas configurações de adjunção).* Por essa razão, não haverá motivação para a subida do verbo numa estrutura simples [SFLEX, SV], pois a verificação de traços entre FLEX e V pode ocorrer sem movimento. Quando o SFLEX é complexo, o movimento do verbo é obrigatório, pois de outra forma não poderá dar-se a verificação de traços, visto que não há qualquer relação local entre FLEX e V.

Bobaljik e Thráisson propõem que as línguas germânicas são de dois tipos: as que têm um SFLEX complexo, como certas línguas escandinavas (o sueco, o norueguês, o dinamarquês); e as que têm um SFLEX simples, como o inglês.

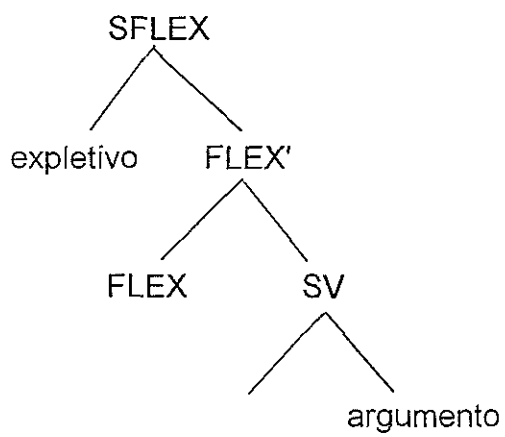
Provas empíricas para esta proposta vêm, por exemplo, da construção de deslocação de objecto. As línguas que permitem que os objectos saltem certos elementos (advérbios ou quantificadores "flutuantes") terão um SFLEX complexo, pois o objecto terá de deslocar-se para uma posição de [ESP, SAc obj]. Os autores adoptam, pois, uma proposta próxima da de Chomsky (95) para a verificação de caso entre V e objecto, que ocorre in situ.

Bobaljik e Thráisson explicam que a escolha de uma das duas estruturas estará ligada à estrutura informacional, nomeadamente ao contraste dado/novo. Em islandês, que é uma outra língua que deverá ter um SFLEX complexo, um objecto que exprime informação já conhecida tem de se mover para [ESP, SAc obj] (excepto em construções que o proíbam), enquanto um objecto que representa informação nova tem de permanecer in situ.

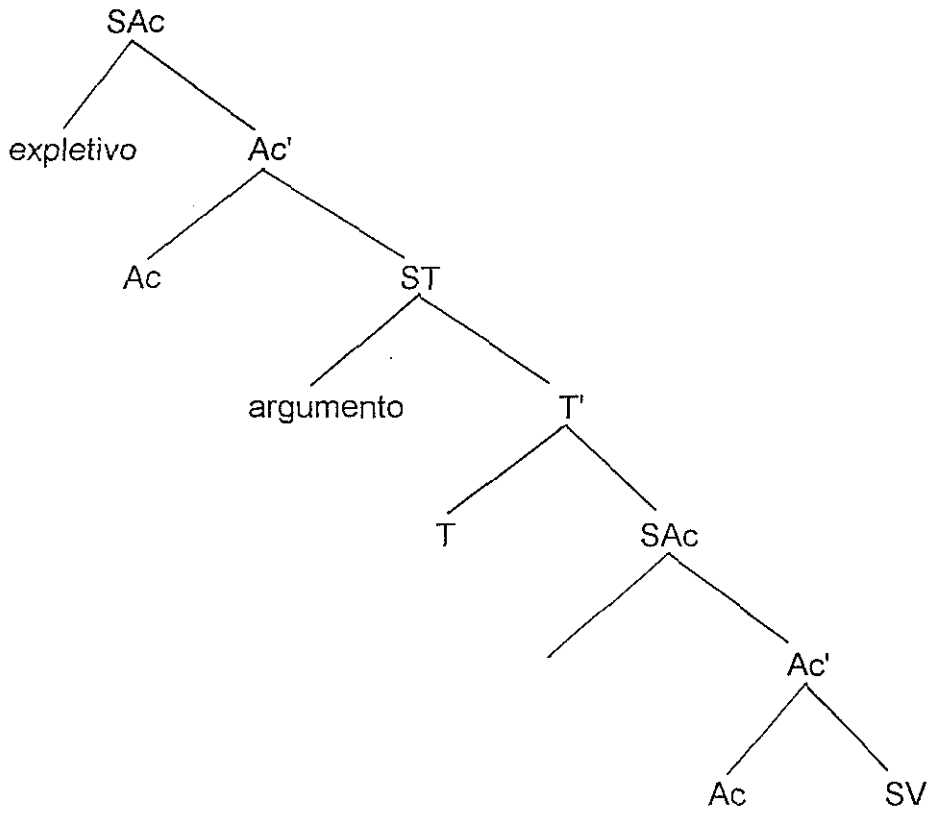
Resumindo, Bobaljik e Thráisson defendem que a projecção de um núcleo funcional Ac obj não estará relacionada com o caso, mas antes com a interface sintaxe-semântica.

A análise de Bobaljik e Thráisson prevê ainda que o elemento que se liga a um expletivo numa língua com um nó SFLEX complexo deverá poder aparecer à superfície numa posição externa a SV, o que será impossível numa língua com um SFLEX simples. Neste caso, a posição de ESP de SFLEX é ocupada pelo expletivo e o elemento que lhe está ligado permanece in situ (v. 9). No caso de SFLEX complexo, o expletivo ocupará a posição de ESP de SAc suj, mas ainda haverá a posição de ESP de ST disponível para o elemento que está ligado a esse expletivo (v.10), como mostram as representações:

9.



10.



As construções transitivas expletivas só poderão, pois, ocorrer em línguas com um SFLEX complexo. O inglês não permite este tipo de construções, o que mostra mais uma vez, segundo os autores, que deverá ter um SFLEX simples. Visto que o expletivo ocupa a posição de ESP de SFLEX, não haverá posição disponível para o SN sujeito.

Relativamente ao sujeito, parece que a posição do SN ligado ao expletivo não será determinada por razões casuais; os autores apontam que há, por isso, razões para se considerar que o papel de SAc suj é paralelo ao papel de SAc obj, fornecendo uma distinção sintáctica entre informação dada e nova.

Bobaljik e Thráisson acrescentam ainda relativamente ao verbo que línguas com um SFLEX simples estarão restringidas a ter no máximo um morfema lexical ligado ao verbo flexionado. Só as línguas com um SFLEX complexo permitirão que marcadores de T e Ac distintos ocorram nos verbos finitos. O inglês tem um paradigma de acordo bastante pobre e o que é relevante é a impossibilidade de co-ocorrência do marcador de 3ª pessoa e do marcador de Tempo Passado. Por esta razão, terá um SFLEX simples.

Como Pollock (89) e Belletti (90) mostram, as línguas românicas têm vários morfemas flexionais e apresentam evidências de que o verbo finito sobe para uma posição externa a SV. Portanto, estas línguas terão muito provavelmente um nó SFLEX complexo, como realçam Bobaljik e Thráisson.

Os autores acrescentam ainda que as duas alternativas de estrutura frásica não serão provavelmente exaustivas. ST e SAc serão talvez apenas algumas das *categorias funcionais de que as línguas se poderão servir*. A partir do momento em que uma língua tem múltiplas projecções funcionais, ela exigirá subida de V; apesar disso, nem todas as projecções funcionais poderão receber o sujeito ou o objecto.

De facto, em inglês, parece poder-se prescindir de uma estrutura de frase tão hierarquizada como a do português. A análise da construção de "inversão locativa" não sofrerá com esta opção. Mas se assim for, então teremos simultaneamente de aceitar, como Chomsky (95), que a verificação de traços poderá ocorrer em todos os tipos de relações locais (especificador-núcleo; núcleo-complemento e núcleo-núcleo). Só desta forma poderemos justificar frases do inglês como as de 11:

11. a) Into the room walked John.
    b) Into the room John walked.

4. O fenómeno de "inversão locativa" analisado dentro de um quadro teórico minimalista

Passaremos agora a apresentar uma proposta de análise do fenómeno de "inversão locativa", tendo como base alguns princípios básicos do Programa *Minimalista apresentados neste capítulo* e que nos parecem poder contribuir de forma relevante para a construção de uma análise distinta das que fomos apresentando ao longo deste estudo.

4.1. Posição e natureza do SPrep locativo

4.1.1. O SPrep locativo é um sujeito?

Vários autores, como expusemos no capítulo anterior, associam o SPrep inicial das construções de "inversão locativa" à noção de "sujeito locativo". No entanto, é na proposta de Bresnan e Kanerva (92) que esta associação entre *locativo e sujeito é mais evidente: relembremos* que os autores defendem que em chichewa o locativo é gerado na posição de sujeito, logo, numa posição A. No entanto, não podemos considerar válida para o português a proposta de que o SPrep é um sujeito, devido às características próprias do constituinte inicial da "inversão locativa", por oposição às do constituinte sujeito:

i) O constituinte inicial das frases com "inversão locativa" é de natureza preposicional (12.a)), por oposição aos sujeitos, que são constituintes nominais (12.b)):

12. a) **Pelo chão** *deslizou uma cobra.*

b) **O chão** está limpo.

ii) Este constituinte preposicional não recebe caso nominativo, como acontece com o sujeito. O teste da substituição do SPrep por formas pronominais ou adverbiais mostra que o pronome que substitui o constituinte inicial das construções de "inversão locativa" tem de ser acompanhado da respectiva preposição, ou então ser um advérbio do tipo "ali" (v. 13), enquanto o sujeito é substituído por um pronome pessoal nominativo (v. 14):

13. a) * Ele deslizou uma cobra.

b) Por ele deslizou uma cobra.

c) Ali deslizou uma cobra.

14. a) Ele está limpo.

b) * Por ele está limpo.

iii) O constituinte locativo inicial não desencadeia o acordo, como deveria acontecer se de um sujeito se tratasse. Ao contrário, é o SN em posição pós-verbal que desencadeia este acordo.

15. a) Da gaveta desapareceram os livros.

SINGULAR - PLURAL - PLURAL

b) * No salão dança alguns pares.

SINGULAR - SINGULAR - PLURAL

No entanto, apesar destas evidências, temos de concordar com o facto de haver propriedades de "destaque" similares entre o SPrep inicial na "inversão locativa" e os sujeitos, mas isso dever-se-á à posição que esse constituinte ocupa. *Contudo, este SPrep não poderá nunca ocupar a posição de ESP de SAc*, que é a posição típica de caso nominativo.

É de referir que Soriano (98) analisa construções impessoais do espanhol com um "sujeito locativo", mas distingue-as da "inversão locativa" (existem semelhanças entre os dois tipos de construção que são apenas aparentes). Soriano estuda construções com predicados eventivos, do tipo *ocurrir*, verbos meteorológicos, e predicados estativos do tipo *faltar*, *constar*; estes predicados seleccionam um argumento locativo que ocupará, segundo a autora, a posição de sujeito, como mostram os exemplos 16, por oposição a 17, frases com "inversão locativa" apresentadas também por Soriano:

16. a) En este impreso consta que eres el responsable.

b) Aquí falta café.

c) En Barcelona ha ocurrido un accidente.

17. a) En el parque me regaló el anillo.

b) Por la colina rodó el carrito del niño.

c) A esta casa llegaron estudiantes.

A posição pré-verbal para o locativo das construções em 16 é não-marcada, ou seja, não envolve anteposição do constituinte. Para além disso, a ocorrência deste locativo *sujeito não alterará a estrutura informacional* da frase, ao contrário do que parece acontecer com a "inversão locativa", segundo a autora.

Soriano defende que, nas construções impessoais que analisa, o locativo é gerado na posição mais alta de SV e daí move-se para a posição de ESP de ST para satisfazer o traço PPA. A autora sugere ainda que os locativos nesta construção têm caso "quirky" [41] , sendo a preposição o marcador deste caso (as preposições que entram nesta construção são poucas e não funcionarão como verdadeiras preposições).

A autora argumenta ainda que, em espanhol, o caso por defeito é o caso nominativo. Assim, *o acordo com o verbo é necessário*: o SN concordará sempre com o verbo, ainda que não suba (nem na sintaxe visível nem na sintaxe encoberta) para a posição de sujeito. A atribuição de caso estrutural será assim uma instância de verificação dos traços-phi.

O trabalho desta autora vem mais uma vez confirmar que na "inversão locativa" o locativo inicial não é um sujeito [42], pois existem construções com locativos iniciais que apresentam propriedades diferentes. O mesmo não acontecia no trabalho de Torrego (89), também sobre o espanhol, pois a autora considerava o locativo um sujeito, como observámos no capítulo II.

---

[41] O caso "quirky" é um caso inerente (morfológico) que permite que um sintagma que o tem se mova para uma posição marcada com caso, por exemplo, para satisfazer o traço PPA e T.

[42] Embora pensemos que, mesmo com este tipo de predicados, o SPrep continua a não ter certas propriedades de sujeito, temos de referir que nos parece haver casos em que um locativo adverbial do tipo "aqui" se aproxima bastante de um sujeito, como podemos ver pelos exemplos:

a) Aqui diz que és o responsável.

b) Aqui consta que és o responsável.

Contudo, a prova definitiva para a rejeição da hipótese que apresenta o locativo como um sujeito é a possibilidade de ocorrência de frases com locativo inicial, sujeito pré-verbal e outros complementos pós-verbais (OD e OI, por exemplo), como mostramos em 18:

18. Neste hotel o rei ofereceu o almoço aos seus convidados.

Se o locativo fosse para a posição de ESP de SAc suj, sabendo que o verbo sobe na sintaxe visível do português para Ac suj, como explicar a ordem de palavras LOC S V OD OI?

4.1. 2. O SPrep locativo é um tópico?

O SPrep locativo inicial da "inversão locativa" parece ter uma série de características de constituinte deslocado, como um tópico (Duarte (87) e (94)); com efeito, na construção de topicalização, o tópico tem, relativamente à categoria vazia correspondente no comentário, conectividade categorial, temática e casual (v. 19, exemplos retirados de Duarte (87)). Também nas construções locativas que estamos a analisar, quando esta conectividade não existe, os resultados são agramaticais, tal como mostram os exemplos 21.a), b) e c), respectivamente, por oposição a 20, em que a conectividade se verifica:

19. a) Piscina, não sabia que tinha (-----).

b) Qualquer prospecto que lhe apareça, ele lê (----).

c) A esse político, podes crer que não dou o meu voto (----).

20. a) <u>Pelo chão</u> deslizou uma cobra (-----)

SPrep, locativo,	**SPrep, locativo**
caso oblíquo	**caso oblíquo**

21. a) * O chão deslizou uma cobra (-----)

SN **SPrep**

b) * Ontem deslizou uma cobra (-----)

temporal **locativo**

c) * O chão deslizou uma cobra (----)

caso nominativo **caso oblíquo**

ou acusativo

Existe ainda uma outra propriedade comum à "inversão locativa" e à topicalização: a colocação dos pronomes clíticos. Quer a "inversão locativa" quer a topicalização desencadeiam a ênclise, como mostram as frases de 22 e 23, respectivamente:

22. a) Na cozinha comeu a Joana a sopa.

Na cozinha comeu-a a Joana.

b) No jardim ofereceu o João o anel à Maria.

No jardim ofereceu-lho o João.

23. a) A esse político dou o meu voto.

A esse político, dou-o.

b) A notícia, li à Maria.

A notícia, li-lhe.

Contrariamente ao efeito produzido pela anteposição de locativos e pela topicalização em 22 e 23, existem outros tipos de construções com constituinte anteposto que desencadeiam a próclise, como podemos observar nas frases de 24,

por oposição a 25 (frases com "inversão locativa" e pronomes enclíticos); esse efeito deve-se à especificidade dos constituintes, por exemplo, de "assim" vs "aqui".

24. a) Os convidados chegaram às 3 horas e com alegria **os recebeu** o rei.
    b) Assim **os recebeu** o rei.
    c) ?? Os convidados chegaram às 3 horas e com alegria **recebeu-os** o rei.
    d) ?? Assim **recebeu-os** o rei.

25. a) Os convidados chegaram às 3 horas e neste hotel **recebeu-os** o rei.
    b) Aqui **recebeu-os** o rei.
    c) ? Os convidados chegaram às 3 horas e neste hotel **os recebeu** o rei.
    d) ? Aqui **os recebeu** o rei.

Mas a "inversão locativa" não parece partilhar com a construção de topicalização muitas outras propriedades. Por exemplo, não partilha a possibilidade de existência de mais do que um constituinte anteposto por oração, tal como mostra o contraste entre as frases do exemplo 26 e 27 (exemplos retirados de Duarte (87)):

26. a) ?? Na casa pelo chão deslizou a cobra.
    b) ?? Na selva em África existem vários animais.

27. a) Ao João, esse livro, nunca ofereci.
    b) As dúvidas que tínhamos, ao nosso orientador, nem sempre expusemos com suficiente clareza.

A construção de topicalização permite a coexistência do movimento-Q com o tópico (exemplo 29, retirados de Duarte (87)), ao contrário do que acontece com a construção de "inversão locativa" em que as frases são de gramaticalidade algo duvidosa quando pronunciadas sem qualquer tipo de acento forte ou pausa (exemplo 28):

28. ? a) Neste hotel quem recebeu os seus convidados?

? b) Pelo chão o que é que deslizou?

29. a) Ao João, que história maluca contou a Maria?

b) À nossa amiga, o que ofereceu aquela firma de informática?

Um tópico marcado, como mostra Duarte (87), é um elemento separado por uma pausa do resto da frase. Relembremos, por se tratar de um ponto importante da nossa análise, que frases do tipo 30 são diferentes das de tipo 31:

30. a) Na selva existem vários animais.

b) Ao fundo do quintal ladram os cães.

31. a) NA SELVA, existem vários animais.

b) AO FUNDO DO QUINTAL, ladram os cães.

Ora, se compararmos os exemplos 26 e 28 com verdadeiros exemplos de topicalização (frases 32), veremos que estes últimos são muito mais aceitáveis:

32. a) EM CASA, PELO CHÃO, deslizou a cobra.

b) NESTE HOTEL, quem recebeu os seus convidados?

c) PELO CHÃO, o que é que deslizou?

26 e 28 são exemplos de gramaticalidade duvidosa, porque são exemplos de "inversão locativa", sem pausa; desde que os constituintes iniciais sejam pronunciados com intensidade e seguidos de pausa, tal como em 32, são exemplos de topicalização e as frases tornam-se gramaticais.

Na proposta de análise da construção de "inversão locativa" de Dikken e Naess (93), que apresentámos no capítulo anterior, os autores forneciam alguns dados para a comprovação de que nesta construção haveria topicalização do

constituinte locativo. Os exemplos do português contrastam, contudo, com os do norueguês, islandês e inglês.

Os autores afirmam que em contextos de construções de Atribuição Excepcional de Caso, a "inversão locativa" só poderá aparecer se houver topicalização. Não é assim em português, como mostram os exemplos 33-35. Parecem-nos aceitáveis quer as frases com o locativo inicial quer as frases com o locativo encaixado:[43]

33. a) Ela viu pelo chão deslizar uma cobra./ Ela viu-a pelo chão deslizar

b) Pelo chão ela viu deslizar uma cobra./ Pelo chão ela viu-a deslizar.

34. a) O treinador deixou neste restaurante almoçar vários atletas./ O treinador deixou-os neste restaurante almoçar.

b) Neste restaurante o treinador deixou almoçar vários atletas./ Neste restaurante o treinador deixou-os almoçar.

35. a) A mãe mandou na cozinha comer a Joana a sopa./ A mãe mandou-a na cozinha comer a sopa.

b) ? Na cozinha a mãe mandou comer a Joana a sopa./ ? Na cozinha a mãe mandou-a comer a sopa.

Dikken e Naess afirmam que, em norueguês e inglês, é impossível a extracção A' para fora de uma construção de "inversão locativa" encaixada. Mais uma vez, o português distingue-se destas línguas:

36. a) O que pensas que pelo chão deslizou?

b) Quem é que ela disse que neste restaurante almoçou?

---

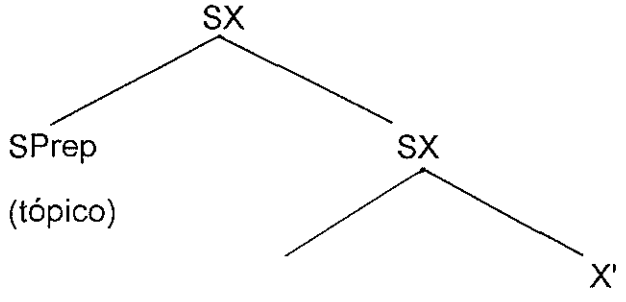
[43] A problemática dos juízos de gramaticalidade é controversa e, neste caso, como em tantos outros ao longo deste trabalho, vemo-nos confrontados com frases que, não parecendo desviantes, não são de uso frequente. Parece-nos também, mais uma vez, que apesar de apresentarem as mesmas estruturas sintácticas, alguns dos exemplos que seleccionámos são melhores do que outros e isso só poderá ser devido a razões semânticas dos itens lexicais que os compõem.

c) Quem queres que na cozinha coma a sopa?

Estas frases parecem mesmo melhores do que as de 28, exemplos de Movimento wh em frases simples.

Estes são apenas mais alguns exemplos que vêm mostrar que o SPrep locativo da "inversão locativa" não ocupa uma posição A' de tópico. Portanto, não parece plausível que este locativo inicial ocupe uma posição semelhante à de um tópico que, segundo Duarte (87) é a posição de adjunção a F (SFLEX) ou a F' (SCOMP) como é descrito simplificadamente em 37:

37.



4.1.3. O SPrep locativo é um foco?

Alguns autores, entre os quais Rouveret (92), Barbosa (92) e Martins (94) [44] consideram como construções de Focalização frases como as que são apresentadas no exemplo 38 (apresentadas por Duarte (97)).

38. a) Ao povo governa o rei.

b) Dele se sabe pouca coisa.

c) Por este meio os venceram os reis.

Esta construção de Focalização caracterizar-se-ia pelas seguintes propriedades:

[44] Citados por Duarte (97).

i) o constituinte anteposto não é seguido de pausa, sobre ele recaindo por vezes um acento de intensidade;

ii) o verbo precede o sujeito;

iii) os clíticos ocorrem em próclise.

O constituinte anteposto será, como se depreende, o foco da frase.

A "inversão locativa", embora revele também as duas primeiras características enunciadas, não desencadeia a próclise, como pudemos já observar atrás, e como nos mostra o exemplo 39:

39. a) Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

b) ?? Neste hotel os recebeu o rei.

c) Neste hotel recebeu-os o rei.

Como Duarte (97) salienta, a noção de foco é vasta e poderá apontar para um foco informacional ou identificacional (e dentro deste, contrastivo). O teste de pergunta-resposta mostra que, na verdade, o SPrep inicial das frases com "inversão locativa" não parece ser um foco identificacional; como podemos confirmar através dos exemplos 40-42, será o SN posposto que poderá ser considerado foco identificacional.

40. a) - Onde é que recebeu o rei os seus convidados?

?? - Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

b) - Quem é que o rei recebeu neste hotel?

- Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

41. a) - Por onde deslizou a cobra?

?? - Pelo chão deslizou a cobra.

b) - O que é que deslizou pelo chão?

- Pelo chão deslizou a cobra.

42. a) - De onde desapareceu a borboleta?

?? - Da minha vista desapareceu a borboleta.

b) - O que é que desapareceu da minha vista?

- Da minha vista desapareceu a borboleta.

A criação de um contexto que nos permita verificar se o SPrep inicial é ou não um foco identificacional (contrastivo), também não nos leva a conclusões positivas, como mostram os exemplos 43 e 44 :

43. a) - De todos os locais, por qual deslizou a cobra?

?? - Pelo chão deslizou a cobra.

b) - Dos locais seleccionados, em qual recebeu o rei os seus convidados?

?? - Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

44. a) - Da Austrália vieram as sobremesas, não foi?

?? - Da Escandinávia vieram as sobremesas e não da Austrália.

b) - Em Coimbra aconteceu uma tragédia, não aconteceu?

?? - Em Lisboa aconteceu uma tragédia e não em Coimbra.

Pela análise destes exemplos, chegamos à conclusão de que o SPrep inicial da "inversão locativa" *não é nem um típico foco informacional, nem um típico foco* identificacional ou contrastivo.

O constituinte anteposto não poderá ocupar uma posição de adjunção a uma projecção máxima, pois essa seria a posição de tópico. Na secção anterior, já

argumentámos contra a hipótese de os SPreps locativos ocuparem uma posição de tópico. Segundo Duarte (97), os constituintes antepostos do tipo dos que surgem em 38 não poderão ocupar uma posição de ESP de uma projecção funcional acima do SAc suj. A autora mostra também que este tipo de construção legitima, ainda que marginalmente, o vazio parasita, como atesta o exemplo que fornece, aqui apresentado como 45:

45. ? Ao povo governa o rei sem explorar.

A construção distingue-se claramente da construção de topicalização, porque esta legitima totalmente o vazio parasita, tal como mostra 46:

46. AO POVO, o rei governa sem explorar.

Parece-nos que a "inversão locativa" permite apenas marginalmente um vazio parasita, por oposição à construção com tópico marcado, como podemos observar em 47:

47. a) ? *Na sala entrou o João sem sujar.*
    b) NA SALA, o João entrou sem sujar.

De facto, já em Duarte (87), a autora faz notar que na construção de topicalização a categoria vazia é uma variável, legitimando vazios parasitas, como mostra um dos exemplos que fornece:

48. ESSAS CARTAS, o João pôs no correio sem te mostrar.

Estes dados vêm mais uma vez provar que o SPrep inicial da chamada "inversão locativa" não pode ser um tópico. Para além disso, como refere Duarte, as características observadas neste tipo de construção que ela designa como

apresentação "D-linked", de que já falámos anteriormente, põem em evidência o estatuto ambíguo do constituinte anteposto como A ou A'. Este é também um dos aspectos que analisaremos em relação à construção de inversão locativa.

4.1.4. O SPrep locativo ocupa uma posição A ou A'?

Chomsky (81) define uma posição A como uma posição que pode receber uma função temática; em termos configuracionais é uma posição de complemento ou de especificador de um núcleo lexical. Por sua vez, posições de adjunção e especificadores de SComp são posições A'.

A proposta de Duarte (97) é de considerar a posição ocupada pelo SPrep inicial nas construções de apresentação "D-linked" como uma posição A', pelo facto de legitimar (marginalmente) lacunas parasitárias [45]. Este não nos parece ser um argumento completamente válido, porque os resultados são em nosso entender bastante marginais.

Chomsky e Lasnik (91) substituem a designação Posição A e Posição A' pelas designações Posição L-relacionada e Posição não L-relacionada. Uma posição será L-relacionada se estiver numa relação local com um traço-L (lexical), isto é, se estiver no domínio de verificação de um núcleo com um traço-L. Roberts (94), por seu turno, defende que existem dois tipos distintos de movimento de núcleo: i) um tipo de movimento motivado por razões morfológicas (movimento de núcleo L-relacionado); ii) um outro tipo de movimento de núcleo motivado por uma qualquer propriedade do núcleo que se move (movimento de núcleo não L-relacionado). Parece, pois, que a posição ocupada pelo SPrep locativo é L-relacionada.

---

[45] Visto que a posição ocupada por este constituinte parece ser, segundo Duarte (97), [ESP, SAc suj], coloca-se a questão relativa ao estatuto da posição para que se move geralmente um sujeito. Para Duarte, a posição de sujeito é claramente uma posição A; repare-se que, de qualquer modo, mesmo para os defensores da tese de que a posição de sujeito é A', a proximidade do vestígio do SN, que fica na sua posição de base, essa sim uma posição A, obscurece o estatuto A' da sua posição final.Ou seja, o vestígio seria o responsável pelas aparentes propriedades A do sujeito (Bittner e Hale (96)).

4.1.5. Que posição ocupa o SPrep locativo?

Raposo (97) propõe que, aos dois tipos de propriedades das expressões linguísticas sugeridos pelo Programa Minimalista - propriedades semânticas e morfológicas -, se acrescente um terceiro tipo - propriedades "temáticas", "em que um determinado constituinte é realçado, adquirindo uma função de 'eixo' na estrutura informativa de uma expressão". Esta função será exercida numa posição determinada: ESP de categorias funcionais. Como salienta o autor, Mover α será a operação que providencia um tema [46] através da elevação de um elemento para a posição de ESP de uma categoria funcional. Esta regra aplicar-se-á obrigatoriamente antes de "spell-out", na sintaxe visível.

Raposo (97) sugere assim que existe na estrutura de F uma posição própria de tema. O autor defende que esta deverá ser uma posição legitimada na estrutura computacional sendo, por natureza, preenchida por um elemento proeminente, resultante da elevação por Mover α, para a posição de ESP de uma categoria funcional.

O autor propõe que numa língua de sujeito nulo que especifique um tema, a posição de [ESP, SFLEX] é projectada e preenchida; nos casos em que FLEX não especifica um tema, [ESP, SFLEX] não é projectado.

Quanto à "inversão locativa", parece-nos apropriado sugerir que o SPrep inicial na construção de inversão locativa, não sendo claramente nem um sujeito,

---

[46] Halliday (67), na linha da Escola Funcional de Praga, apresenta o Tema como um elemento que, numa configuração estrutural específica, organiza a frase como uma mensagem. O Tema aparece sempre em posição inicial de frase, embora não seja a posição que define o tema. Como o autor explica, esta posição é apenas o meio pelo qual a função de Tema é realizada na gramática de certas línguas. O Tema servirá, assim, como ponto de partida para a mensagem. O resto da mensagem, a parte em que o Tema é desenvolvido, chama-se Rema.

O autor afirma ainda que as designações Tópico e Comentário, frequentemente utilizadas, não satisfazem, porque o Tópico é apenas um tipo de Tema.

Para além disso, Halliday estipula ainda as diferenças entre tema marcado e tema não-marcado. Sempre que o Tema é sujeito da frase, ele é não marcado.Quando não é sujeito, é marcado, sendo os mais comuns os sintagmas Preposicionais ou Adverbiais. O autor dá exemplos de Tema:

a) **The duke** has given my aunt that teapot.

b) **Once** I was a real turtle.

c) **who** killed Cock Robin?

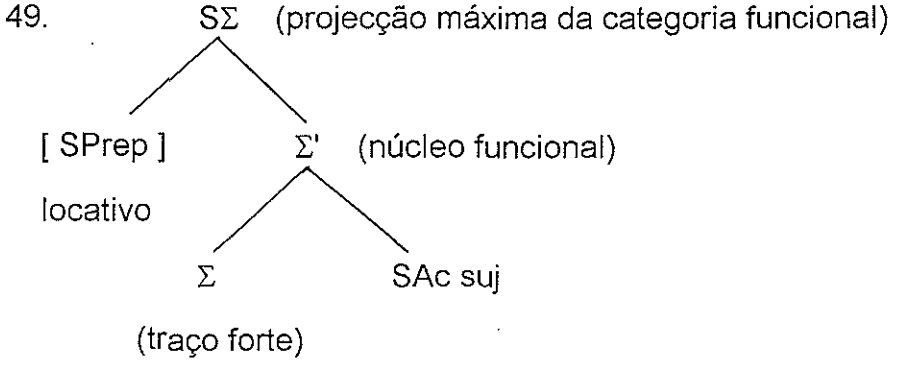
Há línguas, como o japonês, em que o Tema é identificado por uma partícula; noutras línguas, como em inglês, o Tema é especificado pela posição que ocupa na frase; basta que o elemento apareça em início de frase para que seja identificado como Tema; contudo, é comum na língua falada haver uma marcação pela entoação.

nem um tópico, nem um foco, ocupa, no entanto, uma posição de tema (sem que isto signifique que adoptamos a ideia de Raposo de que um tema ocupa a posição de ESP de SFLEX).

Raposo insiste bastante no facto de tópico e tema não serem noções equivalentes, apesar de partilharem certas propriedades. O tema, como defende, pertence inteiramente ao sistema computacional e nunca é "marcado"; o tópico, ao contrário, pertence ao sistema do discurso e pode ser marcado. Contudo, o autor sugere que as duas noções convergem num qualquer nível de representação. Talvez por essa razão se encontrem propriedades em comum e propriedades distintas quando se comparam os dois elementos.

O SPrep locativo da "inversão locativa" parece efectivamente ocupar uma posição acima de sujeito [47], mas não é um Foco, nem ocupa uma posição de Tópico, pelas razões já apontadas. Isto leva-nos a propor que a estrutura de frase na gramática do português tenha prevista uma posição argumental acima de SAc suj (que designaremos SΣ [48]), mas ainda dentro do domínio de frase. Sempre que essa posição está ocupada, a ordem preferencial da frase será [X] V SN. A configuração estrutural será do género da que é proposta em 49.

49.



[47] *O português é claramente diferente de outras línguas, como o Chichewa, analisado por Bresnan e* Kanerva (92) e Bresnan (94). Em chichewa, como os autores mostram, o locativo ocupa efectivamente a posição de sujeito.

[48] Embora SΣ não se identifique com a categoria SΣ proposta por Martins (94), porque para esta autora SΣ pode designar uma posição de Foco (cf. MARTINS, A. M. (1994) *Clíticos na história do português*, vol.I, Universidade de Lisboa: Dissertação de Doutoramento).

Por outro lado, defendemos como Duarte (97), que o português é uma língua cujos núcleos funcionais podem ser em certas circunstâncias caracterizados por traços relacionados com a estrutura discursiva. Assim, existirá uma categoria funcional acima de SAc suj (SΣ) que tem um núcleo marcado por um traço-γ forte, do tipo do que é proposto por Duarte (97), ("D-linked" forte); esta proposta vai ao encontro da ideia de Raposo (97) de que há uma posição de tema, mas distingue-se dessa análise na medida em que aqui o constituinte tema verificará esse traço na posição de ESP de SΣ. Só dessa forma o traço-γ (uma espécie de "traço temático" forte) poderá ser verificado e a estrutura poderá convergir.

Mais uma vez, será a caracterização desta categoria funcional pelo traço marcado positiva ou negativamente que distinguirá as línguas. Como pudemos observar no capítulo I, em português, francês, inglês e italiano é possível a construção de inversão locativa. Ou seja, nas quatro línguas em questão, poderá ser projectada *uma categoria funcional com o traço-γ forte.*

Tal como o traço PPA e o traço "D-linked" sugeridos por Duarte (97), este traço-γ tem implicações a nível da estrutura discursiva da frase:

i) no caso de o traço-γ ser forte, a frase resultante é uma apresentação, que emite um juízo tético, com a ordem preferencial LOC V SUJ, em que a informação nova é fornecida pelo SN pós-verbal (50.a) e 51.a)).

ii) no caso de o traço-γ ser fraco, não haverá qualquer movimento do SPrep locativo, não aparecendo por isso em posição inicial. Contudo, se o traço PPA for fraco, poderemos continuar a ter uma frase com sujeito pós-verbal, ou seja, uma apresentação, que exprime um juízo tético (50.b) e 51.b)).

iii) no caso de o traço-γ ser forte e o traço PPA também ser forte, teremos uma frase com locativo inicial, exprimindo um juízo categórico, com o sujeito posicionado antes do verbo (50.c) e 51.c)). Esta situação, embora menos boa que as restantes, é possível. Contudo, esta ligeira marginalidade parece indiciar que o traço-γ forte estará ligado ao traço PPA fraco.

50. a) No jardim apareceu uma cobra.

b) Apareceu uma cobra no jardim.

c) ? No jardim uma cobra apareceu.

51. a) No restaurante almoçaram vários atletas.

b) Almoçaram vários atletas no restaurante.

c) ? No restaurante vários atletas almoçaram.

A posição básica deste SPrep locativo será, muito provavelmente uma posição de adjunção ao SV.

Vejamos agora o que se passa relativamente ao SN sujeito, e à estrutura da frase no seu todo.

4.2. A posição do SN sujeito

Na maior parte da literatura analisada, não é encarada a possibilidade de ocorrência do fenómeno de "inversão locativa" com verbos transitivos. As sugestões de explicação não deixam lugar para a coexistência de um sujeito e de um objecto, antes fazendo apelo às diferentes estruturas de frase com verbos inacusativos e inergativos, apenas com um SN pós-verbal.

Recorde-se, por exemplo, que Safir (85) propõe que o SN deste tipo de construção é ou um sujeito ou um objecto, movido para uma posição de adjunção a F, não havendo por isso possibilidade de movimento dos dois constituintes nominais. Ora, em português, há frases de inversão locativa gramaticais com a ordem LOC V O S ou LOC V S O (embora aquelas sejam menos aceitáveis do que estas), como comentámos no capítulo I.

Da mesma forma, a proposta de Coopmans (89) elimina os verbos transitivos da construção, porque a explica como um fenómeno de "semi *pro*-drop". A posição de sujeito está sempre vazia e o SN é sempre interno a SV. Para além disso,

usando igualmente verbos inacusativos, sustenta que o caso nominativo pode ser atribuído por FLEX dentro de SV.

Rochemont e Culicover (90) sugerem que o SN não se move, mas que é antes o SV que se desloca para a posição inicial. No caso de frases com verbos transitivos, em português, poderíamos pensar que o SN se deslocaria dentro do SV. Mas então continuaríamos com o problema da ordem dos constituintes e teríamos de propor um movimento posterior de adjunção do SN, talvez a SFLEX.

A proposta de Bresnan e Kanerva (92) também não poderá ser aplicada ao português, pois a estrutura proposta para o chichewa não permite a inversão com transitivos, já que a posição de ESP de SAc é preenchida pelo SPrep. Relativamente à estrutura proposta para o inglês, não compreendemos a razão pela qual o SN seria gerado numa posição de adjunção a SV.

Na verdade, a proposta que mais facilmente se poderia adaptar ao português é a de Levin e Rappaport, pelo facto de não rejeitar a possibilidade de inversão com transitivos e pelo facto de sugerir a Hipótese de Sujeito Interno a SV, que não impede a coexistência de SN objecto e sujeito. No caso dos verbos transitivos, o SN sujeito poderia manter-se na sua posição de base, enquanto o verbo se deslocaria para a esquerda e o SN objecto para a direita, para uma posição de adjunção a SV. Tal como os autores preconizam, a função discursiva seria respeitada. Contudo, recorrendo a uma estrutura de frase mais hierarquizada quanto a categorias funcionais, não necessitaremos de invocar uma adjunção de SN a SV, como explicaremos de seguida.

A proposta de Ambar (92) construída no quadro da TRL (portanto, baseada em pressupostos hoje desactualizados) contempla todos os casos de inversão no português. Segundo a autora, no caso dos verbos inergativos, o SN sujeito manter-se-á na sua posição de base, como ESP de SFLEX; nas construções com verbos inacusativos, o SN sobe para essa mesma posição, de forma a aceder ao caso; quando a construção contempla um verbo transitivo, o SN objecto mantém-se na sua posição de base, enquanto o SN sujeito se move para uma posição de adjunção a SFLEX. Não aceitamos algumas das propostas da autora, nomeadamente a

proposta relativa à posição ocupada pelo SN numa construção com um verbo inacusativo. No nosso entender, um SN seleccionado por um verbo inacusativo em posição pós-verbal nunca poderá ocupar a posição de sujeito (ESP de SFLEX ou de SAc suj). Também relativamente à sugestão de que o SN sujeito se move para uma posição de adjunção numa construção com um verbo transitivo, veremos que ela poderá ser reformulada ao adoptarmos uma estrutura de frase diferente.

Os dados que o fenómeno de "inversão locativa" em português nos mostra explicitamente são os seguintes: o SN sujeito encontra-se em posição pós-verbal e é com ele que o verbo concorda. Analisemos comparativamente duas línguas que parecem ter comportamentos diferentes neste tipo de construções de "inversão locativa", o português e o inglês.

Em português, a construção é muito mais livre do que em inglês, sem restrições a nível dos verbos que nela entram, nomeadamente os verbos transitivos podem surgir em "inversão locativa", e com muito menos restrições a nível de frases complexas. Seguindo as propostas de Bobaljik e Thráisson (97), este tipo de restrições, evidenciadas pelo inglês, estará provavelmente ligado às diferentes estruturas frásicas das línguas. Talvez seja então de ponderar, a partir deste *diferente comportamento do português e do inglês na "inversão locativa"*, a existência de uma estrutura frásica menos hierarquizada em inglês do que em português. Aproximamo-nos assim das recentes propostas de Chomsky (93) e de Jonas e Bobaljik (96), que defendem que em inglês não existe uma posição de ESP de ST, logo só existirá uma posição de verificação de caso nominativo: [ESP, SAc suj].

Discutimos no capítulo II algumas propostas que defendiam que em inglês a "inversão locativa" é um "diagnóstico de inacusatividade", pelo facto de existir uma alternância entre verbos inergativos e verbos inacusativos: sempre que os inergativos aparecem nesta construção, comportam-se como inacusativos. Torrego (89) defende o mesmo para o espanhol. Em português, contudo, não há dados que justifiquem uma hipótese do género, pois todos os intransitivos e mesmo os transitivos podem aparecer nesta construção, sem parecer haver qualquer tipo de

alteração do comportamento do verbo, evidenciando, portanto, estruturas frásicas diversas. Ou seja, em português, o fenómeno de "inversão locativa" não é um "diagnóstico de inacusatividade".

Analisemos agora as estrutura frásicas da construção de "inversão locativa" em português e inglês, em primeiro lugar com verbos inacusativos, e depois com inergativos e transitivos.

4.2.1. "Inversão locativa" com verbos inacusativos

Relembremos que no capítulo I referimos que nas construções com verbos inacusativos em francês e inglês se exige a presença de um expletivo na posição de sujeito (*il* ou *there*). Em francês, o verbo concorda com o expletivo, mas em inglês concordará sempre com o SN pós-verbal, tal como em português. Nas línguas de sujeito nulo, como o português e o italiano, não é necessário nenhum expletivo. Relembremos os exemplos:

52. a) There arrive three girls at the party.
    b) Il arrive trois filles à la fête.
    c) Chegam três raparigas à festa.

Chomsky (95) e Jonas e Bobaljik (96) afirmam que o *there* expletivo terá de ser suficiente para verificar os traços nominais de T, permitindo que o sujeito de uma construção existencial inacusativa ou passiva expletiva se mantenha na posição de complemento.

Na realidade, pensamos que *pro* e *there* são capazes de verificar o traço Princípio de Projecção Alargado numa posição de ESP (quer seja de SAc suj, quer seja de ST ou de SFLEX). Contudo, não tendo traços de caso nem traços de acordo, como refere Brito (98), na sequência de Chomsky (95), o SN terá de mover-se para a posição de especificador de SAc suj para a verificação destes traços (formando uma espécie de CADEIA em FL). Com verbos inacusativos, este movimento apenas ocorre em FL. O caso e os traços de acordo do sujeito pós-

verbal serão os mesmos dos expletivos. Não esqueçamos que, de acordo com Chomsky (95), o movimento é apenas um movimento de traços (Mover T), logo, os traços do SN serão colocados na posição de ESP de SAc suj ou ST, para aí se dar a verificação de caso nominativo.

O mesmo não se passa em relação ao francês e outras línguas com expletivos do tipo *il*, pois aqui o expletivo é que verifica não só o traço Princípio de Projecção Alargado, mas também o traço de caso nominativo e os traços de acordo. Ou seja, não há movimento em FL do SN seleccionado pelo V inacusativo, mas tem de postular-se que esse SN receberá caso nominativo por defeito (*default case*) (cf. Brito (98)). Explica-se desta forma o acordo verbal com este expletivo, ao contrário do que acontece nas outras línguas.

Temos assim explicada a presença de expletivos nulos e realizados nas construções ditas de "inversão do sujeito" com verbos inacusativos. Vejamos agora o que se passará em relação à "inversão locativa".

No caso da "inversão locativa", o expletivo desaparece em qualquer das línguas, passando também o acordo em francês a fazer-se com o SN pós-verbal, como ilustram os exemplos correspondentes às frases de 52:

53. a) At the party arrive three girls.
    b) À la fête arrivent trois filles.
    c) À festa chegam três raparigas.

Neste tipo de construção, em línguas que tenham movimento visível de verbo (para T e Ac), o sujeito não poderá ocupar a posição de especificador do SAc suj, pois isso significaria que o sujeito se encontraria antes do verbo, o que não é o caso nas construções mais usuais (embora seja possível em qualquer das línguas em questão).

Em português e italiano, que são línguas de sujeito nulo, a verificação de caso nominativo e acordo passa, como dissemos anteriormente, pela subida do SN para a posição de [ESP, SAc suj] em FL.

Para o francês e o inglês, que não são línguas de sujeito nulo, a explicação terá de ser outra; já vimos que o SN pós-verbal ganha caso nominativo por defeito, em francês.

Pensamos que nestas línguas existirá um fenómeno do género daquele que é descrito por Coopmans (89): "semi *pro*-drop". **Sempre que a categoria SΣ for caracterizada por um traço-γ forte, e portanto a sua posição de especificador for ocupada por um constituinte como o SPrep locativo, assistiremos ao licenciamento de um *pro* nulo em [ESP, SAc suj].** Tal como Duarte (97), entre outros, explicamos este fenómeno pelo facto de as categorias funcionais estarem sujeitas a variações nas suas propriedades principais, o que pode levar à verificação de determinados fenómenos, em contextos restritos.

Em Português

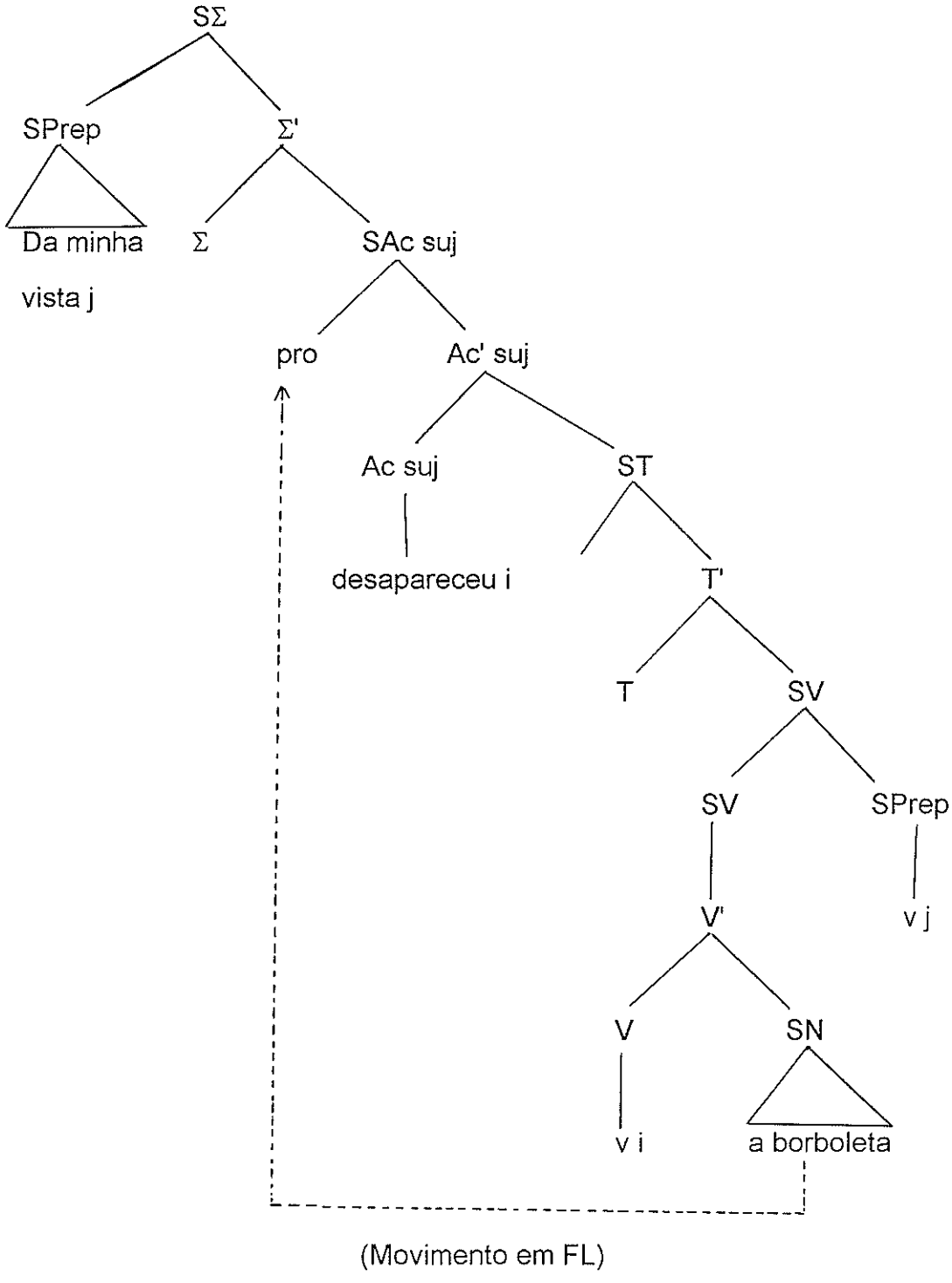
Os verbos inacusativos seleccionam um único argumento interno. Quer dizer, em frases com verbos inacusativos não se estabelece a relação que se estabelece com verbos transitivos entre o núcleo Ac obj e o seu especificador, porque há um bloqueio na atribuição de caso acusativo.

O verbo sobe, como em qualquer outro caso, para T e depois para Ac suj. Como não é projectado um especificador de SV, é inserido um expletivo *pro* na posição de [ESP, SAc suj], que assegurará a verificação do traço-D forte de Ac suj. Com este tipo de verbo, não existe movimento do SN para a posição de [ESP, ST] pois esta é uma posição possível para o sujeito, mas este argumento não é, na verdade, um sujeito, mas um objecto estrutural. Desta forma, defendemos que o SN pós-verbal receberá os traços de caso e acordo por subida em FL para a posição de *pro*, explicando o acesso do SN ao traço da caso nominativo e acordo.

É importante realçar que o único movimento que se dá explicitamente na construção de "inversão locativa" com verbos inacusativos é o movimento do SPrep para posição inicial e o movimento de verbo.

Apresentamos a estrutura de uma frase de "inversão locativa" com um verbo inacusativo em 54.

54. Da minha vista desapareceu a borboleta.



Em inglês

No caso do inglês, aplicando as propostas atrás sugeridas, diremos que nesta língua também a categoria SΣ tem o traço-γ forte, que projectará a posição de especificador de SΣ. Para esta posição, será movido o SPrep locativo. Em tais

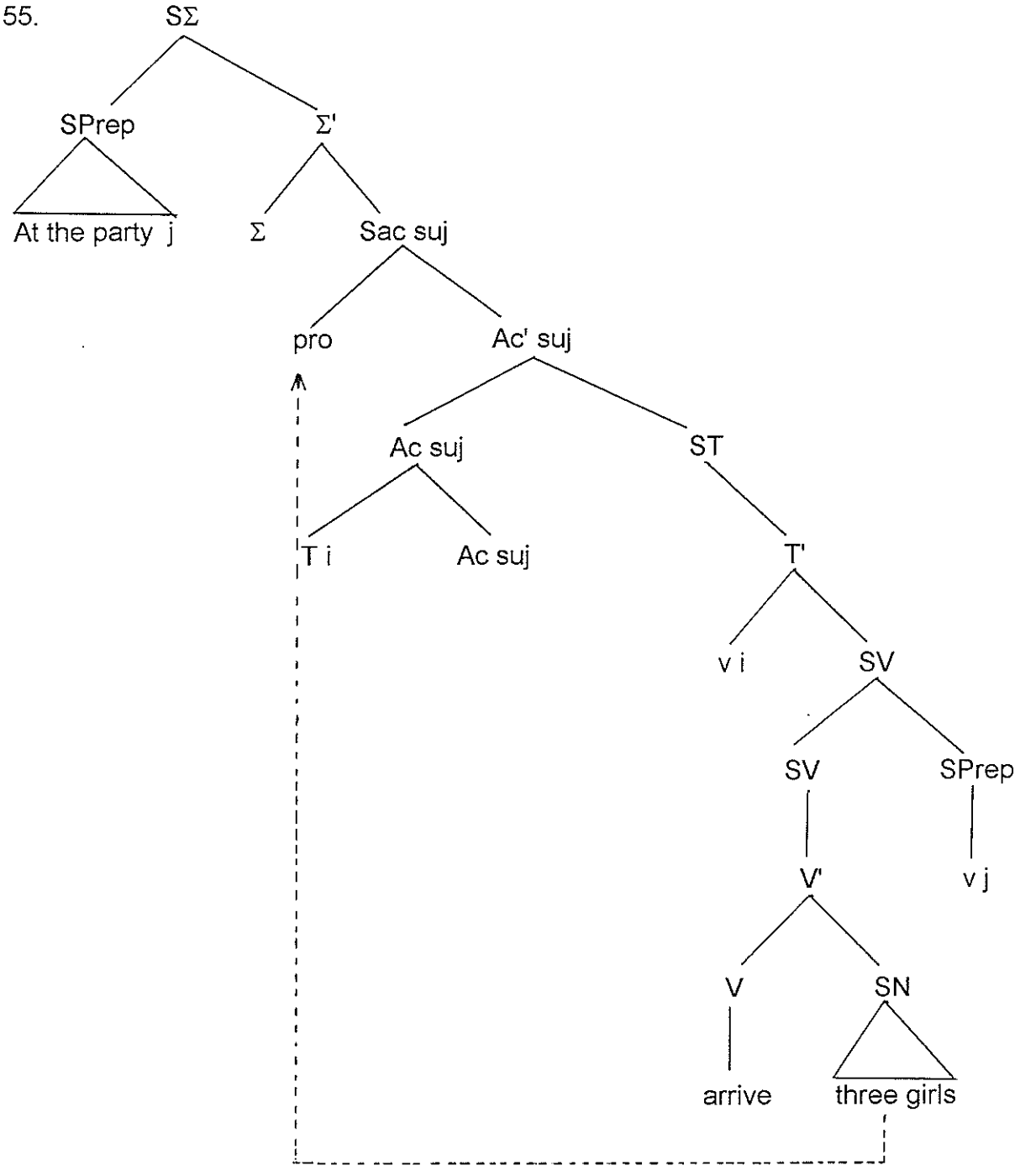
circunstâncias, propomos que esta língua apresenta aquilo a que Coopmans (89) chama um fenómeno de "semi *pro*-drop", que vai inserir um expletivo *pro* na posição de especificador de SAc suj. De acordo com Jonas e Bobaljik (96) e Chomsky (95), nesta língua não há projecção de um especificador de ST. Então temos de admitir que o expletivo nulo é suficiente para verificar os traços-D fortes de Ac suj (tal como Jonas e Bobaljik (96) sugerem relativamente ao *there* nas construções existenciais inacusativas e passivas). Em FL, os traços de SN poderão então mover-se para a posição [ESP, SAc suj] para a verificação de traços de caso e acordo (Mover T). Repare-se que, deste modo, é como se a nível da concordância os traços do SN pós-verbal e do expletivo *pro* fossem exactamente os mesmos.

O verbo não sobe na sintaxe visível, como já temos vindo a referir, pois o traço-V de T, em inglês, é fraco. [49]

O que se passa em inglês não difere portanto do português e não difere também do que se passará no caso dos verbos inergativos (por isso se fala de uma alternância inergativos-inacusativos), como podemos observar na estrutura que apresentamos em 55:

[49] Todo o nosso raciocínio para a elaboração da análise da "inversão locativa" em inglês está assente na ideia defendida por vários autores (desde Pollock (89)) de que, em inglês, o verbo nunca *se move na sintaxe visível. Contudo, há controvérsia relativamente a esta ideia e recentemente têm* surgido propostas de que, nesta língua, haverá movimento visível do verbo em certas circunstâncias. Naturalmente, se se aceitasse esta sugestão, tal facto acarretaria mudanças na análise que propomos. Não desenvolveremos mais esta problemática, pois isso seria tema para uma outra dissertação.

55.



(Movimento em FL)

4.2.2. "Inversão locativa" com verbos inergativos

De acordo com a estrutura de frase proposta na secção 3.1., sabemos já que o SN sujeito de verbos inergativos é gerado dentro de SV, na posição de ESP, devendo mover-se, de algum modo, por razões morfológicas, de forma a verificar os traços de acordo e de caso. Em português, existem duas posições finais possíveis

para o sujeito: [ESP, ST] e [ESP, SAc suj]. Porém, em frases em que a ordem é V S, a posição final ocupada pelo SN sujeito terá obrigatoriamente de ser [ESP, ST], já que o verbo sobe para Ac obj, para T e para Ac suj. [50]

Em português, como Duarte (97) mostra, T tem um traço-V forte, logo, ST projecta uma posição de especificador que poderá ser ocupada pelo sujeito. Em inglês, o traço-V é fraco, por isso, ST não é projectado e o SN sujeito terá de subir para a posição de especificador de SAc suj, enquanto T sobe para Ac suj de forma a que o traço casual do nominativo possa ser verificado. Quer se trate de um sujeito argumental quer de um expletivo, ele ocupará sempre a posição de [ESP, SAc suj].

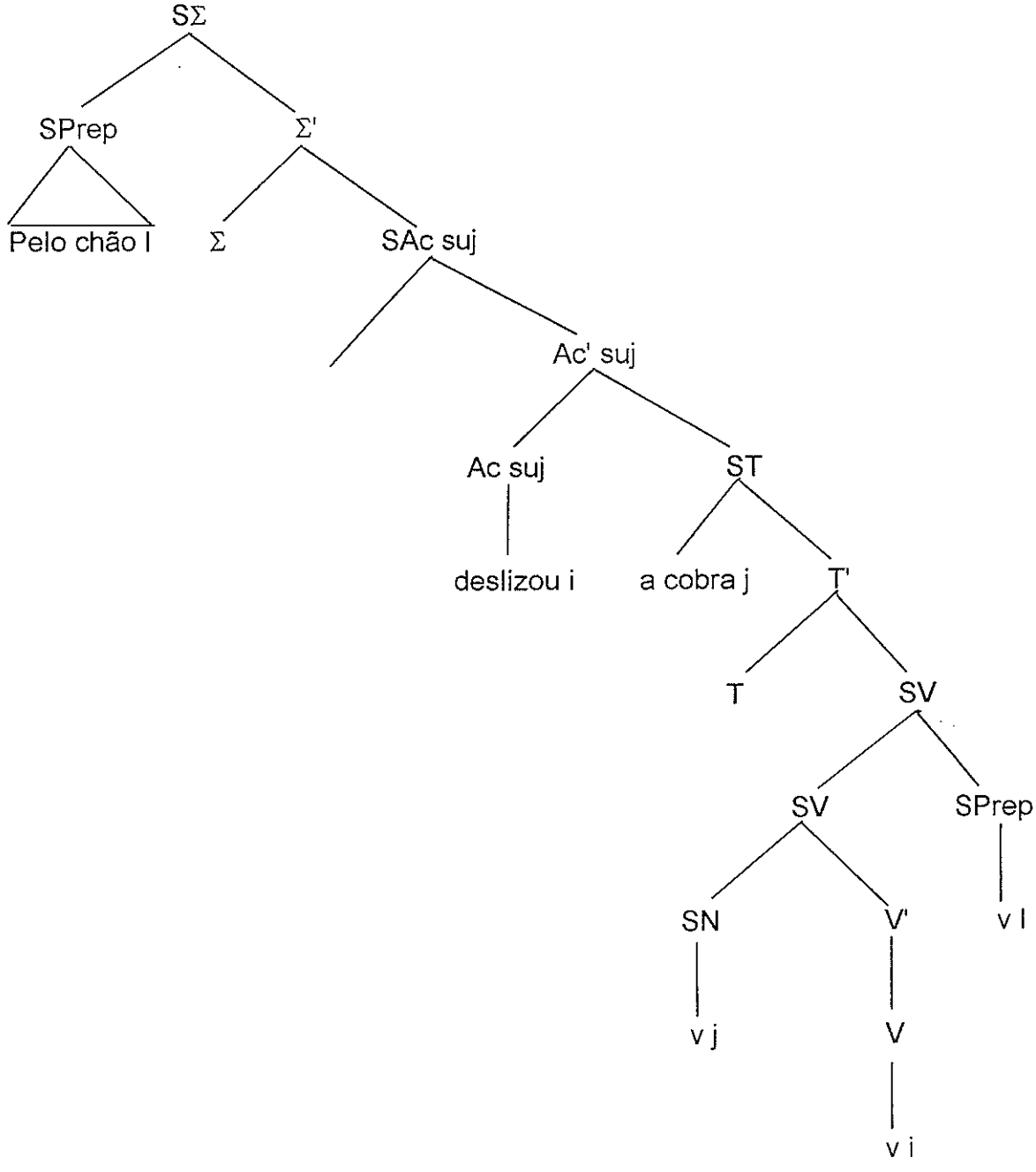
Perante este caso do inglês, parece ser difícil encontrar uma explicação para a construção de "inversão locativa" com verbos inergativos, que existe de facto nesta língua. Se sugeríssemos que o sujeito ocupa sempre a posição de especificador de SAc suj, como explicaríamos uma construção de inversão (V SN)? Para além disso, estes factos vêm confirmar a nossa rejeição da proposta de Duarte (97), segundo a qual o constituinte inicial ocuparia a posição de [ESP, SAc suj] nas construções de "apresentação D-linked". Nesse caso, se tais construções fossem possíveis no inglês, não haveria posição livre para um dos argumentos - sujeito ou constituinte inicial.

Em Português

Os verbos inergativos, pela sua especificidade, apresentam algumas diferenças em relação ao caso anterior. O verbo selecciona apenas um argumento externo; quando este é projectado numa posição pós-verbal, isso parece querer dizer que tal argumento ocupa a posição de [ESP, ST] e que não é projectada a categoria máxima SAc obj. Os restantes mecanismos são semelhantes aos já apresentados; nas construções de inversão, o SN sujeito sobe para a posição de ESP de ST para a verificação dos traços de caso e de acordo e o verbo sobe para T e para Ac suj, de forma a verificar os traços de tempo e de acordo.

[50] Isto acontece porque o português é uma língua com movimento visível do verbo, ao contrário do inglês.

56. Pelo chão deslizou a cobra.



Em inglês

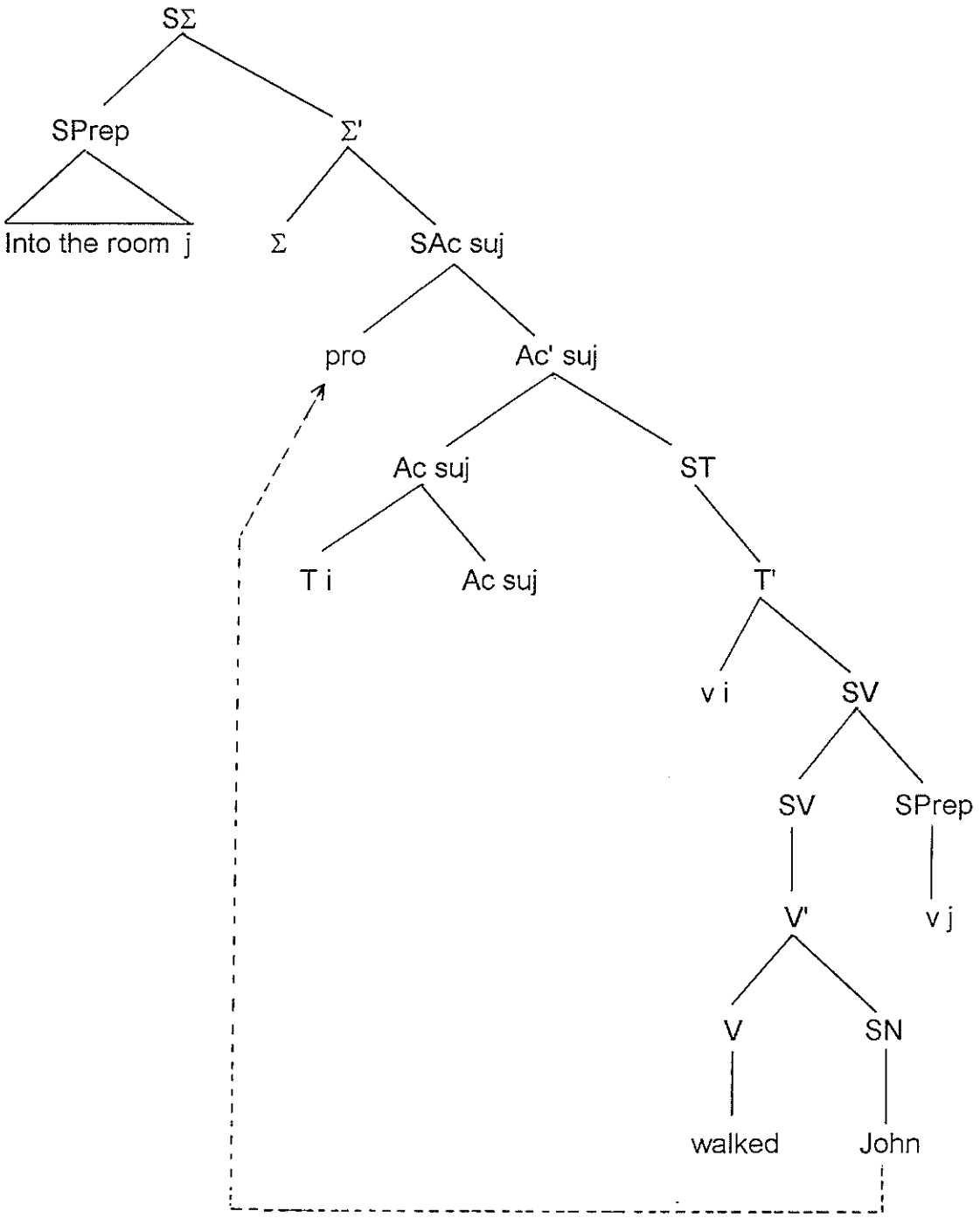
A construção de "inversão locativa" com verbos inergativos em inglês suscita algumas dúvidas. Como explicar a ordem LOC V S numa língua que parece não ter movimento explícito do verbo? Na realidade, temos de aceitar que neste tipo de construção o verbo se comportará, de facto, como um verbo inacusativo. Ou seja, o

SN deverá ser gerado na posição de objecto, sendo todos os mecanismos de verificação de caso igual aos já expostos para um verbo inacusativo.

A função discursiva parece condicionar a estrutura da frase num caso como este. Quando o SN introduz informação nova no discurso, ele é gerado na posição de objecto.

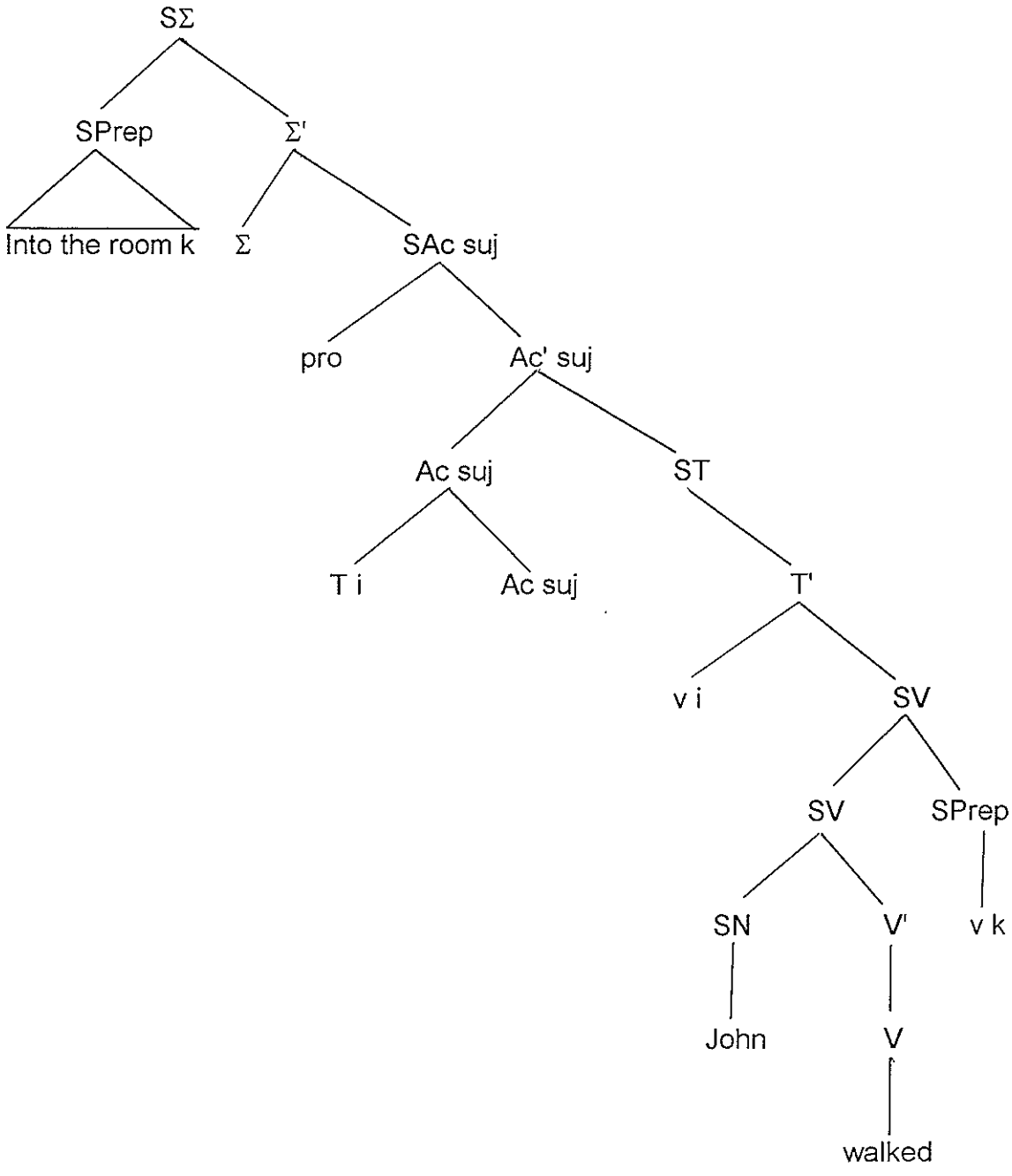
As duas estruturas frásicas são possíveis, por isso se fala de uma alternância inergativos-inacusativos. Apresentamos em 57.a) a estrutura da frase em que o SN introduz informação nova no discurso, aparecendo em posição pós-verbal, e em 57.b) a estrutura da frase em que o SN introduz informação dada, surgindo em posição pré-verbal.

57. a)



(Movimento em FL)

b)



4.2.3. "Inversão locativa" com verbos transitivos

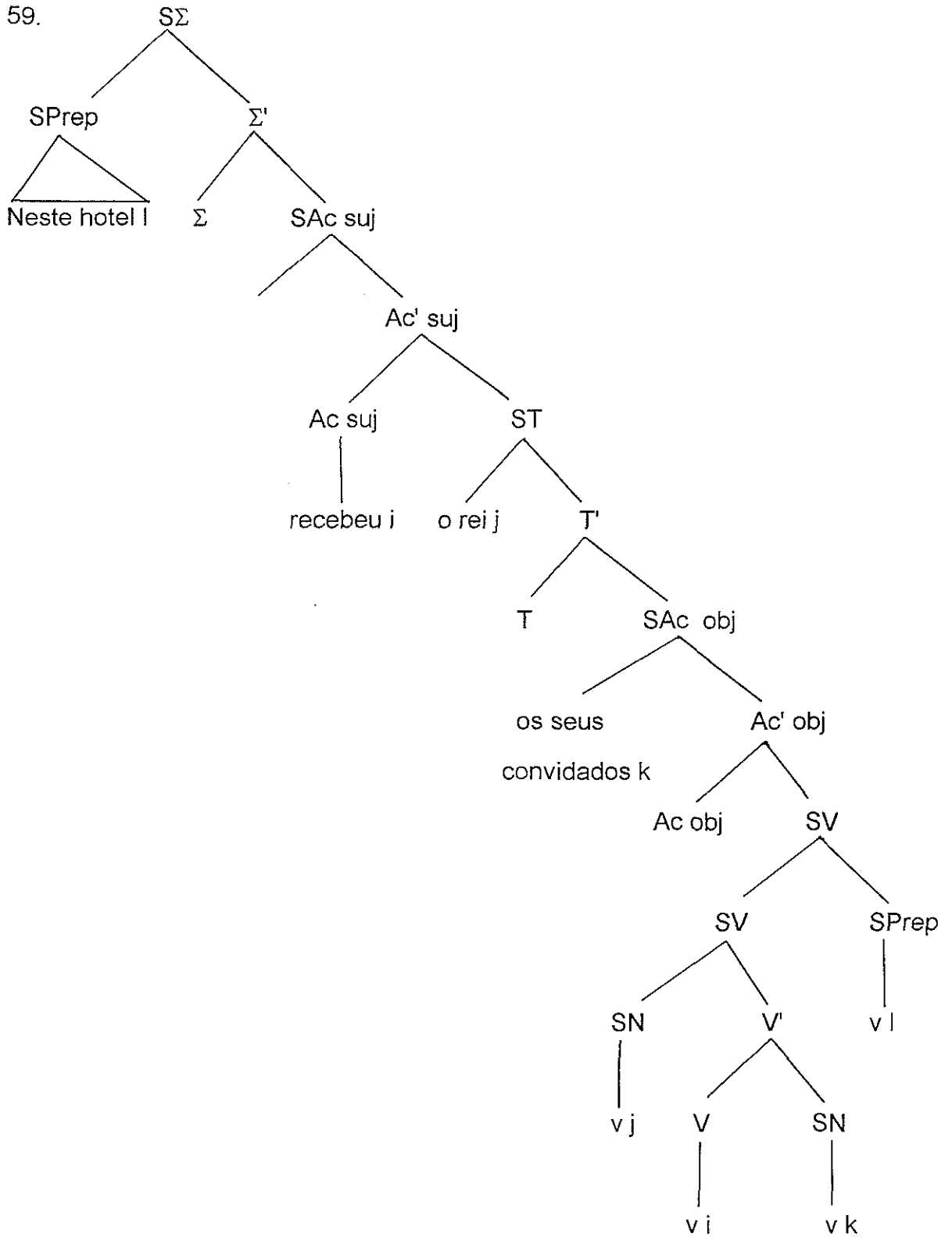
A construção de "inversão locativa" com verbos transitivos em português é possível, como mostra o exemplo 58:

58. Neste hotel recebeu o rei os seus convidados.

Porque de um verbo transitivo se trata, temos dois SNs: um SN sujeito e um SN objecto. Sabemos que numa frase sem inversão, os SNs sujeito e objecto deverão subir para a posição de ESP das projecções SAc suj e SAc obj, para que sejam verificados os traços de caso. Mas aqui, nas frases com inversão, sugerimos que o SN sujeito sobe na sintaxe explícita para a posição de [ESP, ST], onde são verificados os traços de caso e acordo. Quanto ao SN objecto, ele move-se para Ac obj para se proceder à respectiva verificação de traços. O verbo sobe para Acordo objecto, para T e para Ac sujeito para verificar respectivamente os traços de Acordo e de Tempo, como já referimos.

Na estrutura de frase do exemplo 58, representada em 59, podemos observar a posição argumental de ESP de SΣ à esquerda de SAc suj, preenchida pelo SPrep locativo.

59.



Deste modo, e dado que postulamos um nível superior na estrutura de F, que designámos SΣ, não se justificará a proposta de Ambar (92) de movimento do V para COMP e do locativo para a posição de ESP de SCOMP.

Não avançaremos qualquer explicação de "inversão locativa" com verbos transitivos para outra língua, visto que este fenómeno parece ser sistematicamente rejeitado com esse tipo de verbos. Em português existe "inversão locativa" com verbos transitivos com resultados gramaticais. As outras línguas deverão ter outras características ligadas à transitividade que a impedem, com excepção de certas expressões em que o objecto está intrinsecamente ligado ao verbo, como em expressões feitas do tipo do inglês *take place*, por exemplo.

4.3. "Inversão locativa" no contexto de frases encaixadas

Em português, o fenómeno de "inversão locativa" é possível no contexto de frases encaixadas, do género das que são apresentadas em 60, 61 e 62, com o locativo encaixado ou em posição inicial de frase:

60. a) Ele disse que pelo chão deslizou uma cobra.
    b) Pelo chão ele disse que deslizou uma cobra.

61. a) O João acha que na rua derreteu muita neve.
    b) Na rua o João acha que derreteu muita neve.

62. a) O chefe da segurança pensa que neste hotel recebeu o rei os seus convidados.
    b) Neste hotel o chefe da segurança pensa que recebeu o rei os seus convidados.

Existe também a possibilidade de extracção wh a partir de frases encaixadas, com resultados gramaticais, como mostram as frases de 63:

63. a) O que é que ele disse que pelo chão deslizou?
    b) O que é que o João acha que na rua derreteu?

c) Quem é que o chefe da segurança pensa que neste hotel recebeu o rei?

Para além de aparecer nestas construções de frases encaixadas, vimos também que a "inversão locativa" pode ocorrer em construções de Atribuição Excepcional de Caso. Voltamos a apresentar alguns exemplos em 64, 65 e 66.

64. a) Ela viu-a pelo chão deslizar.
b) Pelo chão ela viu-a deslizar.

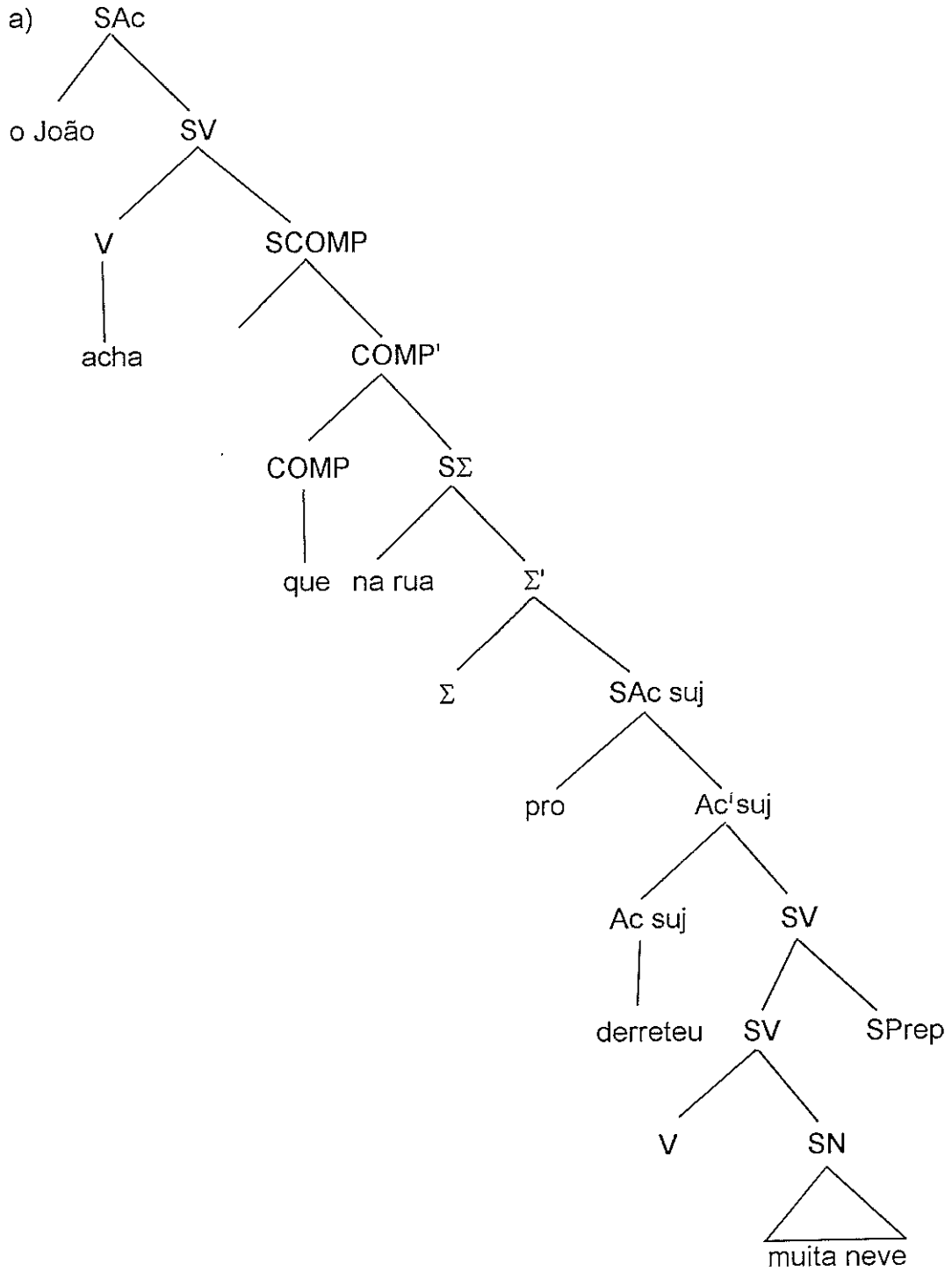
65. a) O treinador deixou-os neste restaurante almoçar.
b) *Neste restaurante o treinador deixou-os almoçar.*

66. a) A mãe mandou-a na cozinha comer a sopa.
b) Na cozinha a mãe mandou-a comer a sopa.

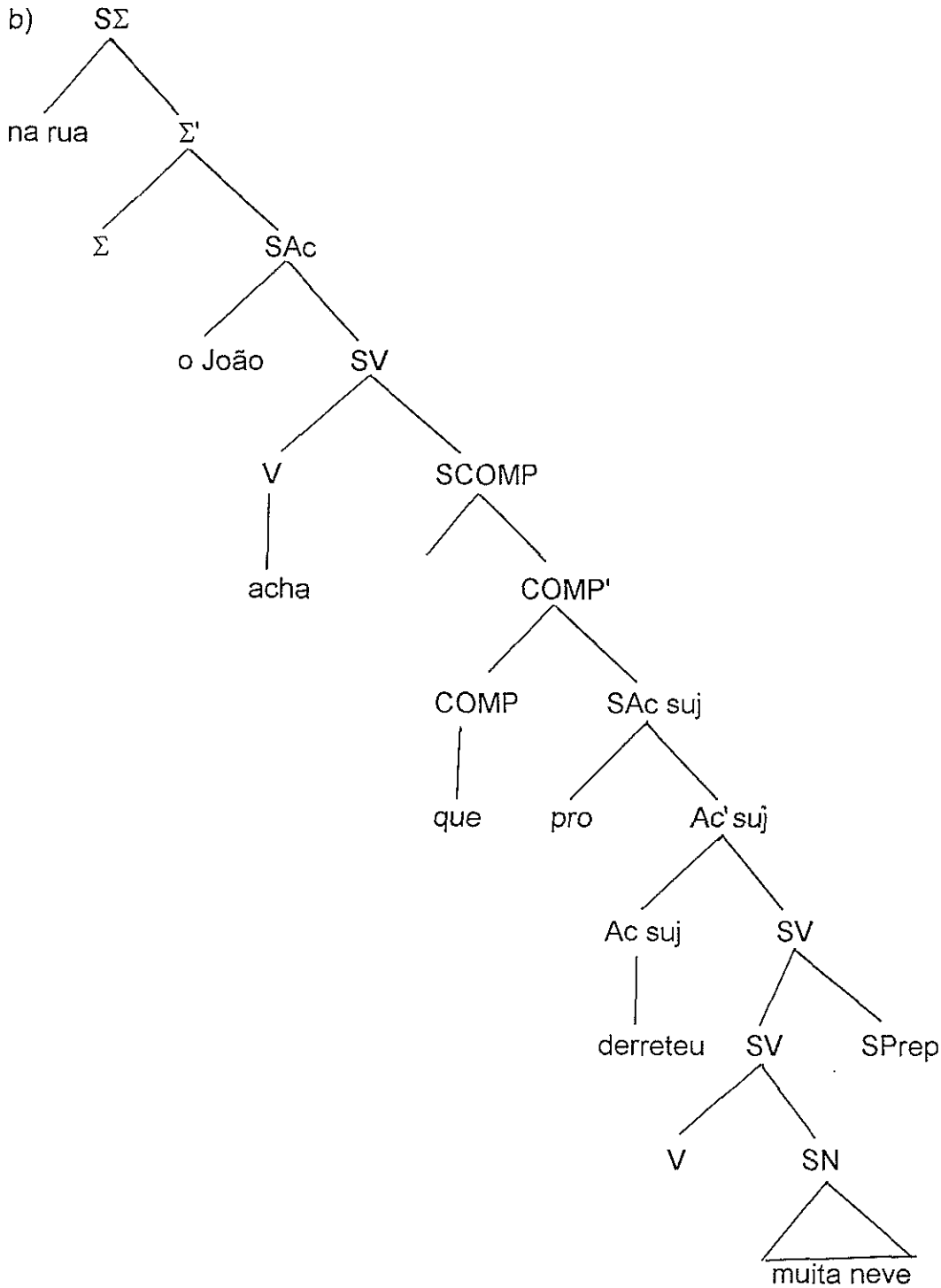
De acordo com as propostas de análise da construção de "inversão locativa" que fizemos, será possível explicar estas estruturas de frases. Todos os mecanismos relativos à frase simples se mantêm, apenas acrescentando as estruturas relativas ao movimento wh e à selecção pelo verbo matriz de um argumento frase. Apresentamos a estrutura simplificada de um exemplo de cada uma destas frases complexas, em 67, 68 e 69. Os exemplos mostram-nos que o movimento de SPrep não é limitado à frase ("sentence-bounded"), mas pode exceder o domínio de F.

67.

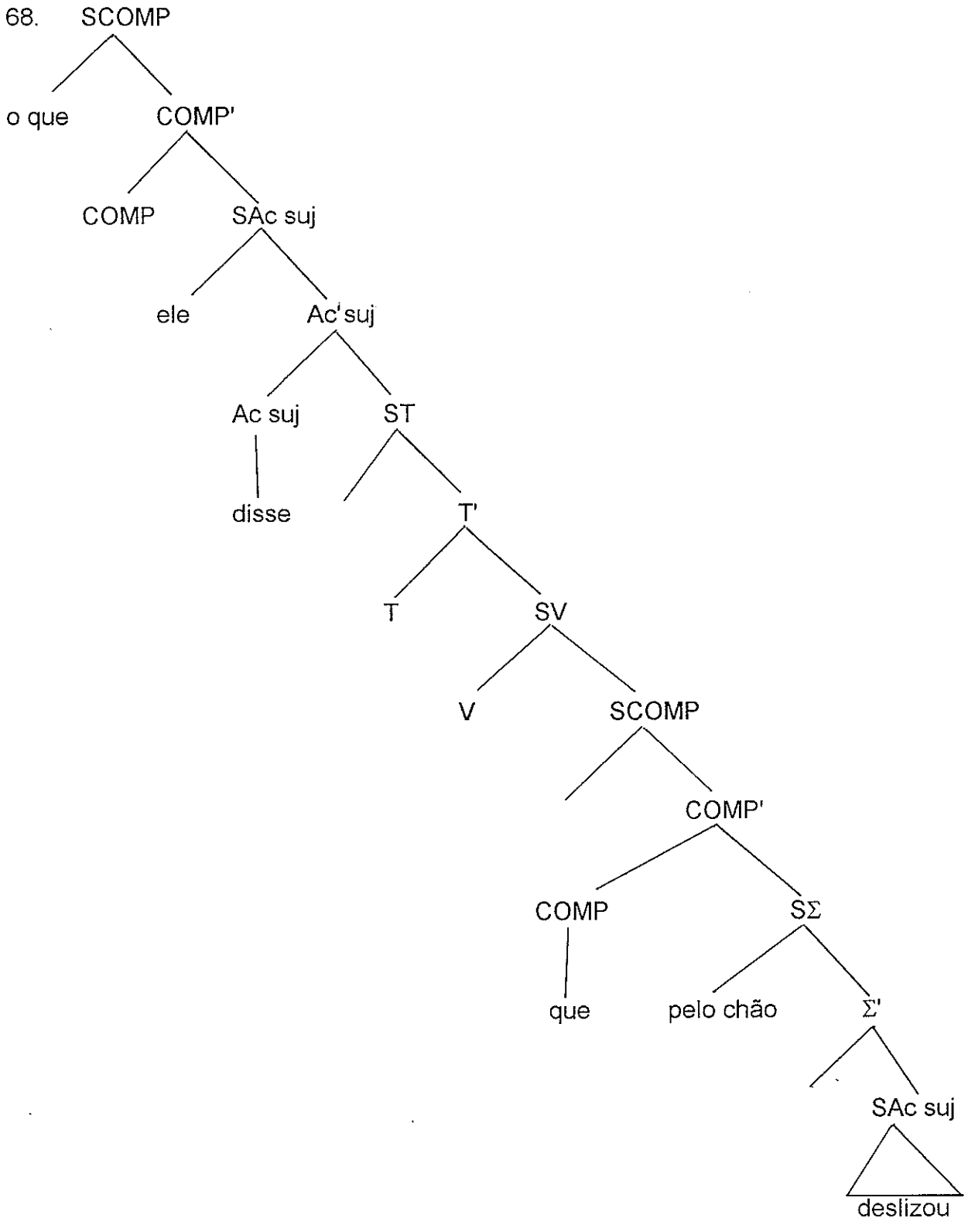
a)


SAc
o João
SV
V
SCOMP
acha
COMP'
COMP
SΣ
que
na rua
Σ'
Σ
SAc suj
pro
Ac'suj
Ac suj
SV
derreteu
SV
SPrep
V
SN
muita neve

b)

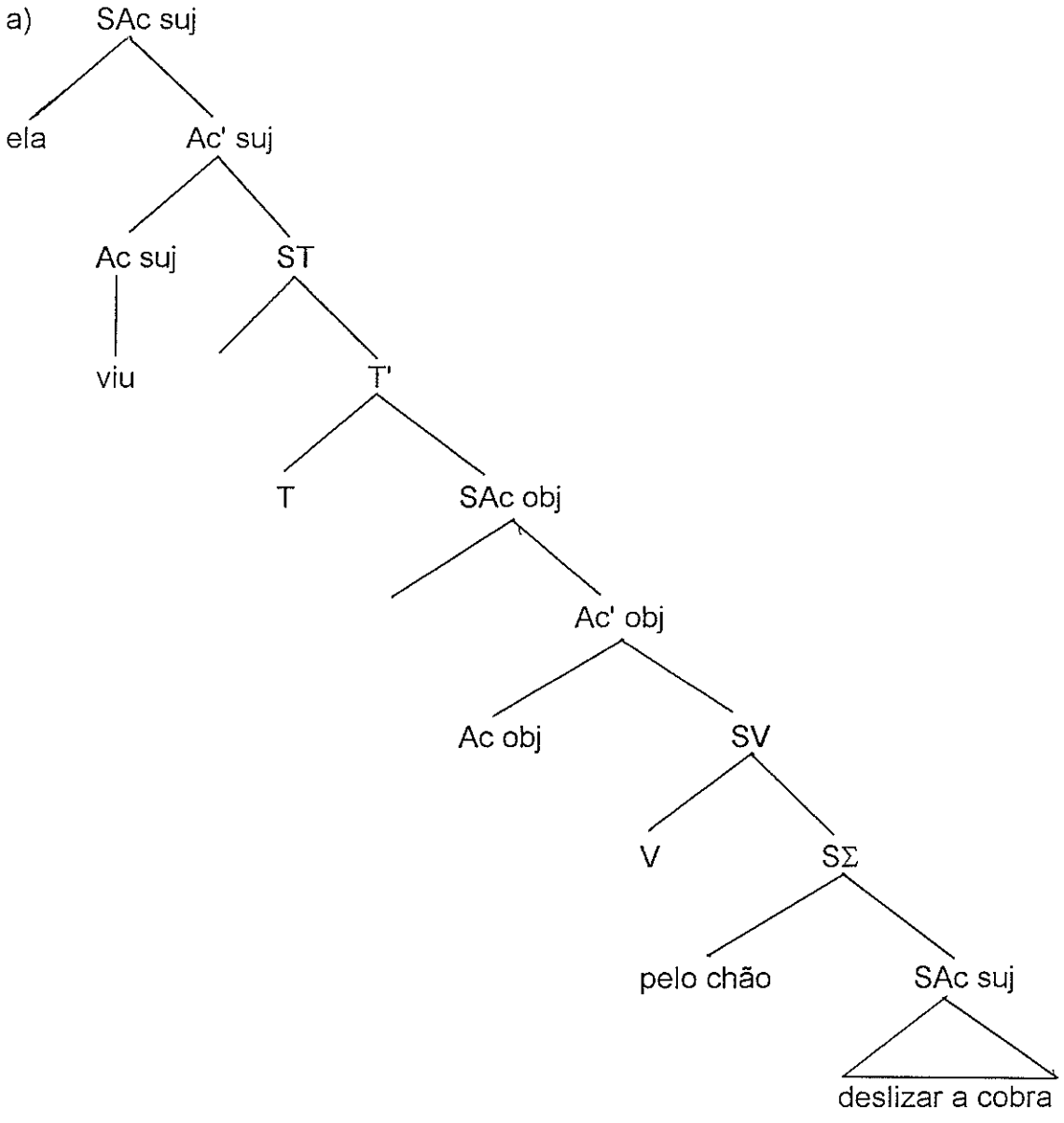

SΣ
na rua
Σ'
Σ
SAc
o João
SV
V
SCOMP
acha
COMP'
COMP
SAc suj
que
pro
Ac' suj
Ac suj
SV
derreteu
SV
SPrep
V
SN
muita neve

68.

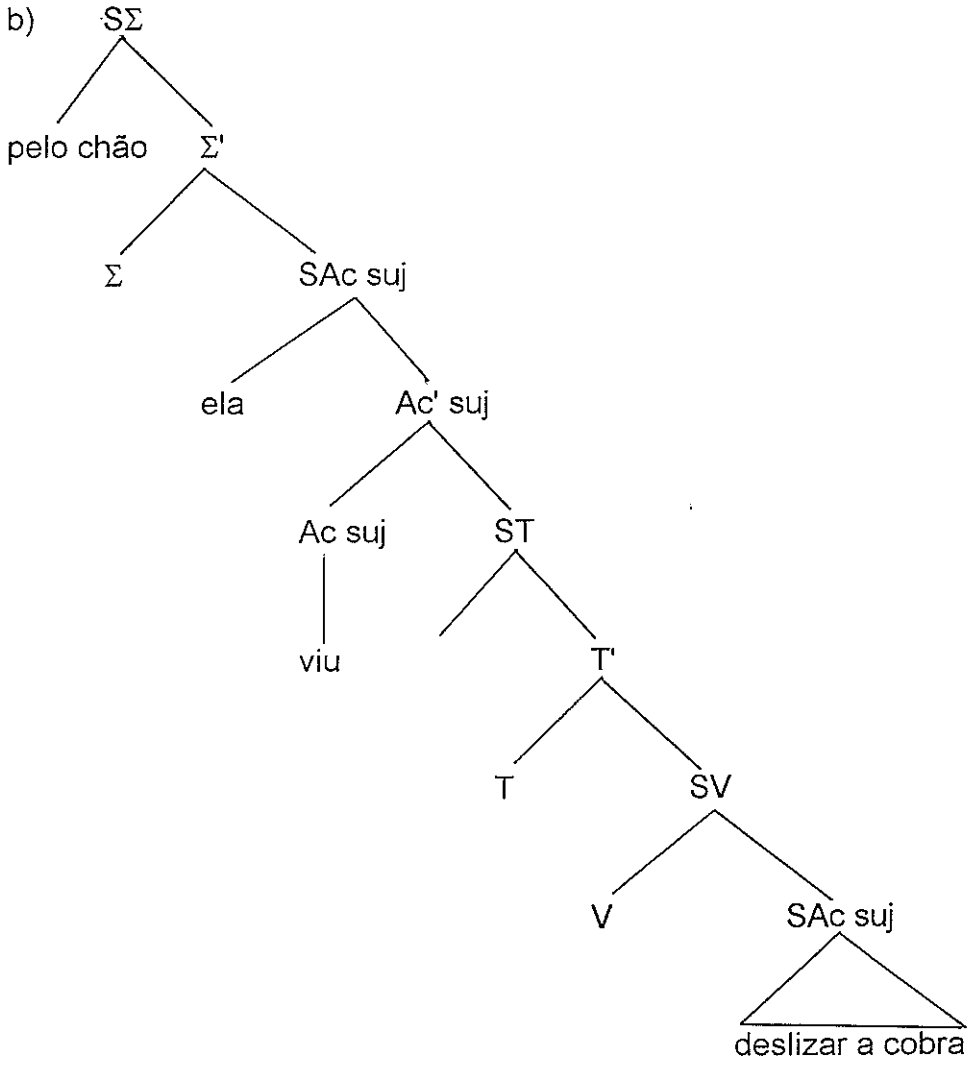

SCOMP
o que
COMP'
COMP
SAc suj
ele
Ac' suj
Ac suj
ST
disse
T'
T
SV
V
SCOMP
COMP'
COMP
SΣ
que
pelo chão
Σ'
SAc suj
deslizou

69.

a)


SAc suj
ela
Ac' suj
Ac suj
ST
viu
T'
T
SAc obj
Ac' obj
Ac obj
SV
V
SΣ
pelo chão
SAc suj
deslizar a cobra

b)



Qualquer uma destas construções é possível com os verbos dos três tipos que distinguimos e que os exemplos 60-66 apresentam: inergativos, inacusativos e transitivos.

4.4. Estrutura informacional da "inversão locativa"

Defendemos, na linha de Duarte (97), que o português é uma língua cujos núcleos funcionais são caracterizados por traços que codificam uma determinada estrutura discursiva.

Quando o traço Princípio de Projecção Alargado é forte, a frase resultante é uma predicação, com a ordem S V, exprimindo um juízo categórico. O sujeito será um tópico não marcado.

A "inversão locativa" é uma construção em que a categoria funcional Ac tem o traço PPA fraco, justificando que o sujeito não ocupe a posição pré-verbal, mas em que há uma categoria funcional superior, cuja natureza parece despoletar a anteposição do SPrep locativo. Deste modo, o locativo funciona como uma espécie de tema da frase, embora, como vimos, não tenha as propriedades de um tópico. Por isso, propusemos um nível superior a F, que designamos de uma forma tentativa, SΣ; tal categoria terá um traço-γ forte. Sendo assim, um locativo aparece em início de frase e o SN sujeito em posição pós-verbal. A frase é uma apresentação, traduzindo um juízo tético, mas apresentando um certo tipo de tema.

O SPrep locativo inicial das construções de inversão locativa tem claramente o estatuto de **informação dada**, enquanto a informação nova (o comentário) se encontra no final da frase, no SN pós-verbal. Este é que é o foco informacional da frase, pois como mostram os testes pergunta-resposta é sobre este constituinte que recai a atenção, tal como atestam os exemplos que mais uma vez repetimos, em 70.

70. a) - O que é que derreteu na rua?
- Na rua derreteu a neve.

b) - Quem chegou à festa?
- À festa chegou uma rapariga.

É a função discursiva do constituinte locativo que faz com que a posição argumental em início de frase seja preenchida, dando origem à chamada "inversão locativa".

5. Conclusão

Ao longo deste capítulo, fomos fornecendo elementos para a elaboração de uma análise do fenómeno de "inversão locativa". Começámos por apresentar sinteticamente os princípios teóricos minimalistas por que nos orientamos, discutindo, de seguida, a problemática da estrutura de frase. Embora a proposta de Chomsky (95) vá no sentido da redução das categorias funcionais, optámos por um modelo com vários constituintes: Ac suj, Ac obj e T.

Defendemos na linha de Duarte (97) que o português é uma língua orientada para o discurso e que são os traços formais de certos nós funcionais que definem a estrutura discursiva e, por conseguinte, a própria estrutura de frase. Propusemos que o fenómeno de "inversão locativa" é função de um traço-γ forte de uma categoria funcional, que pertence ainda ao domínio de frase e que se encontra à esquerda de SAc suj. Se este traço for forte, a categoria funcional projecta uma posição de especificador para onde é movido o SPrep locativo. Em geral, o traço PPA será fraco, logo o SN aparecerá em posição pós-verbal, embora a posição pré-verbal não seja de todo excluída.

Deste estudo do fenómeno de "inversão locativa" podemos tirar algumas conclusões:

i) o SPrep inicial encontra-se numa posição A, que descrevemos como sendo a de especificador de uma categoria funcional, licenciada por um traço-γ forte;

ii) o verbo move-se por razões morfológicas para T e depois para Ac;

ii) o sujeito e o objecto são gerados dentro de SV e movidos para ESP de categorias funcionais para verificarem caso (nominativo e acusativo) e, no caso do sujeito, também acordo;

iii) o caso e o acordo do SN sujeito na construção de "inversão locativa" são verificados na sintaxe visível, em português, na posição de [ESP, ST], com verbos inergativos e inacusativos; com verbos inacusativos, o SN mantém-se na sua posição de base até LF;

iv) nas línguas não sujeito nulo, como o inglês, existe um fenómeno que Coopmans chamou de "semi *pro*-drop", pelo qual *pro* é projectado em [ESP, SAc suj], sempre que o traço-γ é forte. Este expletivo nulo será suficiente para verificar os traços-D de Ac suj;

v) nas construções inacusativas, e não havendo movimento do SN sujeito pós-verbal para uma posição de verificação de caso nominativo, parece operar um *processo de transmissão desse caso a partir de pro*, em FL (em termos de Chomsky (95) e Brito (98), isso pode ser descrito por meio de um movimento de traços), para o SN objecto do verbo inacusativo;

vi) em inglês, a "inversão locativa" é um verdadeiro "diagnóstico de inacusatividade", pois os verbos inergativos comportam-se como inacusativos, seleccionando um SN objecto, sempre que o SN ocupa a posição pós-verbal.

CONCLUSÕES GERAIS

O fenómeno de "inversão locativa" em português já havia sido estudado por Ambar (92). Como o quadro teórico em que este estudo foi feito se encontra desactualizado, devido aos desenvolvimentos mais recentes da Gramática Generativa, propusemo-nos abordar este fenómeno segundo uma perspectiva teórica diferente, recorrendo a ideias básicas do Programa Minimalista e adoptando uma estrutura de frase com vários constituintes funcionais.

O estudo que levámos a cabo permitiu-nos chegar a algumas conclusões relativas à estrutura frásica do português (e possivelmente das outras línguas que permitem este tipo de fenómeno) que consideramos relevantes. Defendemos que o SPrep locativo que aparece em posição inicial nas construções de "inversão locativa" se move para uma posição argumental (ESP de SΣ) sempre que o núcleo Σ for caracterizado por um traço-γ (temático) forte.

Esta sugestão decorre do facto de considerarmos, como Duarte (97), que os traços formais de certas categorias funcionais definem a estrutura discursiva e a própria estrutura de frase. Na verdade, o fenómeno de "inversão locativa" é caracterizado por uma estrutura informacional específica: o SPrep inicial introduz sempre no discurso informação dada, enquanto o SN pós-verbal é o foco da frase, introduzindo informação nova.

O fenómeno de "inversão locativa" não equivale a uma construção, mas a um conjunto de construções, pois pode ocorrer em frases com diversos tipos de verbos e também em frases simples e complexas. A posição do SN pós-verbal e a posição em que se verificam os traços de caso e acordo variam de acordo com o tipo de verbo da frase (inacusativo, inergativo ou transitivo). O SN poderá manter-se na sua posição básica interna a SV, ou poderá mover-se para as posições de ESP de ST (nas línguas que projectam esta posição) ou de ESP de SAc suj.

Muito especificamente em relação ao inglês, o nosso estudo permitiu-nos concluir que o fenómeno de "inversão locativa" é um "diagnóstico de inacusatividade", pois existirá uma alternância inergativos-inacusativos: quando a

"inversão locativa" ocorre numa frase com um verbo inergativo, ele comporta-se exactamente como um inacusativo, na medida em que selecciona um argumento interno e não um argumento externo, como se esperaria. Só um fenómeno de "semi *pro*-drop" permite explicar as construções em inglês.

Em português, a "inversão locativa" não é um "diagnóstico de inacusatividade", pois as frases com verbos inacusativos e inergativos têm estruturas diferentes. O movimento visível do verbo permite a explicação de frases com "inversão locativa" e verbos inergativos, não existindo a alternância inergativos-inacusativos verificada em inglês.

De forma conclusiva, podemos afirmar que o fenómeno de "inversão locativa" é justificado por razões discursivas e legitimado por um traço forte de uma categoria funcional acima de SAc suj, mas ainda dentro de F. Sempre que a posição de especificador desta categoria funcional for preenchida, de forma a permitir a verificação do traço forte, a ordem preferencial da frase será: LOC V SN.

BIBLIOGRAFIA

AOUN, J., HORNSTEIN, N., LIGHTFOOT, D., WEINBERG, A. (1987) "Two types of locality", *Linguistic Inquiry*, 18, 4: 537-577.

AMBAR, M. (1989) "Sobre a posição do sujeito, movimento do verbo e estrutura da frase", *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Faculdade de Letras, 369-399.

(1992) *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*, Lisboa: ed. Colibri.

BELLETTI, A. (1988) "The case of unaccusatives", *Linguistic Inquiry*, 19, 1: 1-34.

(1992) "Agreement and case in Past Participle clauses in Italian", in STOWELL,T., WEHRLI, E. (eds.) *Syntax and Semantics*, 26, "Syntax and The Lexicon", New York: Academic Press Inc., 21-44.

BIRNER, B. (1994) "Information status and word order: an analysis of English inversion", *Language*, 70, 2: 233-259.

BITTNER, M., HALE, K. (1996) "The structural determination of case and agreement", *Linguistic Inquiry*, 27, 1: 1-68.

BOBALJIK, J., JONAS, D. (1996) "Subject Position and the Roles of TP", *Linguistic Inquiry*, 27, 3: 195-236.

BOBALJIK, J., THRÁISSON, H. (1997) "Two heads aren't always better than one" (a aguardar publicação).

BORER, H. (1986) "I-Subjects", *Linguistic Inquiry*, 17, 3: 375-416.

(1995) "Passive without theta grids", não publicado.

BRESNAN, J., KANERVA, J. (1992) "Locative inversion in Chichewa: a case study of factorization in Grammar", in STOWELL,T., WEHRLI, E. (eds.) *Syntax and Semantics*, 26, "Syntax and The Lexicon", New York: Academic Press Inc., 53-99.

(1992) "The thematic hierarchy and locative inversion in UG: a reply to Schachter's comments" in STOWELL,T., WEHRLI, E. (eds.) *Syntax and Semantics*, vol. 26, "Syntax and The Lexicon", New York: Academic Press Inc., 111-125.

BRESNAN, J. (1994) "Locative inversion and the architecture of U.G.", *Language* 70, 1: 72-131.

BRITO, A. M., DUARTE, I. (1982) "Condições sobre posposição do sujeito em português", *Boletim de Filologia*, XXVII, 1-4, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 191-253.

BRITO, A. M. (1998) "Case assignment to post-verbal "subjects" in unaccusative, passive constructions and small clauses", Comunicação apresentada no *VII Colóquio de Gramática Generativa*, Palmela.

BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax : A Government-Binding Approach*, Dordrecht: Reidel.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht: Foris Publications.

(1986 a) *Barriers*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

(1986 b) *Knowledge of Language: Its nature, Origin and Use,* New York: Praeger.

(1991) "Some notes on economy of derivation and representations", in FREIDIN, R. (ed.) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

(1993) " A minimalist program for linguistic theory", in HALE, K., KEYSER, S. (eds.), *The view from Building 20: Essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1-52.

(1995) *The Minimalist Program*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

COOPMANS, P. (1989) "Where stylistic and syntactic processes meet: Locative Inversion in English", *Language*, 65, 4: 728-751.

COSTA, J., (1996 a) "Positions for Subjects in European Portuguese", *Proceedings of West Coast Conference on Formal Linguistics XV*, Stanford: CSLI, 49-63.

(1996 b) "Focus in situ: evidence from Portuguese", Comunicação apresentada no *Going Romance X*.

DIKKEN, M., NAESS, A. (1993) "Case dependencies: The case dependencies of Predicate Inversion", *Linguistic Review*, 10: 303-336.

DUARTE, I. (1987 a) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa.

(1987 b) "A Construção de Topicalização no Português Europeu: Alguns argumentos a favor de uma teoria de Princípios e Parâmetros", *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 157-166.

(1997) "Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva" in BRITO, A. M:, OLIVEIRA, F., PIRES DE LIMA, I., MARTELO, R., M. (orgs.), *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto: Campo das Letras, 581-592.

ELISEU, A. (1984) *Verbos Ergativos do Português: Descrição e Análise*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

EMONDS, J. (1980) "Inversion Généralisée NP- α: Marque-distinctive de l'anglais", *Langages*, 60: 13-45.

FONTANA, J., MOORE, J. (1992) "VP-Internal Subjects and Se-Reflexivization in Spanish", *Linguistic Inquiry*, 23, 3: 501-510.

GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

HAEGEMAN, L. (1994) *Introduction to Government and Binding Theory*, Oxford: Blackwell.

HALE, K., KEYSER, S. (1993) "On argument structure and the lexical expression of syntactic relations", in HALE, K., KEYSER, S. (eds.) *The view from building 20 - Essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 53-109.

HOEKSTRA, T., MULDER, R. (1990) "Unergatives as copular verbs: locational and existencial predication", *The Linguistic Review,* 7: 1-79.

HULK, A. (1989) "La construction impersonnelle et la structure da la phrase", in R. L. Vincennes, 18, "Grammaire universelle et syntaxe comparative", 59-79.

KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

KISS, K. (1995) "Discourse Configurational Languages - Introduction", in É. KISS, K., (ed.) *Discourse Configurational Languages*, Oxford: Oxford University Press, 3-27.

KOOPMAN, H., SPORTICHE, D. (1991) "The position of subjects", *Lingua,* 85: 211-258.

LARSON, R. (1988) "On the double object construction", *Linguistic Inquiry,* 19, 3: 335-391.

LASNIK, H. (1992) "Case and Expletives: Notes towards a Parametric Account", *Linguistic Inquiry*, 23, 3: 381-405.

LASNIK, H., URIAGEREKA, J. (1988) *A Course in GB Syntax*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

LEGENDRE, G. (1990) "French impersonnal constructions", *Natural Language and Linguistic Theory*, 8: 81-128.

LEVIN, B., RAPPAPORT, M. (1995) *Unaccusativity at the Syntax-Lexical Semantics Interface*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

MARANTZ, A. (1995) " The Minimalist Program", in WEBELUTH, G. (ed.) *From Government and Binding to Minimalist Program*, Oxford: Blackwell, 351-382.

MATEUS, M., BRITO, A., DUARTE, I., FARIA, I. H. (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

MUYSKEN, P. (1989) "Predication Chains: Case and Argument Status in Quechua and Turkish", *Linguistic Inquiry*, 20, 4: 627-645.

OUHALLA, J. (1994) *Introducing Transformational Grammar*, London: E. Arnold.

POLLOCK, J. (1983) "Accord, chaînes impersonnelles et variables", *Linguisticae Investigationes*, VII: 131-181.

(1989) "Verb movement, UG and the Structure of IP", *Linguistic Inquiry*, 20, 3: 365-424.

RAPOSO, E. (1981) *A Construção "União de Orações" na Gramática do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

(1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Lisboa: Caminho.

(1997) "Deslocamento e Mover α: Uma Solução para o Problema 'EPP'" in BRITO, A. M:, Oliveira, F., PIRES DE LIMA, I., MARTELO, R., M. (orgs.), *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto: Campo das Letras, 797-814.

RAPOSO, E., URIAGEREKA, J. (1990) "Long-distance Case-Assignement", *Linguistic Inquiry*, 21, 4: 505-537.

ROBERTS, I. (1994) "Two types of head movement in Romance", in LIGHTFOOT, D., HORNSTEIN, N. (eds.) *Verb Movement*, Cambridge: Cambridge University Press, 207-242.

ROCHEMONT, M., CULICOVER, P. (1990) *English Focus Constructions and the Theory of Grammar*, Cambridge: Cambridge University Press.

SAFIR, K. (1985) *Syntactic Chains*, Cambridge: Cambridge University Press.

SCHACHTER, P. (1992) "Comments on Bresnan and Kanerva's «Locative Inversion in Chichewa: a case study of factorization in Grammar»", in STOWELL,T., WEHRLI, E. (eds.) *Syntax and Semantics*, 26, "Syntax and The Lexicon", New York: Academic Press Inc., 103-110.

SORIANO, O. (1998) "On impersonal sentences in Spanish: locative and dative subjects" in QUIBÉN, N., JIMÉNEZ, I., RAMALLE, T. (eds.), *Cuadernos de Lingüistica V 1997-1998,* Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 43-68.

SPORTICHE, D. (1988) "Le mouvement syntaxique: contraintes et paramètres", *Langages*, 95: 35-80.

(1988) "A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure", *Linguistic Inquiry*, 19, 3: 425-450.

STOWELL, T. (1992) "Passives and the Lexicon: comments on Belletti", in STOWELL,T., WEHRLI, E., (eds.) *Syntax and Semantics*, 26, "Syntax and The Lexicon", New York: Academic Press Inc, 45-52.

TORREGO, E. (1984) "On Inversion in Spanish and Some of its Effects", *Linguistic Inquiry*, 15, 1: 103-129.

(1989) "Unergative-Unaccusative alternations in Spanish", in LAKA, I., MAHAJAN, A., (eds.) *Functional Heads and Clause Structure*, MIT Working Papers 10: 253-269.

WILLIAMS, E. (1984) "There-Insertion" , *Linguistic Inquiry*, 15, 1: 131-153.